

Avante!

Conselho Nacional da CGTP convoca

Greve geral!



Hoje como ontem, os trabalhadores mobilizam-se para uma greve geral, quando os governos pretendem atingir gravemente os seus direitos. Na foto, um aspecto da última greve geral que paralisou o País. Foi em 1988

A greve geral, convocada para o próximo dia 10 de Dezembro pelo Conselho Nacional da CGTP-Intersindical Nacional, surge como o culminar desta fase da luta contra a ofensiva do Governo da direita, cuja política atinge gravemente todos os sectores da sociedade portuguesa e suscita crescentes manifestações de protesto.

Págs. 5, 6, 7 e centrais

Administração Pública parou

Meio milhão em greve

Oitenta e cinco por cento dos trabalhadores da Administração Pública fizeram greve no passado dia 14, numa inequívoca resposta às intenções do Governo. O País esteve parado.

Pág. 7

5.ª Assembleia da ORL

Organizar a luta

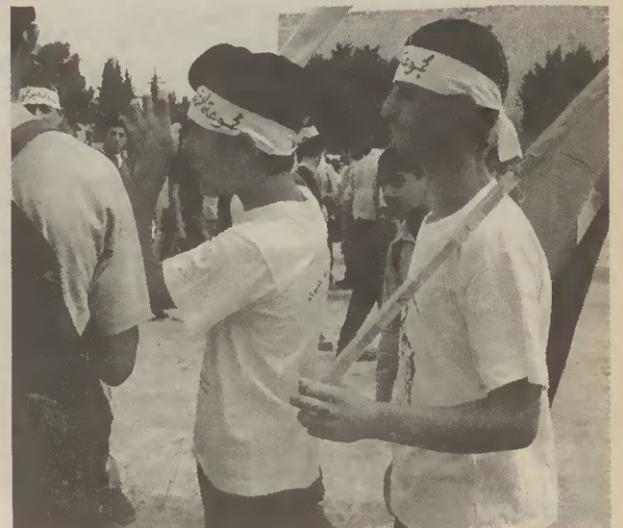
A 5.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP vai reunir no dia 7 de Dezembro. Dirigentes da ORL falam ao Avante! sobre os objectivos a alcançar num momento de grande complexidade política.

Pág. 11

De Israel à Palestina

Pequenos passos de uma grande coragem

Págs. 24 e 25



Estudantes protestam

«O ensino não se vende!»

A contestação aos cortes orçamentais no ensino superior está a subir de tom. Na semana passada, centenas de estudantes manifestaram-se em Lisboa debaixo de chuva. E os protestos multiplicaram-se pelo País.

Págs. 14 e 15

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Afetações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

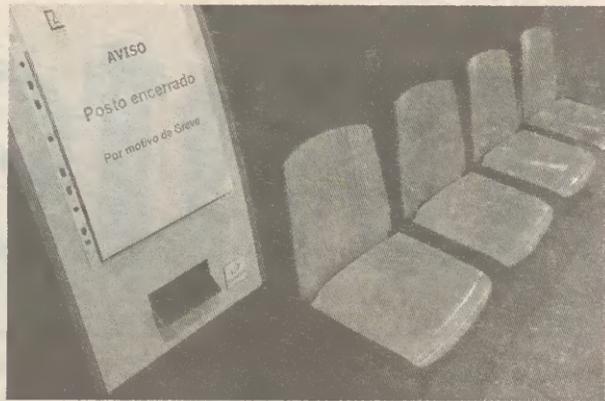
PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000\$00
44,90 euros
25 números: 4 600\$00
23,00 euros

EUROPA
50 números: 23 000\$00
114,75 euros

EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000\$00
164,60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Greve da função pública

Resumo

13 Quarta-feira

PCP apresenta propostas de lei para o reforço das verbas para o funcionamento das universidades • Estudantes do Ensino Superior de Lisboa manifestam-se contra os cortes orçamentais • Governo retira do OE as verbas para a construção da terceira ponte sobre o Tejo • Apresentação do novo livro de Urbano Tavares Rodrigues, que comemora 50 anos de actividade literária • Iraque aceita a resolução da ONU, autorizando a entrada dos inspectores de armas de destruição maciça • O exército israelita ocupa a cidade palestina de Nablus • Prestige naufraga na costa da Galiza, ameaçando provocar uma maré negra.

14 Quinta-feira

Greve Nacional da Função Pública; a adesão rondou os 90 por cento • PSD/PP aprovam OE para 2003 • Tribunal Constitucional denuncia «eventuais infracções» no anterior mandato de Pedro Santana Lopes, no Município da Figueira da Foz • Rússia anuncia ter desaparecido do seu arsenal de material nuclear com vista ao fabrico de armamento • No 16.º Congresso do PC da China, Hu Jintao é eleito secretário-geral do partido • Companhia aérea espanhola Ibéria anuncia estar interessada na privatização da TAP • Argentina recusa pagar ao Banco Mundial a prestação da dívida ao FMI.

15 Sexta-feira

Comemorando o seu 80.º aniversário, é apresentado o novo livro de José Saramago • Carlos Carvalhas anuncia recusa do PCP à proposta de reforma da PAC e apela à unidade da esquerda no combate às consequências do OE/2003 • Têm início o 13.º Congresso do Partido Socialista • Greve dos bombeiros da administração local • 20 militantes antiglobalização são presos no Sul de Itália, acusados de «associação subversiva» • No Afeganistão, bases norte-americanas de Gardez e Lwara são atacadas por tiros de rockets • EUA anunciam venda de radares militares à Índia • Bombeiros britânicos em greve.

16 Sábado

Reunidas em encontro nacional, as associações de estudantes do ensino secundário anunciam, para 28 de Novembro, um dia nacional de luta •

Greve dos trabalhadores dos bares das composições da CP • Milhares de pessoas manifestam-se em San Sebastian, no País Basco, pela libertação dos presos independentistas • Derama de crude de petróleo naufragado chega à costa da Galiza • Exército de Israel ocupa a cidade de Hebron.

17 Domingo

Maquinistas da Fertagus prolongam a greve parcial até 2 de Dezembro • Termina o 13.º Congresso do PS com a eleição de Ferro Rodrigues para o cargo de secretário-geral • Ex-primeiro-ministro italiano, Giulio Andreotti, é condenado a 24 anos de prisão, acusado de ter instigado o assassinato do jornalista Mino Pecorelli, em 1979 • O papa João Paulo II critica os países onde o aborto e o divórcio são legais • Governo do primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, declara «nulos e inválidos» os acordos de paz de Oslo de 1993.

18 Segunda-feira

Governo anuncia a entrada em vigor do perdão dos juros das dívidas ao fisco • Ministro da Ciência anuncia que os institutos politécnicos vão deixar de formar professores • Chegam ao Iraque os inspectores da ONU, para fiscalizarem a existência ou não de armas de destruição maciça • Blindados e helicópteros israelitas atacam na faixa de Gaza um edifício da Segurança Preventiva Palestina • Governo grego da ilha de Chipre aceita o plano proposto pela ONU, que pretende pôr fim à divisão da ilha • Lula da Silva declara que vai propor a redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais, no Brasil • No Peru, as eleições municipais resultam numa estrondosa derrota do partido do presidente Toledo.

19 Terça-feira

A CGTP decreta greve geral para o próximo dia 10 de Dezembro, contra a política laboral do Governo • A Associação Académica de Coimbra inicia greve de zelo, de forma a alertar para as consequências dos cortes orçamentais para o Ensino Superior • Em Bruxelas, Portugal bloqueia projecto que impede a entrada da Bielorrússia na UE • O navio grego Prestige afunda-se ao largo da costa da Galiza, causando uma catástrofe ecológica de proporções incalculáveis • Morre, com 79 anos de idade, o pintor Sá Nogueira.

Aconteceu

Giulio Andreotti condenado

O ex-primeiro ministro italiano Giulio Andreotti, de 83 anos de idade, foi, no domingo passado, condenado a 24 anos de prisão, por cumplicidade na morte do jornalista Pecorelli, em 1979. Após ter sido absolvido no tribunal de 1.ª instância em 1999, Andreotti vê-se agora acusado pelo tribunal de 2.ª instância de Perugia. Mino Pecorelli estava prestes a publicar as provas de possíveis cobranças ilegais por parte de Andreotti, quando foi assassinado. Giulio Andreotti, durante 25 anos líder da democracia-cristã italiana, só muito dificilmente será preso, mesmo que seja dado como culpado, já que a lei italiana não contempla a prisão para cidadãos a partir dos 75 anos de idade.

XIII Congresso do PS

Realizou-se no passado fim-de-semana em Lisboa, o Congresso do Partido Socialista. Os delegados optaram, entre duas, pela moção apresentada por Ferro Rodrigues, que foi reeleito secretário-geral do Partido. A moção derrotada foi apresentada por Henrique Neto.

Apesar de se reafirmar como partido de esquerda, o PS inviabilizou quaisquer alianças, deixando, no entanto, as portas abertas para a convergência com a direita «em questões de Estado». Foi confirmada a eleição de Ferro Rodrigues como líder do partido, e reduzido o número dos membros das estruturas dirigentes do PS.

Sobe e desce

O desemprego subiu em Portugal 4,5 por cento, no segundo trimestre deste ano, de acordo com dados do INE. O inquérito ao emprego, agora divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, revela que em comparação com homólogo período do ano passado, este valor traduz um aumento de 0,6 por cento.

O estudo justifica este aumento com um aumento do número de pessoas à procura de novo emprego, concluindo que aumentaram os contratos a termo e desceram os contratos efectivos.

Em queda, está também o investimento estrangeiro em Portugal.

De acordo com o Ministério da Economia, primeiro semestre de 2002 o investimento estrangeiro caiu 45 por cento em comparação com igual período do ano passado.

Petroleiro naufragado

Um petroleiro de nome Prestige, carregado com 70 mil toneladas de fuelóleo, naufragou e afundou-se na costa galega, criando uma enorme maré negra, na zona económica exclusiva de Espanha e perto das águas territoriais portuguesas. A costa galega e toda a sua indústria pesqueira foi profundamente afectada, sendo os prejuízos incalculáveis.

O Governo português recusou dar abrigo ao navio, devido ao desastre ecológico que isso causaria nas águas portuguesas e o ministro Paulo Portas anunciou que a costa e a zona económica exclusiva portuguesas ainda não estavam ameaçadas pela poluição. É de prever o alargamento da maré negra e mais graves consequências a nível ecológico.

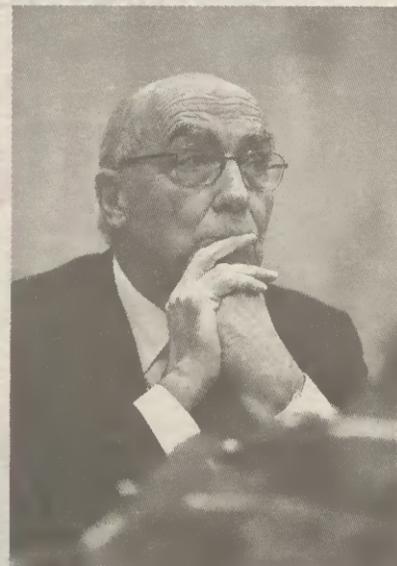
Saramago: mais um livro

Na passada sexta-feira foi apresentado em Lisboa mais um romance de José Saramago, «O homem duplicado». O lançamento do livro coincidiu com o 80.º aniversário do prémio Nobel da literatura, motivo pelo qual a Edi-

torial Caminho decidiu lançar uma primeira edição de 80 mil exemplares. Carlos Reis, ex-director da Biblioteca Nacional, fez a apresentação da obra de José de Sousa, nome de nascimento, ou seja, José Saramago.

O prémio Nobel da literatura, autor de Levantado do Chão, Memorial do Convento, O Evangelho Segundo Jesus Cristo, Ensaio sobre a Cegueira, O Ano da Morte de Ricardo Reis, A Caverna e tantos outros romances e crónicas, mostrou-se satisfeito com o seu último trabalho.

Lembramos que, aquando do lançamento do seu romance O Evangelho Segundo Jesus Cristo, o governo de Cavaco Silva proibiu a obra de concorrer ao Prémio Literário Europeu. Em resposta a este acto de censura, Saramago decidiu abandonar Portugal e ir viver para a ilha de Lanzarote, nas Canárias, onde habita desde então.



Urbano: 50 anos

Também Urbano Tavares Rodrigues tem novo livro. A apresentação de «Nunca Diremos Quem Sois», foi feita na passada semana, no âmbito

Coelho. Urbano Tavares Rodrigues, licenciado em Filologia Românica, vai para França, onde fica de 1949 a 1955, como leitor de Português, em

Letras da Universidade Clássica de Lisboa, dando aulas de literatura portuguesa e francesa. Dois anos depois fica, por motivos políticos, impedido de ensinar também fora da faculdade, por «participação em actividades subversivas».

Foi preso três vezes, pelos mesmos motivos, durante a década de sessenta. Mantendo sempre, ao longo de toda a sua vida, uma grande integridade antifascista, afastado da docência, continuou os seus estudos e a editar obras.

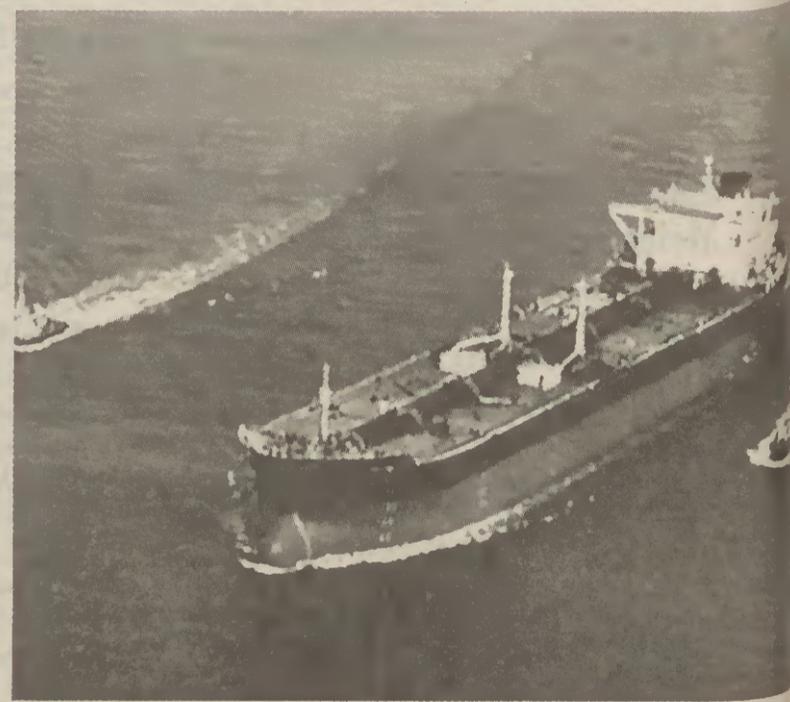
Urbano Tavares Rodrigues só regressa à universidade após o 25 de Abril de 1974 e só pode efectuar o doutoramento com mais de sessenta anos.



das comemorações dos seus cinquenta anos de carreira literária. A obra foi apresentada por Eduardo Prado

três diferentes universidades.

A partir de 1957, é assistente de Vitorino Nemésio na Faculdade de



Crónica Internacional

• Albano Nunes

Florença contra o neoliberalismo e a guerra

O Forum Social Europeu de Florença foi um acontecimento de grande importância que esta coluna não podia deixar de registar, tanto mais que as suas repercussões na comunicação social portuguesa, com honrosas excepções, não primaram pela objectividade. Entre outras possíveis aqui se deixam cinco anotações fundamentais.

A primeira para assinalar a pesada derrota do governo reacionário de Berlusconi e de quantos, como a infável Oriana Fallaci, procuraram impedir a sua realização em Florença e atemorizar os florentinos. A campanha terrorista voltou-se contra os seus próprios promotores. Não foram as polícias que asseguraram a «liberdade de manifestação» como se apressou a afirmar o governo desfeito, foram os próprios manifestantes e os cidadãos de Florença que a impuseram. É uma lição a reter para inevitáveis combates futuros pelo exercício desse direito fundamental frente às tentativas para criminalizar a resistência à exploração e à opressão capitalista.

A campanha terrorista voltou-se contra os seus promotores

A segunda para valorizar a grande, diversificada e entusiástica participação nos três dias de debates realizados (50 000 pessoas, na sua esmagadora maioria jovens muito jovens) e sobretudo para sublinhar a gigantesca dimensão

da manifestação pela paz (um milhão de pessoas segundo os organizadores). Claro que nada disto teria sido possível sem uma convergência muito ampla e o trabalho de organização de muitos meses, em que se destacou o Partido da Refundação Comunista. Muitas centenas de autocarros e comboios levaram a Florença manifestantes dos quatro cantos de Itália. Mas há algo de mais profundo e significativo.

Trata-se concretamente – e essa é a terceira anotação – de grandes traços e tendências da evolução mundial que, estilizando as ilusões do «capitalismo triunfante» e rompendo com as condicionantes ideológicas paralisantes do «pensamento único», suscitam a inquietação mobilizadora e participativa que estiveram patentes em Florença. As dramáticas consequências da «globalização», agudas manifestações da crise económica e financeira do capitalismo, fracasso de uma social-democracia rendida aos dogmas do neoliberalismo, intervencionismo e guerra imperialista, tudo isto está a estreitar rapidamente a base de apoio do capitalismo e a empurrar para a luta camadas médias, intelectuais, juventude. Florença é uma confirmação exuberante desta realidade.

Uma quarta anotação tem que ver com a intensa luta de ideias que percorre o chamado «movimento antiglobalização» e se exprimiu fortemente em Florença, nomeadamente em torno de questões tão decisivas para a transformação progressista da sociedade como o papel da classe operária, do partido de vanguarda, da conquista do poder, da propriedade social dos meios de produção. É da maior importância assegurar o carácter unitário do movimento e aprofundar o seu enraizamento de massas. A luta contra o neoliberalismo e a guerra foi justamente o emblema que possibilitou a ampla convergência verificada em Florença e a dimensão de massas da manifestação pela paz. Simultaneamente é necessário contrariar teses que, no seu desenvolvimento poderiam apagar o conteúdo anticapitalista e anti-imperialista do movimento e conduzir mesmo à sua recuperação reformista. Só profundas transformações na perspectiva do socialismo constituem alternativa real à barbárie capitalista.

Uma última anotação, sobre o lugar central da classe operária e o papel do sindicalismo de classe e da luta das massas trabalhadoras no processo emancipador. Florença não teria sido o que foi sem as greves gerais e outras lutas que ao longo do último ano tem tido lugar em vários países, incluindo a Itália. A luta em curso dos trabalhadores da Fiat contribuiu visivelmente para o ambiente combativo do Fórum. Um forte contingente de operários da Fiat ocupou um lugar destacado na frente da manifestação, mostrando que a luta contra a exploração e contra a guerra são na verdade inseparáveis. No momento em que em Portugal estão em desenvolvimento grandes lutas contra a violenta ofensiva antilaboral e anti-social do governo PSD/CDS-PP, é necessário não perder isto de vista e procurar as formas adequadas de articular a luta contra a direita e contra a guerra que os EUA se preparam para desencadear no Iraque.

Editorial

COM AS ARMAS QUE TEMOS NA MÃO

Face à mais ampla, forte e brutal ofensiva desencadeada contra os trabalhadores portugueses, os seus direitos e conquistas, o Conselho Nacional da CGTP decidiu convocar uma greve geral para o próximo dia 10 de Dezembro. Tal decisão constitui a resposta adequada à gravidade da situação criada pela política de direita conduzida pelo Governo PSD/CDS-PP.

A uma política que, a pretexto de uma muito propalada «crise» – crise que, não sendo o que o Governo diz ser, é o que é e é, acima de tudo, não o esqueçamos, da responsabilidade exclusiva da política de direita –, faz recair sobre quem trabalha e vive do seu trabalho um mar de consequências graves há que responder, como o irão fazer os trabalhadores, «com as armas que temos na mão». E a Greve Geral constitui uma legítima e poderosa arma, cuja utilização pelos trabalhadores poderá vir a constituir um factor determinante na luta pela defesa dos seus interesses e direitos e contra a política praticada pelo Governo – política antilaboral e anti-social, política com uma marca de classe iniludível.

“A Greve Geral constitui uma legítima e poderosa arma dos trabalhadores”

Como sublinha, numa síntese clara e rigorosa, a Resolução aprovada pelo Conselho Nacional da CGTP, «a receita é clara: para os trabalhadores é a diminuição dos salários reais, piores condições de trabalho, mais desemprego e dificuldades acrescidas para o acesso e condições de reforma; para o patronato, o Governo mostra-se generoso, quer através da privatização de serviços públicos e do que resta do Sector Empresarial do Estado quer nos benefícios fiscais que vão ao encontro das exigências do sector financeiro, sem tomar quaisquer medidas concretas contra a escandalosa dimensão da evasão e da fraude fiscais».

Proclamando que «a luta é o caminho» e adoptando para a Greve Geral o lema «Contra o pacote laboral, por políticas salariais e sociais justas», o Conselho Nacional da CGTP define cinco objectivos essenciais: impedir a aprovação do pacote laboral; melhorar o poder de compra dos salários, por uma política fiscal justa que combata as crescentes desigualdades e a evasão e a fraude fiscais; defender o sistema público, universal e solidário da segurança social; defender e reforçar o Serviço Nacional de Saúde ao serviço dos utentes; defender o sistema de ensino público. E traça linhas de acção visando o êxito da greve geral: o empenhamento do Movimento Sindical Unitário na pre-

paração e concretização das manifestações e acções programadas para 30 de Novembro, as quais, na sequência das múltiplas e grandiosas acções de luta dos últimos tempos, constituirão um contributo decisivo em termos de mobilização de forças e de vontades para a greve geral do dia 10. E porque esta é uma luta que diz respeito a todos os trabalhadores – e não apenas aos que estão sindicalizados na CGTP – há que desenvolver todos os esforços para, como salienta a Resolução do Conselho Nacional da CGTP, conquistar amplos apoios e solidariedades, independentemente das opções sindicais de cada trabalhador. E porque esta é uma luta que diz respeito a todos os portugueses e portuguesas que, de uma ou doutra forma, são afectados pela política de direita, necessário é procurar ganhar para a intervenção na luta sectores e camadas da população que, nomeadamente nas acções de 30 de Novembro, poderão contribuir, com a sua presença, para dar mais força à força dos trabalhadores que dez dias depois construirão a Greve Geral. A luta pela participação massiva nas acções de 30 de Novembro de reformados e pensionistas, de mulheres, de deficientes, de jovens estudantes e jovens à espera do primeiro emprego, de micro, pequenos e médios empresários, é um dos vários caminhos a percorrer para que a Greve Geral tenha o êxito que dela se espera e conduza aos resultados desejados.

«O Governo não se desviará nem um milímetro do caminho traçado» e «não é com greves que se resolvem os problemas do País», disse o Primeiro-Ministro, reagindo ao anúncio da greve geral. E informando que o Governo decidiu «dilatir o prazo de discussão pública» do pacote laboral até meados de Janeiro, rematou: «Em Janeiro tomaremos uma decisão. Há um tempo para debater e há um tempo para decidir.» (Dito isto, achou por bem observar, certamente de mãos postas e ar contrito: «temos de ser humildes. Por mim, detesto toda a arrogância»...)

É natural, e era esperada, esta reacção do Primeiro-Ministro. Tão natural e esperada como as reacções, no mesmo sentido, da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), e da CCP (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal). Tais reacções apenas confirmam o carácter de classe da política do Governo e o seu conteúdo antilaboral.

Já a posição anunciada por um deputado do PS, a constituir opinião do partido, suscita, no mínimo, legítimas interrogações e dúvidas. «O PS compreende as razões que levam a CGTP a convocar a greve geral, mas deseja que o debate sobre o novo Código do Trabalho, em sede parlamentar, venha a esbater esses motivos», pelo que, «os socialistas, enquanto partido, não apelam nem vão apelar à participação na greve geral». Regista-se com agrado a «compreensão» do PS para as razões dos trabalhadores e espera-se, deseja-se e confia-se em que os trabalhadores militantes do PS, enquanto trabalhadores, participem na Greve Geral e contribuam para o êxito da luta contra o pacote laboral e por políticas salariais e sociais justas.

Natural é, também, a posição do PCP, apoiando clara e inequivocamente a Greve Geral.

Actual É tempo de mudar

• José Casanova

Foi profundo, muito profundo, o debate de ideias que durante o passado fim-de-semana encheu o Coliseu dos Recreios. Os conceitos de esquerda e direita, exaustivamente dissecados, estiveram no centro do debate que, por arrasto, assumiu o encargo de dissertar, ainda, sobre o conceito de centro.

A profundidade do discurso propugnando uma viragem à esquerda (que obviamente pressupunha um posicionamento actual à direita ou ao centro) pediu meças

ao não menos profundo discurso que se bateu por uma viragem à direita (que obviamente pressupunha um posicionamento actual à esquerda ou ao centro). E, de entre um e outro dos supracitados discursos, emergiu um terceiro, por uma viragem ao centro (que obviamente pressupunha um

posicionamento actual à esquerda ou à direita). Cumpre registar ainda que os defensores das três viragens estavam de acordo num aspecto e fizeram-no saber num grito gritado a plenos pulmões: o PS é um partido de esquerda – grito que, pela sua unanimidade, funcionou em pleno e assumiu ressonâncias de jackpot posicional.

Temos, então, um partido de esquerda reunido em congresso, debatendo animadamente o seu posicionamento, com congressistas pedindo viragens à esquerda, à direita e ao centro – tudo isto culminando com a solene garantia de que em 2006 o PS não fará alianças nem à direita, nem à esquerda, nem ao centro. Porque, necessário é dizê-lo, o profundo debate de ideias que inundou o Coliseu tinha como referência maior, não tanto a política

que Barroso e Portas estão, hoje, a fazer e os seus malefícios para a maioria dos portugueses, mas mais, muito mais, a política que o PS sonha fazer depois das eleições de 2006...

Tamanha profusão de pedidos de viragem só aparentemente pode ser vista como traduzindo um certo desnor-te posicional. Na realidade, o partido está onde está. Que é onde, mais coisa menos coisa, sempre esteve. Direito que ninguém tem o direito de lhe contestar.

Por mim não lhe peço que vire à esquerda nem à direita nem ao centro. Desejo, tão-somente, que integre plenamente a luta da esquerda contra a política de direita praticada pelo Governo Barroso/Portas, que apoie a Greve Geral decidida pela CGTP e apele aos seus militantes a participar nela, enfim que seja oposição essencialmente àque-la política e não essencialmente àquele governo. Porque, como a vida tem mostrado, os governos passam... e a política de direita fica. E é tempo de mudar.



Em busca da razão perdida

• Jorge Cordeiro

O Congresso do PS constituiu um exercício estonteante de procura do seu posicionamento e sentido político. Antes e durante vaguearam, primeiro pelas páginas do jornais e depois pela tribuna pela voz de não propriamente anónimos membros do PS, palpites que variaram entre uma eventual recuperação da solução do bloco central ou eventuais soluções preconizando acordos à sua esquerda, entre os que o querem mais ao centro ou mais à esquerda, tudo resumida e sabiamente resolvido com recurso àquela formulação bem conhecida do passado recente: sós, para ganhar e de preferência com maioria absoluta. Nada de inédito, pois e com resultados conhecidos em matéria de prática subsequente mesmo quando essa maioria não foi a que se aspirava.

Dizem os jornais que deste congresso, o PS saiu com o coração à esquerda. Melhor assim, mas decididamente insuficiente. Como a vida já provou desde os tempos não distantes do slogan «com razão e coração». Pelo que, mais importante do que os sentimentos, e mais decisivo do que as boas vontades mais ou menos laicas, está em ver pela prática aonde está a razão do ser e agir. Nada melhor do que o futu-



ro próximo para o testar. Nada melhor do que aguardar por ver se o lugar que o PS se dispõe a ocupar no combate ao pacote laboral é o de sem hesitações se colocar ao lado da luta que há-de unir os trabalhadores na resposta à ofensiva e objectivos da direita e do grande patronato. Nada melhor do que aguardar a sua colocação perante novos desenvolvimentos na política de privatizações de novas empresas e serviços, conhecidas que são as responsabilidades particulares do PS neste domínio e as suas posições bem recentes designadamente de compromisso com a privatização da rede fixa de telecomunicações. Nada melhor do que ver o modo como pensa o PS agora, que no seu discurso retomou os temas da regionalização e da despenalização do aborto, resgatar estes temas do atoleiro e da teia, pelas suas mãos criadas, que os conduziu à derrota.

Os próximos tempos e sobretudo os próximos combates contra a direita falarão mais claro sobre o sentido político do PS do que a sucessão de discursos, juras e profissões de fé que em tempo de oposição irrompem por ali. Os perigos que se agigantam exigem que a razão e coração o conduzam a marcar presença do lado certo.

A fera

• Leandro Martins

Há uma frase que muitos atribuem a um personagem de Visconti, no grandioso filme *O Leopardo* ou, pelo menos, saída do belo livro do mesmo nome que lhe serviu de tema e que é da autoria de Lampedusa. A ideia é mais ou menos esta: «É preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma.» Pessoalmente penso que tal frase, ou ideia, é muito anterior ao livro e ao filme, já que sempre esteve na alma de qualquer poder perverso, por mais «progressista» que se apresente. E, no curto espaço de uma vida já vimos algumas dessas mudanças, tão radicais que pareciam haver virado países do avesso. Se tomarmos a Itália por exemplo, a propósito do recém-condenado Andreotti, que «levou» uma pena de 24 anos de cadeia pelo assassinato de um jornalista em 1979, recordemo-nos desta figura de grande longevidade política, sempre na ribalta ou nas fímbrias do poder «democrata-cristão», «confidente de cinco papas» (!),

como afirmam que haja sido, tão beato que ninguém o levava preso. Após os escândalos que rebentaram e mostraram ao mundo o que todo o mundo já sabia, isto é, a cumplicidade entre a «democracia-cristã» e a Mafia, de facto muita coisa mudou, para que tudo ficasse na mesma. A «democracia-cristã» acabou e a justiça italiana promoveu uma chamada operação «mãos-limpas», a que poucas figuras proeminentes de então escaparam, até o «socialista» Bettino Craxi fugiu para a Tunísia, onde foi confortado com a beijeroquice de Mário Soares. Entretanto, o «edifício democrático» italiano soçobrou, as antigas formações dissolveram-se, o Partido Comunista Italiano «renovou-se» e passou a ser «democrático e de esquerda». Nesta grande mudança, sobrevieram novidades de arromba. Por exemplo, a direita continua a governar pela mão forte

de Berlusconi que até produz leis que impeçam limpezas de «mãos». Andreotti é condenado? Que importa? O passado enterra-se e não faz sombra. Alguma coisa mudou para que tudo ficasse na mesma.

Com a devida distância, lembrei-me do congresso do PS que decorreu no último fim-de-semana, com os jornais a garantirem que agora é que era de esquerda. A voz tonitroante de Manuel Alegre - o mesmo que, dirigindo-se a Guterres, disse, «Ó António, se eu soubesse do teu discurso não tinha apresentado a minha moção»... - mostrou a sua satisfação com o conclave. Tudo mudou, ao que nos dizem. Mas, olhando bem, mudaram algumas caras e muitas desviaram-se para a sombra. Quanto a ser «de esquerda», já não vemos muito bem donde é que tal ideia pode tirar-se. Mas se calhar, o melhor é eu não me meter nisto.



Frases

“É um equívoco transformar a discussão sobre a estratégia política do PS num problema de circulação rodoviária, para saber se circulamos na faixa direita, do centro ou da esquerda”

(António Costa, Público, 18.11.02)

“Se há dúvida que nunca tivemos, nem temos, é se o PS é ou não um partido de esquerda”

(José Sócrates, idem)

“O PS deve lançar a semente para atingir a maioria absoluta nas legislativas de 2006, para que possa pela primeira vez na história aplicar sem cedências o seu projecto social e a visão de esquerda”

(António José Seguro, idem)

“O debate sobre a viragem à esquerda deriva da psicose da inferioridade ideológica ou da má consciência”

(Carlos César, idem)

«Deixámo-nos envolver no bloco central dos interesses, frequentemente pouco claros, e comprometemos centros de decisão estratégica, como é o caso, triste e nunca explicado, da venda da Petrogal a estrangeiros»

(Henrique Neto, idem)

“Não podemos ter um PS aos ziguezues, que às segundas, quartas e sextas pisca o olho à direita, ao bloco central ou até a uma AD reformista, e às terças, quintas e sábados defende uma frente popular”

(Jaime Gama, idem)

“Bloco central nunca mais”

(Manuel Alegre, idem)

“Não surpreende que aqueles que realizaram esse negócio [Petrogal] elogiem agora o PSD e o seu líder, para que os negócios no bloco central continuem, independentemente de quem detém o poder político”

(Idem, ibidem)

“Quando ouvirem algumas pessoas dizer bem de mim, então está na altura de o PS mudar de secretário-geral”

(Ferro Rodrigues, idem)

“Quem não sabia, ou tinha dúvidas ficou cabalmente esclarecido no XIII Congresso do Partido Socialista. O PS é de esquerda. É mesmo de esquerda, juraram todos. As interpretações para este ser de esquerda é que são muito variadas”

(Luciano Alvarez, idem)

“Neste congresso vamos eleger de novo Ferro Rodrigues. É importante que o partido se porte com juízo...”

(José Sócrates, Notícias Magazine, 17.11.02)

“A mania do consenso que leva à permanente procura de inglórios e doentios acordos tácticos é provavelmente um dos maiores obstáculos a uma efectiva renovação do Partido Socialista”

(Leonel Moura, A Capital, 17.11.02)

“Portugal precisa de esquecer o guterrismo antes de votar no sucessor do sucessor do sr. Ferro. Se votar.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 17.11.02)



● Gustavo Carneiro
texto

CGTP marca para 10 de Dezembro Greve geral

Considerada por muitos como inevitável, dado o brutal ataque do patronato e do Governo aos direitos dos trabalhadores, a greve geral está convocada para o próximo dia 10 de Dezembro.

A decisão de convocar a greve geral foi tomada anteriormente pelo Conselho Nacional da CGTP que elencou os objectivos principais para esta paralisação: impedir a aprovação do Pacote Laboral; melhorar o poder de compra dos salários e combater as desigualdades e as injustiças; defender e reforçar o Serviço Nacional de Saúde; salvar o sistema público de ensino e proteger o sistema público, universal e solidário de Segurança Social.

Na conferência de imprensa, o secretário-geral da CGTP considerou que a situação é de tal maneira grave que «só um destes motivos justificava o recurso à greve geral».

A convocação desta paralisação não inviabiliza as acções previstas para o próximo dia 30. Estas, marcadas na jornada nacional de luta de 30 de Outubro, assumem-se como «factor determinante de mobilização para o sucesso da greve geral», pelo que a CGTP apela ao apoio e solidariedade de todos os movimentos sociais e da população em geral.

Com a convocação da greve geral, inicia-se uma nova fase da luta dos trabalhadores. Daqui em diante e até 10 de Dezembro a palavra de ordem

é apenas uma: mobilizar. Para ontem estavam marcados dois plenários distritais de sindicatos, no Porto e em Castelo Branco, com o objectivo de preparar a intervenção para o próximo dia 10. Nos dias que se seguem realizar-se-ão outras reuniões em plenários por todo o País.

As reacções à convocação da greve não se fizeram esperar. Pouco tempo passava do anúncio feito pelo secretário-geral da CGTP e já o PCP, por intermédio de Bernardino Soares, manifestava o seu «apoio inequívoco» à paralisação, considerando-a expressão do descontenta-

mento dos trabalhadores. Na segunda-feira, após um encontro entre a CGTP e o PCP, Carlos Carvalhas havia já manifestado «todo o apoio aos sindicatos e aos trabalhadores se estes vierem a convocar uma greve geral».

«Será uma grande greve»

Para o PS, segundo declarações à imprensa de um dirigente, os motivos da decisão da CGTP são compreensíveis, mas ainda espera que o Governo aceite introduzir alterações na sua proposta. Contudo, enquanto partido, o PS não apela nem apelará à participação na paralisação, garante.

A primeira reacção pública do Governo mostra que a greve já está a dar frutos. Depois de, numa primeira

fase, ter recusado o alargamento do prazo de discussão pública do Pacote Laboral, como os sindicatos exigiam, o primeiro-ministro afirmou anteontem que o Governo estaria afinal disposto a conceder esse alargamento.

Particularmente incerta continua a ser a posição da UGT, cujo secretariado reúne hoje para decidir, entre outras matérias, se adere ou não à greve geral. Questionado na conferência de imprensa

acerca de uma eventual participação da UGT, o secretário-geral da CGTP afirmou que «esta é uma greve dirigida ao conjunto dos trabalhadores portugueses». Para além dos sindicatos filiados na Intersindical, Carvalho da Silva garante que muitas outras estruturas acabarão por aderir. O dirigente da Inter disse ainda que no encontro que a CGTP teve com a UGT na passada semana, esta foi informada da possível con-

vocação de uma greve geral para Dezembro.

O secretário-geral da CGTP confia que esta «será uma grande greve», porque «observámos uma grande confiança e disponibilidade para a luta por parte de muitos trabalhadores». Carvalho da Silva chamou ainda a atenção para o facto de a greve geral se realizar no dia em que se comemora a Declaração dos Direitos do Homem das Nações Unidas, o que, face à gravidade das medidas em curso, tem um especial significado.

Até 10 de Dezembro há que mobilizar todos para a greve geral

Motivos justos

A greve geral do próximo dia 10 é a resposta dos trabalhadores portugueses ao patronato e ao Governo, que contra eles lançaram, como

afirma a CGTP, a «mais vasta e violenta ofensiva» que visa pôr em causa «conquistas fundamentais, alcançadas ao longo dos tempos com árduas lutas e grandes sacrifícios». Este ataque, «incentivado pelo grande patronato e conduzido pelo Governo PSD/PP, desenvolve-se de uma forma global e articulada, atingindo vários sectores da sociedade». Mas especialmente na área do trabalho e dos direitos sociais, «por via do Pacote Laboral, do aumento generalizado dos preços, da diminuição do poder de compra dos salários, da destruição do sistema de Segurança Social público e universal, do enfraquecimento das políticas de saúde e do ensino».

Relativamente às alterações que o Governo quer

incluir na legislação do trabalho, a CGTP alerta os trabalhadores para as manobras que, «a pretexto de falsas cedências ou recuos, mais não visam que procurar esconder a gravidade dos objectivos centrais» da proposta. E estes objectivos são a desregulamentação e precarização do trabalho, a descida dos custos do trabalho por intermédio da redução dos salários e das prestações complementares e o reforço do poder patronal.

Assim, a CGTP entende que a aprovação desta proposta de lei significaria um forte retrocesso social, com a «redução drástica dos direitos sindicais e dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores».



CGTP apela a todos os trabalhadores para que participem em unidade na greve geral de dia 10

Sobe para 16 o número de empresas de comunicação social a pretender despedir trabalhadores

Ofensiva sem precedentes

Para várias empresas do sector da comunicação social, a redução do número de trabalhadores nas redacções é a solução escolhida para os supostos problemas financeiros.

São já dezasseis as empresas de comunicação social que estão a procurar resolver os seus supostos ou reais problemas financeiros recorrendo à redução de pessoal nas redacções. Tal como o *Avante!* tem vindo a noticiar, o Sindicato dos Jornalistas, que está a seguir a situação, denuncia o «desrespeito por regras legais em vigor e por métodos de coacção psicológica e violência da dignidade dos jornalistas e outros trabalhadores», que mais não é que a antecipação no terreno do «inaceitável Pacote Laboral».

As empresas estão a antecipar, no terreno, o Pacote Laboral

O SJ destaca ainda o facto de os processos de despedimento em curso terem seleccionado como alvos, em vários casos, «delegados sindicais e jornalistas que se batem pelos seus direitos e pelos direitos dos seus camaradas, quer em plénários, quer em acções de luta, quer ainda nos próprios tribunais».

Ao invés de procederem a uma análise da situação económica e financeira juntamente com as organizações representativas dos trabalhadores, as empresas «limi-

tam-se a esgrimir generalidades sobre uma crise do sector e a agir conforme entendem». E têm entendido pelo «emagrecimento» das redacções, não pondo sequer a hipótese de procurar outras soluções para os eventuais problemas.

Em alguns casos, afirma o sindicato, nem se pode falar em prejuízos, mas sim de redução de lucros face a anos anteriores. O SJ considera que o sector, muito sensível às variações tecnológicas e às alterações noutras sectores económicos, deve ser gerido de forma prudente, o que implica uma grande capacidade de prevenção dos riscos de resultados menos positivos nalguns períodos «sem que seja necessário recorrer ao sacrifício de postos de trabalho».



A simples redução dos lucros é, para muitas empresas de comunicação social, razão para despedir

CGTP realiza mais de trinta mil sindicalizações em seis meses

O melhor semestre de sempre

O primeiro semestre de 2002 foi o melhor de sempre desde o IX Congresso da CGTP, quer ao nível do número de sindicalizações efectuadas quer na eleição de delegados sindicais nas empresas. A meta estipulada para o ano é de 60 mil sindicalizações e até ao fim de Junho tinham sido efectuadas 33 mil, ou seja, mais de 55 por cento.

Quanto às eleições para delegados sindicais, a diferença entre as metas traçadas e os objectivos alcançados é maior. A eleição de 2749 delegados até Junho representa uma percentagem de 122 por cento relativamente à meta, que era de 2241 delegados.

Das novas sindicalizações 55 por cento são mulheres e 36 por cento são jovens. Quanto aos delegados sindicais, 58 por cento são mulheres e 27,1 por cento têm menos de 30 anos.

Para a central, que divulga estes dados na quinta edição do seu boletim *Sindicalizar Mais*, reforçar a organização, distribuir

a informação sindical e desenvolver a unidade entre todos os trabalhadores «é o caminho mais seguro e vigoroso para respondermos com as lutas de dimensão adequada e derrotar a ofensiva patronal e governamental».

Segundo a CGTP, esta ofensiva, materializada no Pacote Laboral, tem um forte pendor anti-sindical, contendo diversas medidas de limitação ao legítimo direito à greve e à negociação colectiva. O reforço da organização e da intervenção sindical surge como forma privilegiada de luta contra estas intenções. «Governo e patronato têm o património, têm o capital, têm a comunicação social, têm o poder político. São meios poderosos e actantes para os seus objectivos.» Mas os trabalhadores, lembra a central sindical, também têm meios igualmente poderosos. «Somos, em número, muitos mais que os patrões. Temos a nossa organização e a nossa unidade.»

No Comércio e Serviços

Impulsionar a acção reivindicativa

Esclarecer e mobilizar os trabalhadores para a jornada de luta de dia 30 de Novembro foi um dos objectivos traçados na reunião conjunta da Direcção Nacional do CESP e da Comissão Executiva do CESNORTE, realizada no passado dia 12. Para os sindicatos do sector do comércio e serviços, ambos da CGTP, é necessário lançar uma segunda vaga de reuniões com os trabalhadores, «articulando o esclarecimento sobre o Pacote Laboral com a intensificação da luta reivindicativa, contra a Lei de Bases da Segurança Social e contra a

privatização dos serviços de saúde». Tudo isto justifica, segundo os sindicatos, o recurso à greve geral, entretanto convocada pela CGTP para o próximo dia 10 de Dezembro.

Para os sindicatos, o Pacote Laboral eterniza a opção pelo esgotado modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e na precariedade. Na opinião do CESP e do CESNORTE, a proposta de revisão das leis laborais do Governo continua, mesmo após a «farsa negocial encenada na concertação», «com conteúdos inaceitáveis por-

que retira, reduz e subverte direitos básicos fundamentais dos trabalhadores e seus sindicatos, reduz os rendimentos dos trabalhadores, aumenta a precariedade, atribui poderes absolutos aos patrões para poderem decidir e ingerir-se na vida profissional, pessoal e familiar e na casa dos trabalhadores».

A par da luta contra estas e outras medidas do Governo, os trabalhadores devem também exigir a actualização mínima dos salários de 30 euros e aumentos do subsídio de alimentação não inferiores a 50 cêntimos diários.

O sindicato lembra as empresas que o carácter eminentemente social e a «importância decisiva da informação livre para o pluralismo e a democracia evidenciam a necessidade de preservar o mais possível a estabilidade dos jornalistas e a imagem de credibilidade dos órgãos de informação», pelo que se exige um recuo nesta estratégia.

Rádio, TV e tudo

As situações são muito variadas entre as 16 empresas. Grandes ou pequenas, nacionais ou regionais, todas têm a intenção de despedir trabalhadores. O Sindicato dos Jornalistas divulgou, na passada semana, uma lista das empresas que têm em vista a redução do número dos seus efectivos.

Na *Agência Lusa*, como o *Avante!* noticiou na passada edição, o processo de despe-

dimento selectivo contou com a oposição firme do sindicato e os jornalistas ponderaram recorrer à greve para travar o ataque.

Também a *SIC* e a *SIC On-line* estão a proceder a despedimentos. O sindicato estima que a estação pertencente ao grupo *Impresa*, de Balsemão, venha a contactar quarenta trabalhadores com vista ao seu despedimento, provavelmente a partir de listas elaboradas na direcção. Pelo menos três jornalistas foram já contactados.

Na *RTP*, o processo recuou devido à pressão exercida pela luta dos trabalhadores, que obrigou o Governo a prorrogar o prazo para a adesão ao programa de rescisões de contrato. Porém, a ameaça sobre os estagiários e dos contratados dos centros de emissão regional é imediata.

O *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* encontram-se igualmente a proce-

der a contactos com vista à rescisão de contratos com os seus trabalhadores. No *JN*, a resistência tem sido generalizada.

Pelo menos um jornalista da redacção do *Porto do 24 Horas* foi contactado com o objectivo de o levar a rescindir o seu contrato. Esta empresa já havia abordado, há três meses, vários trabalhadores com esse fim. Na *Rádio Capital*, assiste-se, segundo o sindicato, a uma «desorientada estratégia de ofensiva ao direito dos trabalhadores». Praticamente todos os jornalistas abrangidos com processos disciplinares com vista ao despedimento, treze no total, ou são delegados sindicais ou intervieram em plénários e acções de luta.

Também no *Correio do Minho*, no *Euronotícias*, na *NTV*, no *Comércio do Porto*, em *O Jogo*, na *Rádio Azul*, no *Rádio Clube de Sintra* e na *TV Guia* ocorrem processos semelhantes.

Motoristas com condições desumanas

A denúncia é da FESTRU, Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, filiada na CGTP. Segundo esta estrutura, os motoristas de mercadorias perigosas são sujeitos a cargas horárias desumanas, que põem em causa a vida destes trabalhadores, bem como de outras pessoas. Os motoristas trabalham muitas vezes acima das 17 horas e com horários irregulares, sujeitos a turnos ou variando de dia para dia, com amplitudes muito diversas que não respeitam os tempos máximos

de trabalho e condução nem os tempos mínimos de repouso. Para além disto, a pressão exercida pelos patrões visando o desempenho de funções que não só não constam da sua definição de tarefas, como comportam esforços e riscos acrescidos que podem mesmo contribuir para acidentes graves.

Para a federação, as más condições são impostas pela «forte concorrência desleal que existe neste sector por pressão das empresas petrolíferas e dos empresários do

transporte público». A pressão é feita por certos mecanismos de chantagem, de que os vínculos laborais precários, os salários baixos e o pagamento ao quilómetro – que é ilegal – são apenas exemplos.

As críticas da FESTRU não se ficam pelas empresas estendendo-se ao Governo que «em vez de acabar com a precariedade neste e noutros sectores está mais interessado em a aumentar, sendo prova disso a sua proposta de alteração à legislação laboral».

Protesto da Administração Pública parou o País

Meio milhão em greve

Oitenta e cinco por cento dos trabalhadores da Administração Pública fizeram greve no passado dia 14, numa inequívoca resposta às intenções do Governo. O País esteve parado.

Hospitais com serviços mínimos, recolha de lixos por fazer, escolas e jardins de infância encerrados foram apenas a uma face, e a mais visível, da greve nacional da Administração Pública, realizada no passado dia 14. Mas esta grande jornada de protesto e reivindicação teve muitas e variadas expressões. Cantinas, centros de saúde, autarquias, repartições de Finanças, conservatórias,

De Norte a Sul do País

Por mais que o Governo afirme que à greve nacional da Administração Pública apenas aderiram 26 por cento do total destes trabalhadores, a realidade contraria as afirmações – e desejos – do executivo. De norte a sul do País, e nas regiões autónomas, a ausência dos trabalhadores inviabilizou por completo o funcionamento de muitos serviços.

No Algarve, por exemplo, a maioria dos tribunais encerrou – casos de Tavira, Faro, Silves e Lagos. A adesão global, afirmam os sindicatos, é de 90 por cento, com especial incidência nas escolas, centros de saúde, hospitais e serviços municipais. No caso das escolas, das 79 existentes na região, 62 encerraram.

Também nas regiões autónomas, a greve se fez sentir com intensidade. Com uma adesão a rondar os 80 por cento, os trabalhadores açorianos paralisaram escolas, tribunais, repartições de Finanças e serviços de saúde, em todas as ilhas. Na Madeira, destacam-se os enfermeiros e os bombeiros, que apenas responderam a chamadas relacionadas com serviços mínimos.

No norte do País, a greve afectou diversos serviços. Em Braga, não circularam os transportes colectivos. No hospital de Viana do Castelo encerraram as consultas externas e no tribunal foram anulados os julgamentos previstos. Escolas, limpeza e repartições de Finanças foram outra face da luta. No Alentejo, os sindicatos falam em expectativas superadas. Na administração local, na saúde e na educação registaram-se elevados índices de adesão. No Baixo Alentejo, 70 por cento das escolas não abriu devido à greve. Na Universidade de Évora não houve aulas.

serviços portuários, centros da Segurança Social, departamentos governamentais, estiveram encerrados ou a laborar com dificuldades. Segundo os sindicatos, a adesão a esta greve superou em 10 por cento a registada em Novembro de 1992, última vez que estruturas de ambas as centrais sindicais levaram a cabo acções conjuntas.

No Porto, centenas de trabalhadores estiveram concentrados na baixa da cidade, exigindo que o Presidente da República não permita a aprovação do Pacote Laboral.

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública não tem dúvidas em afirmar que meio milhão de trabalhadores aderiram à greve, ou seja, oitenta e cinco por cento do total. A Frente Comum, e as outras organizações promotoras, aconselharam o Governo a não ignorar que mais de 500 mil trabalhadores paralisaram para demonstrar o seu descontentamento à sua política.

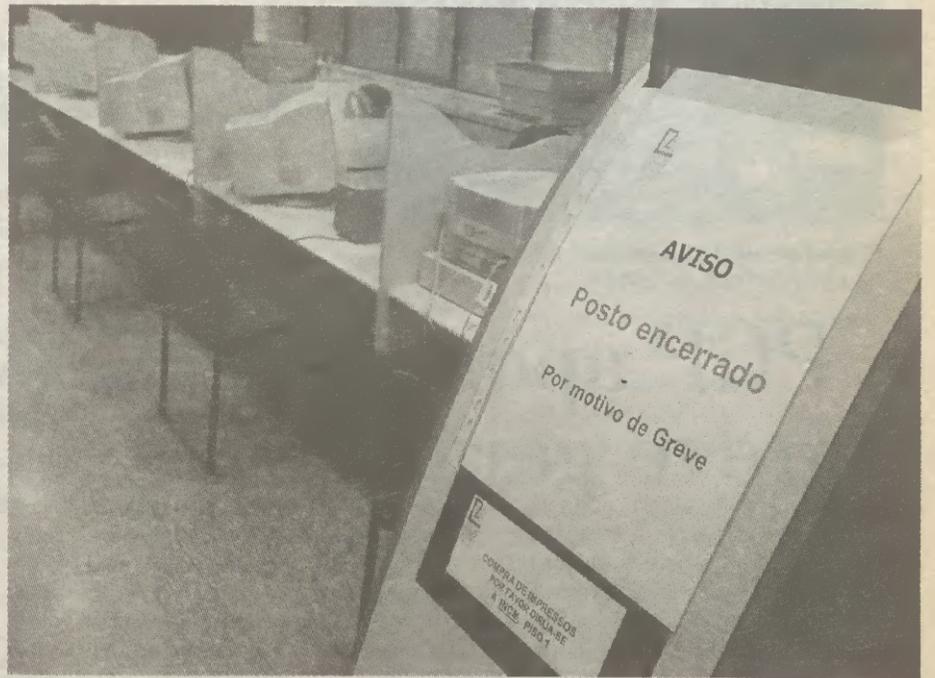
O Sindicato dos Trabalhadores da Administração

Local, STAL, aponta no mesmo sentido. «Esta é a resposta inequívoca dos trabalhadores da administração local aos violentos ataques que o Governo PSD/PP vem desferindo», afirma a Direcção Nacional do STAL, referindo-se à adesão neste sector, superior à registada no passado dia 16 de Outubro: 95 por cento. No mesmo sector, o STML, Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, registou uma adesão global à paralisação na ordem dos 80 por cento, com vários serviços completamente parados na autarquia da capital.

Sindicatos aconselharam Governo a levar em conta o protesto

Todos os sectores afectados

Quanto às escolas do ensino básico e secundário, 90 por cento não abriram devido à greve, garante a FENPROF. Segundo a Federação dos Professores, aproximadamente 80 por cento dos docentes aderiu à luta. Os funcionários não docentes também paralisaram e fixaram a adesão, no sector, nos 85 por cento. O Sindicato dos Professores da Região Centro anunciou no próprio dia da greve que todas as escolas básicas dos



A luta de massas fez-se pela ausência. A greve nacional da Administração Pública paralisou muitos serviços

2.º e 3.º ciclos e secundárias do distrito de Viseu estiveram encerradas, bem como grande parte das escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar. Nos ensino superior, entre 70 a 75 por cento dos professores aderiram à greve.

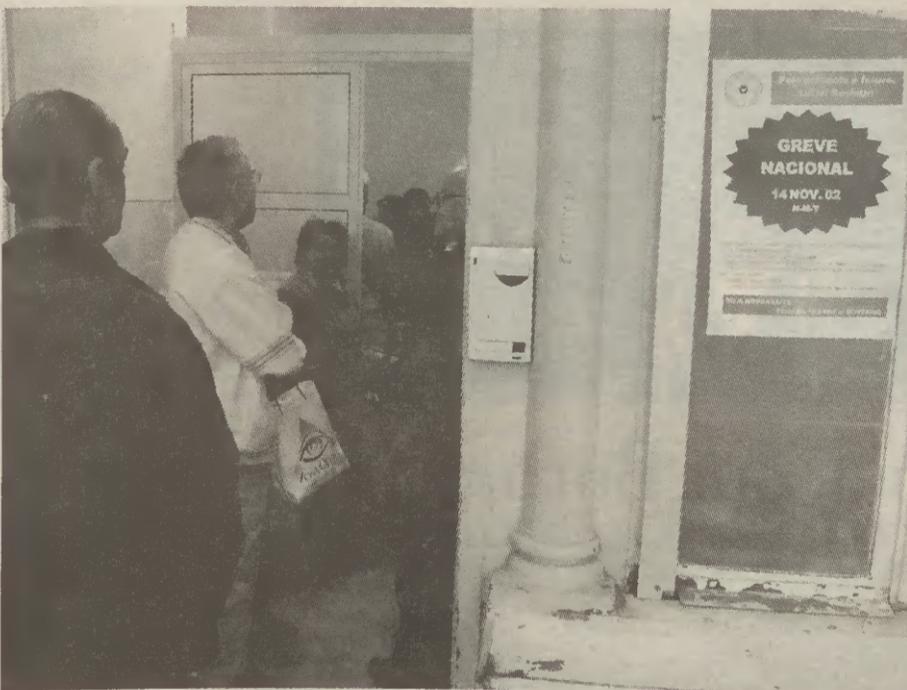
Na saúde, os sindicatos reclamam uma adesão de cerca de 85 por cento, com algumas diferenças entre médicos, enfermeiros, auxiliares e administrativos. Como consequência, fecharam muitos Centros de Saúde e em grande parte dos

hospitais, apenas se prestavam serviços mínimos.

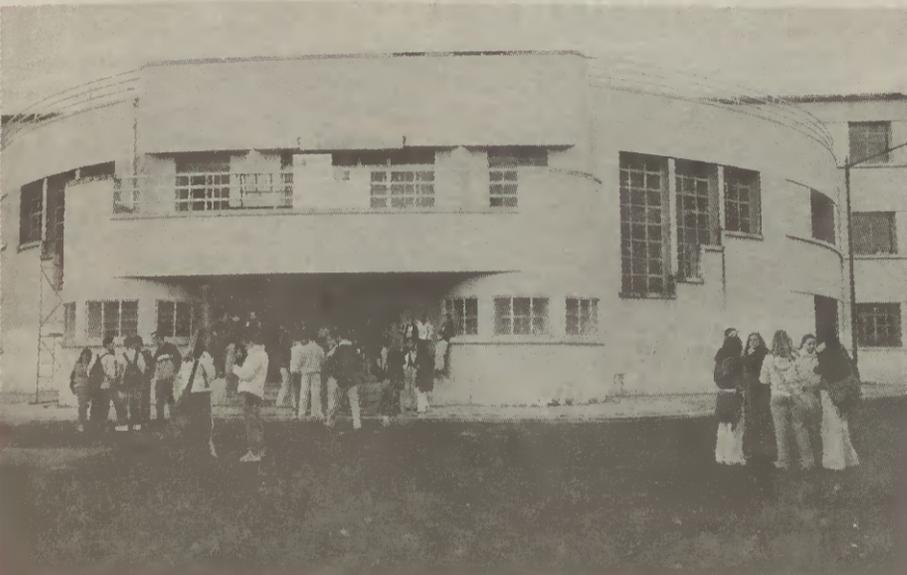
Também em serviços mínimos estiveram muitas unidades de sapadores bombeiros, que registaram uma adesão à greve da ordem dos 70 por cento.

A paralisação nacional da Administração Pública afectou todos os sectores, excepto forças de segurança e forças armadas, legalmente impedidas de recorrer a esta forma de luta. Mas nem por isso aqueles deixaram de prestar a sua solidariedade. Alberto Torres, presi-

dente da Associação Socio-Profissional da Polícia, afirmou a vários órgãos de comunicação que a luta dos trabalhadores «pela defesa dos seus direitos, consagrados na Constituição, será certamente também uma luta importante para a defesa dos direitos de todos os profissionais da PSP». Aos seus colegas, o presidente da ASPP apelou para que evitassem «qualquer tipo de confronto, em situação alguma, com os colegas trabalhadores da Função Pública».



Tal como muitos outros hospitais, no Curry Cabral, em Lisboa, funcionaram apenas os serviços mínimos



Muitas escolas, de norte a sul do País, não chegaram a abrir devido à greve de dia 14

Não parou por aqui

«Não vai ficar por aqui.» Estas palavras são de Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum, e caracterizam o que sucederá caso o Governo não respeite as reivindicações dos trabalhadores. Paulo Trindade, que falava numa conferência de imprensa conjunta com dirigentes do STE e da FESAP, realizada no dia da greve, afirmou mesmo que a luta poderá ser intensificada caso se mantenham as ofensivas e a ausência de negociação por parte do Governo. Se possível, com ainda maior unidade na acção. Até porque o «descontentamento extravasa» a administração pública.

O dirigente da Frente Comum considera que o Governo não pode ignorar a greve realizada no dia 14 e dela deve «tirar as devidas ilações». E estas são que os trabalhadores não aceitam as propostas do Governo relativamente às leis laborais, aos aumentos salariais, ao despedimento de trabalhadores precários, à lei dos supranumerários e às alterações ao estatuto de aposentação.

O STAL concorda com o dirigente da Frente Comum. Para o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, o espírito combativo e determinado dos trabalhadores demonstra a sua disponibilidade para a «intensificação do processo de luta em curso, que vai certamente crescer caso se mantenha a ofensiva do Governo aos seus direitos, à sua dignidade, ao seu futuro e aos serviços públicos». Mais uma vez, foram estes trabalhadores os que mais aderiram à greve, pelo que se deve levar em conta este «aviso» do STAL.

Também a FENPROF quis deixar um recado ao Governo, alertando-o para os perigos decorrentes de ignorar uma luta que envolveu meio milhão de trabalhadores. «Se o Governo fizer orelhas moucas ao formidável protesto que esta greve representa, arrisca-se irremediavelmente a ver cair sobre a sua política, e a breve prazo, uma violenta mas justa recusa e um indignado repúdio» dos trabalhadores e da sociedade em geral. Nesse dia, confia, os professores e educadores estarão presentes. Mais uma vez.



Carlos Carvalhas considera que o trabalho sem direitos não é fonte de motivação

PCP apoia greve geral

Uma delegação do PCP, constituída pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, por Domingos Abrantes, da Comissão Política, e Américo Costa, do Comité Central, recebeu na segunda-feira, no CT Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da CGTP, presidida por Manuel Carvalho da Silva, coordenador daquela central sindical.

No final do encontro, que se realizou a pedido da CGTP, Carlos Carvalhas considerou que os ganhos de produtividade obtêm-se com trabalhadores «motivados, empenhados e interessados e não o contrário», afirmando que o trabalho sem direitos e mal pago «não é fonte de motivação mas sim de indignação e protesto».

«O Código de Trabalho que este Governo quer aprovar é um retrocesso acentuado nas relações laborais que gera nos trabalhadores informados grande inquietação e indignação», disse o secretário-geral do PCP, considerando que o modelo de desenvolvimento «assente nos baixos salários e a desregulamentação» é um «modelo condenado», que levou o País à «cauda da Europa».

Por fim, Carlos Carvalhas, manifestando a solidariedade do PCP à CGTP e à sua intervenção, declarou «todo o apoio aos sindicatos e aos trabalhadores se estes vierem a convocar uma greve geral».

Carlos Carvalhas acusa Governo de repetir normas que mantêm riscos de propagação dos incêndios

Prevenir o flagelo

A prevenção dos incêndios tem que começar no Verão, afirmou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, num colóquio sobre «Florestas, Fogos Florestais e Desenvolvimento da Serra», que se realizou, no sábado passado, na Lousã.

A iniciativa, que se seguiu à visita de Carlos Carvalhas aos Bombeiros de Miranda do Corvo e ao Centro de Operações e Técnicas Florestais, teve por objectivo chamar a atenção, «num dia de inverno», para o grave problema dos incêndios florestais. O PCP decidiu fazê-lo suficientemente distanciado dos meses dos fogos por entender que esta questão «deve ser tratada seriamente e não como um elemento de marketing político».

Como o secretário-geral do PCP lembrou, Portugal continua a ser flagelado, ano após ano, por vagas de incêndios florestais que têm vindo a consumir uma parte significativa da floresta nacional. De facto, só entre 1980 a 2000, foram percorridos por incêndios mais de 2 milhões de hectares de floresta, em 2001 arderam 106 592 hectares e em 25 de Agosto deste ano a área ardida ascendia já a 85 385 hectares.

Assim, o PCP considera que, apesar da múltipla legis-

lação existente, da Lei de Bases da Política Florestal, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF's) e dos Planos de Gestão Florestal (PGF's), a verdade é que «a rearboreização das áreas queimadas não se realiza, ou realiza-se de forma demasiado lenta» e, nestes casos, «repetindo arborizações e normas de silvicultura que

Em Portugal, 90% dos fogos têm origem na intervenção humana

mantêm os riscos de fácil propagação dos incêndios».

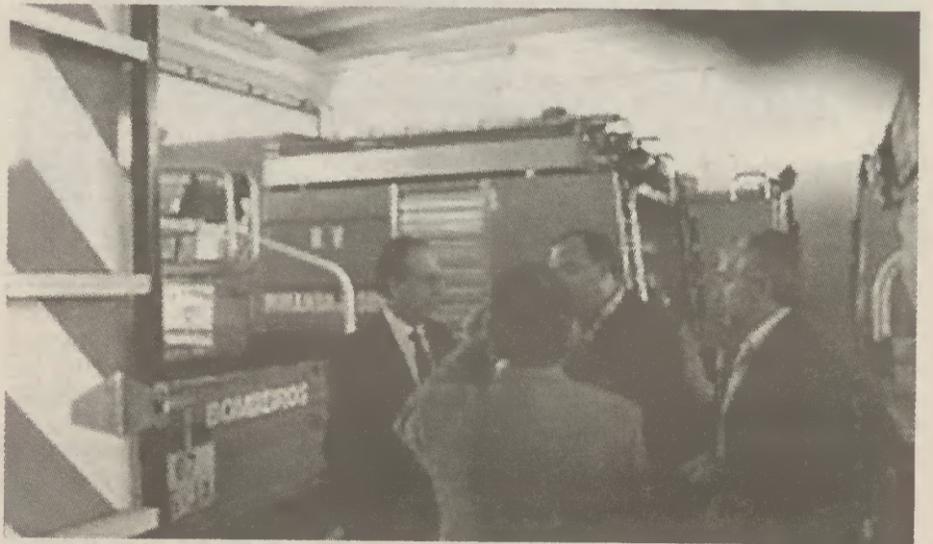
Entretanto, alertou Carlos Carvalhas, o Governo, tal como no passado, lá para a Primavera, realizará uma qualquer iniciativa onde anunciará uma verba para o combate aos incêndios. Tratar-se-á de «mais uma operação de marketing», denunciou. Mas, se o Verão for quente, «lá voltaremos a ter de novo o flagelo dos incêndios».

Depois de lembrar que 90% dos fogos têm origem na intervenção humana - pelo que a questão da educação e da luta contra a especulação «é da máxima importância» -, o secretário-geral do PCP chamou a atenção para a

necessidade de se proceder à florestação preventiva e, ainda, à reforestação com espécies não resinosas.

No decurso do colóquio, Carlos Carvalhas referiu, também, como causas dos incêndios, o abandono do mundo rural que se está a verificar, bem como a falta de acessos e caminhos que permitam a chegada célere dos meios de combate aos locais de incêndio.

Aliás, para o PCP, nada pode substituir-se «a uma efectiva e rigorosa acção de prevenção que começa no ordenamento florestal integrado, na participação dos agricultores e na posse dos baldios pelas populações».



Carlos Carvalhas visitou os Bombeiros de Miranda do Corvo



Carlos Carvalhas em Borba

Na semana passada, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou mais uma vez a Festa da Vinha e do Vinho, em Borba.

Esta iniciativa, que vai na sua 11.ª edição, foi decidida pela Câmara Municipal de maioria CDU, com o apoio da Região de Turismo de Évora.



Na visita à Festa, os expositores presentes acolheram com manifestações de grande simpatia o secretário-geral do PCP que, no final, se juntou a um grupo de cerca de cem acompanhantes num animado e fraterno jantar-convívio.

Privatizações na área das prisões

A lógica do lucro

As declarações do novo director-geral dos Serviços Prisionais, na sua tomada de posse, são um motivo de «profundas e legítimas preocupações em toda a sociedade», afirmou, na sexta-feira passada, o Gabinete de Imprensa do PCP, em nota à comunicação social.

De facto, ao considerar que o problema da sobrelotação das prisões é da responsabilidade dos magistrados e que a sua solução não passa pela construção de novas cadeias mas em novas formas de gestão - adiando que é preciso investir em parcerias público-privadas -, o novo director-geral dos Serviços Prisionais tenta, segundo o PCP, «justificar a privatização desta área sensível do poder coercivo do Estado», provando de forma «inequívoca e chocante» que este Governo não só não possui a política necessária para o sector como tem contribuído para a sua degradação.

Esta «receita» já foi aplicada em outros sectores e países, com resultados «extremamente negativos e geradores de falta de transparência, gestão dolosa e promiscuidade», diz o PCP, para quem a desresponsabilização do Estado neste sector levaria a um funcionamento «assente na lógica de maximalização do lucro, no esmagamento da função re-socializadora do sistema, na discriminação entre reclusos ricos e pobres, na perda gradual de direitos e da dignidade, tanto da população reclusa como dos profissionais do sector».

O PCP, alertando a opinião pública no sentido de que as alterações gizadas pelo Governo traduzem «uma inacreditável histeria privatizadora» e «não correspondem minimamente às exigências do sector», apenas «contribuindo para o agravamento dos seus problemas e para uma maior perda de eficácia e segurança», diz, pois, que irá tomar as iniciativas que considerar necessárias para «a defesa da natureza e carácter público deste sector, dos direitos e dignidade dos cidadãos reclusos e dos seus profissionais».

Portimão reúne 5.ª Assembleia

Realizou-se, no sábado passado, dia 16 de Novembro, no Auditório da Universidade do Algarve, a 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Portimão.

Presidida pela camarada Margarida Tengarrinha, membro da Concelhia e da DORAL, a Assembleia contou com a presença de 52 delegados. Esteve, também, como convidado, o camarada Carlos Costa, da Comissão Central de Controlo do Comité Central.

O Relatório, apresentado pelo camarada Rui Sacramento, da Comissão Concelhia cessante, foi debatido em vári-

as intervenções e aprovado por unanimidade. A Assembleia, que decorreu de forma viva e participada, elegeu igualmente por unanimidade a nova Comissão Concelhia, constituída por 14 camaradas.

José Neto, membro da Comissão Política do Comité Central e responsável pela DORAL, encerrou os trabalhos com uma intervenção em que se referiu à situação política nacional, ao estado actual da organização na região e às perspectivas da luta do Partido no Algarve.

De referir que, durante os trabalhos a Assembleia, um jovem de 17 anos aderiu ao Partido.



ALIJÓ Contra salários em atraso

A Comissão Concelhia de Alijó do PCP está preocupada com a difícil situação em que se encontram as Adegas Cooperativas do concelho, nomeadamente no que respeita ao escoamento e consequente atraso nos pagamentos aos viticultores. Esta situação, em sua opinião, não só vem agravar as dificuldades dos vitivinicultores como prejudicar o desenvolvimento do concelho.

Inaceitável é, também, para a Concelhia de Alijó, a situação de salários em atraso dos trabalhadores da Casa do Douro. Exigindo, assim, a imediata resolução deste «dramático» problema, o PCP garante que em sede da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, o seu Grupo Parlamentar irá questionar o Governo sobre a matéria.

A Concelhia do PCP discorda da decisão do Tribunal de Contas de recusar à Câmara Municipal de Alijó o visto para a contração de empréstimos no valor de um milhão de contos mas regozija-se com a inscrição, no OE para 2003, de verbas para obras fundamentais ao concelho. Exige, entretanto, que se verifique a sua efectiva execução.

AVEIRO Contra o pagamento de portagem

As Comissões Concelhias de Espinho, Feira e Ovar do PCP, em oposição frontal ao pagamento de portagem no troço da A1 que irá ligar o nó do IC 24, em Nogueira de Regedoura, no Porto, solidarizaram-se com as populações que, no passado dia 14, promoveram uma jornada de protesto a que os comunistas se associaram.

A abertura do novo troço representa uma mais-valia para milhares de cidadãos que, para chegarem ao seu trabalho, perdiam horas infinitas em filas de trânsito. Ela não pode, entretanto, segundo o PCP, traduzir-se por um imposto encapotado para as populações daqueles concelhos, que assim se veriam discriminadas. Aliás, o deputado, do PCP, Bruno Dias já apresentou um requerimento na Assembleia da República, em que confrontava o Governo com a injustiça desta medida, tanto mais que não existem alternativas válidas àquele troço e a esmagadora maioria dos concelhos da Área Metropolitana do Porto não pagam portagens.

LOURES 7 mil por saúde com qualidade

O comunistas de Loures e de Odivelas entregaram, no passado dia 12, ao Ministério da Saúde um abaixo-assinado com 7 mil assinaturas. Este abaixo-assinado insere-se na campanha «Por um Serviço de Saúde Público e de Qualidade» que tem por objectivo chamar a atenção das populações para a situação insustentável em que neles se encontra o Serviço de Saúde, contra a qual manifestam o seu descontentamento. O documento consubstancia a exigência de uma gestão pública, racional e integrada dos Centros de Saúde com o futuro Hospital/Maternidade que vai ser construído em Loures e da implementação de um Plano de Emergência para os Centros de Saúde daqueles concelhos. Este Plano, por sua vez, deverá considerar a rápida conclusão das Unidades de saúde em execução, o início da construção dos Centros de Saúde e extensões previstos nos Contratos Programa assinados entre as Câmaras e o Ministério e a apresentação de um plano de construção de novos Centros e extensões de saúde nos terrenos municipais já cedidos ou disponíveis para este efeito, quer em Loures quer em Odivelas.

Ter ou não ter: eis a questão

O conteúdo democrático do funcionamento de um partido mede-se, essencialmente, pelo grau de participação dos seus militantes na vida partidária. A participação e a democracia complementam-se de tal forma, estão de tal forma interligadas, são de tal forma indissociáveis, que sem a primeira a segunda não passa de uma farsa melhor ou pior disfarçada.



José Casanova
Membro
da Comissão
Política

Participar, neste caso, o que é? É intervir na definição das linhas de orientação e de intervenção política do partido, na elaboração das suas regras de funcionamento interno, na escolha e na eleição da sua direcção, na concretização das tarefas colectivamente decididas, é, enfim, intervir activamente na vida do partido. E, entre um partido com elevada percentagem de militantes a participar na análise das situações e na consequente definição das orientações políticas; a participar

milhares ou dezenas de milhar de militantes, confere às decisões tomadas uma dimensão democrática que não existe no modelo centralizador no qual um escasso número de eleitos discute, decide e manda publicar em nome de quem não deu, porque não lhe foi pedida, nem opinião, nem inteligência, nem saber, nem experiência, nem direito, nem dever. E se é certo que em todos os partidos há, necessariamente, uma vertente centralista, não é menos verdade que o peso dessa

vertente na vida interna de cada partido é tanto maior e tanto mais predominante quanto menor e mais pobre for a vertente participativa e, portanto, democrática. Isto é: o centralismo

democrático é muito mais democrático do que o centralismo *tout court*...

Modernidade...

Naturalmente, construir democracia, é tarefa trabalhosa, que exige esforço, persistência, perseverança, tarefa que nunca é premiada com as luzes da ribalta, sempre ocupadas, como a realidade nos mostra, em iluminar quem é democrata apenas porque afirma sê-lo. Tomar decisões na sequência de um amplo debate no decorrer do qual são expressas opiniões diversificadas e por vezes opostas, fazer a síntese dessas opiniões e transformá-las em orientações colectivas a

aplicar colectivamente, é muito mais difícil e trabalhoso do que, por exemplo, recorrer a meia dúzia de cérebros autoconsiderados superiores e que, em duas penadas geniais, concluem e decidem o que muito bem entendem e que os não superiores devem levar à prática - mais difícil e trabalhoso, por isso menos usado e, até, no caso de vários partidos nacionais, como vê quem quiser olhar, totalmente desusado... apesar de tal desuso aparecer sempre camuflado por um espesso manto de afirmação democrática... E, nos tempos que correm, em que a modernidade - esse saco gigantesco onde cabem todas as velharias - impera e faz lei, o faz-de-conta conta de forma marcante.

A modernidade é avessa ao plural e pela-se pelo singular, adora o individual e odeia o colectivo (mesmo que lhe digam que o colectivo é o individual multiplicado, ou talvez por isso), enrosca-se nos sopranos, tenores, primeiros violinos e outras lantejoulas solistas e, enfadada, repele o conjunto. E proclama democrático o que não o é ou está em vias de deixar de o ser. E decreta antidemocrático tudo o que dê sinal de democracia participada. A modernidade não gosta da democracia e muitas são as razões para esse não gostar. É que, como acima se sublinhou, a participação é componente intrínseca da democracia e a participação é a intervenção das massas populares na construção do seu futuro, é a junção consciente de forças, esforços, coragens e vontades visando a justiça e a liberdade, é a confirmação do carácter transformador do colectivo em contraponto ao conteúdo conservador do individual.

«A iniciativa de milhões de homens produz sempre algo de mais genial do que os pensamentos, por muito geniais que sejam, de alguns dirigentes e teóricos», disse alguém. Verdade tão verdadeira há oitenta anos como o é hoje.

// Construir democracia, exige esforço, persistência, perseverança //

no debate e na construção das suas leis internas; a participar na eleição, a todos os níveis, dos seus dirigentes e órgãos directivos; a participar na aplicação das orientações colectivamente decididas - entre um partido com estas características e um partido que concentre num núcleo restrito de sonoras personalidades todas essas atribuições e competências, há uma diferença substancial em matéria de funcionamento democrático. Ter ou não ter um funcionamento democrático, eis a questão...

Convocar a opinião, a inteligência, o saber, a experiência, o direito e o dever do maior número possível de pessoas e, assim, atrair ao debate



SETÚBAL

Entre as mais belas baías

A admissão de Setúbal ao Clube das Baías Mais Belas do Mundo é motivo de regozijo para a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP que, com este reconhecimento internacional, vê confirmadas as políticas seguidas pelo seu partido de defesa e valorização do património natural e ambiental do concelho e da região.

Esta admissão, que resulta do esforço da Câmara Municipal de Setúbal, é tanto mais importante, diz o PCP, quanto projecta Setúbal no plano internacional e potencia o desenvolvimento da actividade turística no concelho mas, em sua opinião, aumenta também a responsabilidade, particularmente das instituições governamentais na preservação dos ecossistemas existentes e na necessidade de travar a poluição do rio.

SEIXAL

Concelhia convoca 7.ª Assembleia

A Comissão Concelhia do Seixal do PCP decidiu convocar a sua 7.ª Assembleia de Organização para 2 de Fevereiro de 2003, com o objectivo de analisar a situação política social do concelho, aprovar a Resolução Política que traça as orientações para o trabalho futuro e eleger a nova Comissão Concelhia.

Relativamente à empresa ELO, a Concelhia do Seixal diz que a sua administração está mais interessada em pressionar e intimidar os trabalhadores do que em gerir bem a empresa. A afirmação baseia-se no facto de ter sido criado ali um verdadeiro «tribunal de inquisição», constituído por um membro da administração, o chefe de serviço de pessoal e o encarregado geral, que pretendia levar as cerca de duas centenas de trabalhadores da empresa e não aceitar a realização de um plenário dos trabalhadores, que se sentem revoltados.

ALMADA

Saúde em debate

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Almada do PCP acusa o Governo de, com a nova lei de Gestão Hospitalar, estar a levar a cabo uma «verdadeira operação de privatização» dos serviços de saúde e manifesta-se contra a aplicação aos trabalhadores da saúde do regime de contrato individual de trabalho como regra. E querendo dar a conhecer as propostas que tem para o sector, realizou ontem, sobre o tema, um debate com a participação de Bernardino Soares, da Comissão Política, e os médicos Joaquim Judas e Silva Sequeira.

Organizações comunistas constataam agravamento da situação social nas suas regiões

Intervir mais e melhor

As organizações do PCP, decididas a dar combate à política antisocial deste Governo e a contribuir para a viragem política que se impõe, estão a proceder, um pouco por todo o País, à apreciação da situação social e política das suas regiões, definindo linhas de trabalho para melhor intervir.

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo, por exemplo, constatou

um agravamento da situação social no distrito, nos últimos meses, em resultado do encerramento de empresas e consequente despedimento de trabalhadores (Cerâmica Rosa e Rioli Têxteis), da redução de postos de trabalho (Schuh Union e Hospital de Viana do Castelo) e atrasos no pagamento de salários (A Vianense).

A par desta situação, são anunciadas novas fases de privatização na Portucel e a serem preparadas outras, como a das empresas multinacionais de abastecimento de água e de saneamento, dos ENVC e até de serviços do Hospital de Viana do Castelo. Relativamente ao Orçamento do Estado, a DORVIC consi-

dera que continua a discriminar a região, defraudando os anseios das populações.

Viana do Castelo vai avançar com uma campanha de fundos

Concluindo pela necessidade de levar a efeito um conjunto de iniciativas para discussão de algumas questões com forte incidência na região, os comunistas de Viana do Castelo decidiram avançar com uma campanha de fundos que lhes permita uma melhor e maior actividade política.

A Direcção da Organização Regional de Castelo Branco, por sua vez, tem em curso uma acção de esclarecimento inserida em «Um Milhão de Contactos», decidida pelo Encontro Nacional de Outubro, tendo já agendado uma centena de acções que privilegiam o contacto com trabalhadores junto das suas empresas e

locais de maior concentração de pessoas.

Denunciando muitos das medidas políticas do Governo de impacto particularmente negativo para os trabalhadores, a DORCB termina sublinhando o facto de a política do Governo estar a agravar a situação económica e social do distrito.

Interior discriminado

Na terça-feira, foi a vez de a Direcção da Organização Regional de Santarém apresentar, em conferência de imprensa, as conclusões resultantes da análise ao Orçamento do Estado e ao PIDDAC que agravam, em sua opinião, a discriminação do interior do País.

Assim, enquanto o PIDDAC no litoral do País aumenta o seu peso relativo em 2,7%, os distritos do interior sofrem uma quebra na ordem de quase 10% do valor do investimento inicial em 2002.

Crítica merece também à DORSA o facto de a maioria PSD/PP ter rejeitado todas as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP para o distrito, com excepção da construção do quartel da

GNR em Alpiarça e às instalações da PSP em Abrantes.

Por sua vez, os eleitos autárquicos e responsáveis pelas organizações concelhias do PCP do distrito de Aveiro estão preocupados com a intenção do Governo de proceder à privatização da empresa Águas de Portugal. Esta - dizem -, a concretizar-se, teria enorme repercussão no distrito, já que, nos últimos anos, as autarquias acabaram por ceder a pressões para participarem na constituição de sistemas multimunicipais e de empresas concessionárias desses sistemas, nas quais são minoritárias. A privatização da Águas de Portugal significaria, assim, que seria a «lógica dos lucros» que passaria a decidir em questões como a recolha e destino final de resíduos sólidos e dos efluentes líquidos envolventes da Ria da Barrinha de Esmoriz/Lagoa de Paramos e do abastecimento de água à maioria dos concelhos do distrito.

Assim, para os comunistas de Aveiro, só uma gestão pública e orientada por valores de equidade económica e social poderá salvaguardar os interesses da população nestas áreas.

Aveiro

PCP recupera Centro de Trabalho

O PCP iniciou as obras de recuperação da sua sede concelhia e distrital de Aveiro, pondo fim à degradação que se ia apoderando do edifício.

Concluído em 1930, este edifício apresenta, para além de uma arquitectura que expressa o estilo tradicionalista português, vários painéis de azulejos de muito interesse, no interior e no exterior bem como outros elementos decorativos, designadamente cornijas e molduras em reboco, justificando plenamente a sua inclusão no Inventário do Património Singular do Concelho, como, aliás, está previsto no Plano de Urbanização de Aveiro, em fase de aprovação.

Em nota à comunicação social, a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP considera que, num momento em que outros edifícios incluídos naquele Inventário ou foram demolidos ou se encontram muito degradados, constituiria uma importante acção concreta em defesa do Patri-

mónio dos aveirenses e uma «pedrada no charco» dos interesses imobiliários que estão a descaracterizar a cidade, a sua intervenção para recuperar o Centro de Trabalho do PCP.

Como não se verificasse qualquer intervenção da parte do proprietário, junto do qual a Comissão Concelhia e a Direcção da Organi-

zação Regional de Aveiro do PCP intervieram ao longo de vários anos, no sentido da realização das obras necessárias à preservação do edifício, os comunistas desencadearam junto da Câmara Municipal o processo administrativo que permite ao PCP executar as obras que irão, a partir de agora, garantir condições de habitabilidade e, respeitando

cores e materiais, valorizar a estética do imóvel.

Porém, tendo em conta que as obras irão custar várias dezenas de milhares de euros, a Concelhia do PCP lançou uma campanha de recolha de fundos dirigida à solidariedade de militantes e simpatizantes do Partido e, ainda, de todos os interessados na preservação do Património de Aveiro.



A sede do PCP é já património dos aveirenses

Vitória dos trabalhadores na Suíça

Após muitas manobras e desrespeito pelos acordos assinados com as estruturas sindicais dos trabalhadores da construção na Suíça, a associação representativa do patronato deste sector aceitou um novo acordo que, no essencial, reto-

ma os direitos adquiridos sobre a reforma antecipada aos 60 anos para os trabalhadores.

Congratulando-se com esta vitória, a organização do PCP na Suíça saudou os trabalhadores, independentemente da sua nacionalidade, e conside-

ra que esta conquista só foi possível porque os trabalhadores agiram com determinação e grande unidade - como, aliás, a greve de 4 de Novembro demonstrou -, obrigando o patronato a regressar à mesa das negociações.

O organismo de direcção dos comunistas portugueses emigrados na Suíça diz que o acordo assinado entre sindicato e patrões é socialmente justo e tem de ser respeitado, mas apela aos trabalhadores para se manterem atentos e vigilantes.

Vinho do Porto Garrafa comemorativa do XII Congresso Colheita de 1974

Apreciadores e colecionadores têm a rara oportunidade de adquirir um vinho do Porto de altíssima qualidade que, neste Natal, estará à venda em quantidade limitada na Sede Nacional do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes.

Trata-se de uma colheita de 1974, de Porto Barros, engarrafada especialmente para o XII Congresso do PCP, realizado em 1988, com embalagem e rótulo alusivos à reunião magna dos comunistas portugueses.

Esta preciosidade poderá ser adquirida através de contacto com os camaradas Joaquim Anacleto ou José Carlos de Almeida (telefone: 21 781 38 00).

Também as organizações do Partido poderão fazer as suas encomendas à consignação.



Comunistas de Lisboa contra política do Governo

Organizar a luta

A 5.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP vai reunir, no dia 7 de Dezembro. De acordo com Carlos Grilo, Paula Henriques e Carlos Chaparro, membros da DORL e do Comité Central, com quem o Avante! falou, ela tem como objectivo fazer o balanço do trabalho realizado, discutir e aprovar orientações de trabalho e eleger a nova Direcção.

A reunião magna dos comunistas de Lisboa vai, ainda, actualizar a análise sobre a situação do distrito que, desde 1999, quando da última Assembleia, tem continuado a sofrer mutações sociais significativas, fruto do encerramento e deslocalização de unidades industriais, que, por sua vez, levaram ao crescimento do peso do sector terciário e das profissões intelectuais. Aliás, no decurso da Assembleia será divulgado um estudo precisamente sobre as mutações sociais no distrito, que actualiza um outro efectuado em 1995.



Carlos Chaparro

A Assembleia realiza-se num momento de grande complexidade política

É tendo em conta todas essas alterações e a violenta ofensiva do actual Governo de direita e do grande capital, ao serviço de quem ele está, que a Assembleia terá de definir as novas orientações de trabalho.

Para preparar este trabalho e discutir o projecto de Resolução Política que será presente à Assembleia, foram marcadas pelo menos 150 reuniões, muitas delas já realizadas, envolvendo algumas centenas de militantes, disse-nos Carlos Chaparro. Também a realização de três assembleias concelhias de grande importância – Loures, Oeiras e Vila Franca de Xira – ligaram o seu trabalho à preparação da Assembleia da ORL, que se realiza num período de grande exigência política. Para Carlos Chaparro, este é, pois, um momento de grande complexidade, que obriga a que a preparação da Assembleia seja feita a par da organização da luta contra a política deste Governo.

A reiterar estas últimas palavras, Carlos Grilo lem-

bra que, no preciso momento em que decorria a conversa com o Avante!, se estava a verificar em todo o País uma greve da administração pública que, de acordo com as notícias já divulgadas, estava a ter uma maciça adesão no distrito de Lisboa. A ORL está, ainda, a dinamizar os seus militantes, e naturalmente os trabalhadores, para a grande manifestação que a União dos Sindicatos de Lisboa convocou para dia 30, e igualmente, diga-se, para a greve geral que os comunistas defendem.

Claro que este trabalho está a ser acompanhado de medidas de reforço orgânico, sublinha Paula Henriques, para quem estas medidas já mostraram os seus resultados na jornada de divulgação do Avante! recentemente realizada, que constituiu um grande êxito.

Um debate participado

Está em curso, pois, nas organizações da ORL, uma discussão muito participada para a qual têm sido convocados todos os militantes, mesmo aqueles que, há muito, não participam na vida do Partido, portanto sem a exclusão de ninguém, afirma Carlos Grilo.

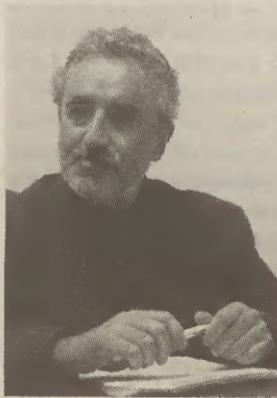
Das reuniões têm resultado inúmeras propostas de melhoramento e adendas que não alteram, contudo, o conteúdo do documento apresentado pela direcção.



Todos os militantes têm sido chamados ao debate

De acordo com as actas dessas reuniões, existe mesmo uma grande concordância com o tipo de documento posto à discussão, pois ele vai de encontro às necessidades sentidas pelos militantes, ou seja, define para cada uma das áreas um conjunto de medidas de direcção e de trabalho.

Em termos de balanço, os três camaradas são unânimes na consideração de que, tendo em conta o quadro político de grande complexidade em que a organização actuou, fosse pela situação política, fosse pelas questões internas do Partido ou colocadas de fora para dentro do Partido – que desviaram energias e prejudicaram grandemente o trabalho –, o balanço é positivo: pode dizer-se que, por via de um grande esforço da organização, no fundamental, a ORL deu resposta àquilo que eram responsabilidades do Partido nas várias áreas do trabalho.



Carlos Grilo

Prioridades

A principal preocupação da DORL tem a ver com a questão das empresas, sublinha Paula Henriques, afirmando que a partir da Conferência Nacional de Junho e, mais recentemente do Encontro Nacional sobre os trabalhadores, têm vindo a ser tomadas medidas orgânicas para o reforço do trabalho do Partido junto das empresas. Um trabalho que, aliás, já vinha de trás, estando a dar-se grande importância não apenas aos sectores profissionais, mas também às empresas localizadas nos próprios concelhos.

Simultaneamente, a DORL procura sensibilizar todos os organismos do Partido a terem no centro das suas preocupações o trabalho de massas, a problemática relativa ao trabalho e aos trabalhadores, sem minimizar, naturalmente, outras direcções de trabalho. Mas, como Paula Henriques insiste, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta contra o pacote laboral, não passa apenas pelas células de empresa mas por todo o Partido, um partido com a natureza de classe que o PCP tem.

Neste sentido, há que ter também como preocupação o recrutamento, complementa Carlos Chaparro, pois só tendo essa preocupação se podem criar elos de ligação às novas empresas e aí criar estruturas do Partido. E exemplifica. Se uma empresa está situada ou é criada num concelho, há duas alternativas para a criação de uma célula: ou se conhece aí alguém ou há que recrutar. Depois, é preciso coordenar o trabalho no sentido de se apurar se há novos recrutamentos para de imediato se proceder ao contacto com esse ou esses novos militantes, enquadrando-os no trabalho.

Carlos Grilo, por seu turno, salienta o facto de o reforço do Partido, principalmente nos locais de trabalho, passar também pelo melhoramento do trabalho diário das organizações. É necessário, afirma, que as próprias organizações tenham iniciativas e não deixem a acção nas empresas apenas aos sindicatos. É certo que isso já se faz, diz, mas de forma ainda muito insuficiente. Ora, é tomando a palavra, falando dos problemas com a sua própria voz, que o Partido se afirma e se reforça.

Outra questão, que não está explícita mas é preciso ter-se presente no trabalho das organizações, é a necessidade manter o Partido «voltado para fora», prossegue Carlos Grilo. Só assim se alarga a sua influência: ligando o reforço do PCP à intervenção no movimento operário e sindical e junto do certos sectores e camadas, como a juventude, os intelectuais, os pequenos e médios empresários, os agricultores, os reformados. E, também, estreitando a ligação ao movimento associativo e popular, quer nas suas formas tradicionais quer nas formas novas que entretanto surgiram.

Sendo o trabalho junto das empresas a prioridade das prioridades da ORL, há para os comunistas do distrito outras linhas importantes de luta, que irão ser postas à apreciação da Assembleia: a luta por aumentos salariais, pela justiça social e contra o aumento do custo de vida, a luta contra o pacote laboral; a luta contra o plano de privatização do sistema público de Segurança Social e de outras importantes funções sociais do Estado.



Paula Henriques

A luta continua

O Poder Local é outra grande questão sobre a qual a 5.ª Assembleia da ORL se vai debruçar, diz Carlos Grilo, para quem este é o primeiro grande debate relativamente à acção nas autarquias que se vai fazer na organização, desde as últimas eleições autárquicas. A intenção não é, contudo, remeter de novo a discussão para uma análise dos resultados. É discutir, sim, mas para melhorar o trabalho nas autarquias, voltado para o futuro. Fala, ainda, na necessidade de inserir os eleitos no trabalho de direcção a todos os níveis e de reforçar a sua ligação às células dos trabalhadores das autarquias.

Paula Henriques lembra que esta é uma forma, também, de começar já a preparar o encontro do Partido sobre o Poder Local, que se deverá realizar em Fevereiro próximo. Trata-se de um problema do trabalho de direc-

ção do Partido, que não diz apenas respeito aos eleitos, prossegue. Mas, voltando à questão que mais a preocupa, alude, outra vez, à importância de integrar os novos militantes no trabalho do Partido e lança um apelo ao empenhamento de todos na preparação da Assembleia, com vista ao melhoramento das decisões que dela saírem.

Carlos Chaparro, entretanto, aproveita para referir a luta que os comunistas de Lisboa vão prosseguir por uma sociedade mais justa e solidária e pela melhoria da qualidade de vida no distrito. Neste sentido, enuncia uma série de questões que vão constituir para os militantes motivo de reivindicações, desde a área da saúde, à segurança, ao ambiente, à educação e cultura e equipamentos de utilização colectiva.

Recrutar e rejuvenescer

O recrutamento é, para os três dirigentes da ORL, uma questão determinante para o reforço da organização, designadamente nos locais de trabalho, e para o rejuvenescimento do Partido. Nos últimos tempos, dizem, tem-se verificado uma grande adesão ao Partido, particularmente de jovens. Ela é, porém ainda, insuficiente, face à dimensão e complexidade das tarefas que é preciso enfrentar. Paula Henriques insiste, por isso, na exigência que se coloca ao Partido, de alargar o seu

núcleo activo e na necessidade de ganhar os seus membros para o aumento da sua militância. Daí, também, a importância que atribui ao facto de uma larguíssima faixa dos recrutamentos dizer respeito a jovens, o que, desde logo, impõe o reforço do trabalho junto da juventude e um maior apoio à JCP e às suas iniciativas.

É certo – responde Carlos Grilo à nossa pergunta – que, a seguir ao 16.º Congresso do Partido, saíram alguns quadros da ORL. Muitos deles, porém,

já praticamente não tinham actividade. Entretanto, desde essa altura, houve um elevado número de novos militantes que aderiram ao Partido, embora estes, naturalmente – diz –, não se possam ainda considerar quadros.

É, contudo, imprescindível, prossegue o recrutamento a um «ritmo mais elevado», continuando a privilegiar o recrutamento de jovens. Por isso, a DORL, após a Conferência Nacional do Partido, em Junho, estabeleceu como meta

para o distrito o recrutamento de 700 novos militantes até à Festa do Avante 2003.

Carlos Chaparro garante, por fim, que na DORL existe a preocupação de fazer reflectir na proposta para a nova direcção o rejuvenescimento que se está a verificar com a adesão de muitos jovens ao Partido. Mas... como os dirigentes que se vão manter envelheceram três anos, espera-se, pelo menos, manter a composição etária da actual direcção quando foi eleita – 44 anos.

Por melhor serviço público

Garantir uma maior eficácia na prestação do serviço público, em condições de qualidade e segurança, tal é o objectivo de um projecto de lei do PCP recentemente entregue no Parlamento.

Para o efeito, de acordo com o articulado, qualquer pessoa que se sinta lesada por uma entidade que preste serviço público possa fazer valer os seus direitos por via judicial, cabendo o ónus da prova às entidades que têm a obrigação de prosseguir o interesse público. Embora na legislação existam dispositivos dirigidos para a protecção do utente dos serviços públicos e para a defesa dos consumidores, a verdade é que falta um mecanismo eficaz que responsabilize todas as entidades que prestam aquele serviço no caso de alguém se sentir lesado.

Trata-se, no fundo, como é dito no preâmbulo do diploma, de prever «soluções que permitam uma justiça acessível e pronta que faça frente a uma crescente consciência crítica das necessidades por parte dos cidadãos e que tenha em conta as alterações económicas, a evolução das necessidades sociais da população, o desenvolvimento técnico e tecnológico e ao mesmo tempo responsabilize as entidades que têm a obrigação de prosseguir o interesse público».

É nesse sentido que vai o diploma do PCP ao imputar à entidade que presta o serviço público a incumbência de provar o cumprimento das suas obrigações perante o cidadão que se considera lesado e, necessariamente, numa situação mais fragilizada.

Viabilização da Sotima

Continua por esclarecer a situação relativa ao processo de viabilização da empresa Sotima. A insegurança e instabilidade marcam o quotidiano dos seus trabalhadores, crescentemente preocupados com os repetidos actos de má gestão da gerência. O mais recente, de que há conhecimento, foi a retenção abusiva dos descontos dos salários dos trabalhadores não os enviando ao Centro Regional de Segurança Social de Castelo Branco. Factos que ocorrem quando estava em curso um processo de viabilização económica da empresa, envolvendo vários parceiros (incluindo o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento - IAPMEI), O que levou a deputada comunista Luísa Mesquita, em requerimento dirigido ao Governo, a indagar sobre o acompanhamento que o Governo está a fazer da situação e designadamente sobre as medidas que pensa adoptar por forma a garantir a viabilização da Sotima e a salvaguardar os direitos dos trabalhadores.

Ataque a direitos nas empresas
conta com o beneplácito do Governo

Somam-se as práticas ilegais

O Grupo Parlamentar do PCP desafiou o Governo a fazer cumprir a Lei e a não pactuar com as arbitrariedades e atropelos às leis laborais praticados por entidades patronais.

Os exemplos destas práticas ilegais e inconstitucionais têm vindo a crescer de forma muito acentuada e a verdade é que, não obstante a legislação prever sanções para os prevaricadores, não se tem assistido a uma eficaz intervenção da Inspeção Geral do Trabalho no que se refere ao controlo do cumprimento das normas.

Dois dos mais recentes

Passividade do Governo estimula ilegalidades do patronato

casos foram protagonizados pela administração da Fábrica de Papel e Cartão da Zarrinha, em Paços de Brandão, e pela gerência da Sociedade Papéis de Vouga, em S. Paio de Oleiros. Em qualquer delas ocorreram graves atentados ao livre exercício da acção sindical, conforme denuncia o deputado comunista Jerónimo de Sousa, em requerimento dirigido ao

Governo, no qual inquire sobre as razões que levam este a não acionar as competentes medidas que garantam o estrito cumprimento da Lei.

O parlamentar do PCP interroga-se mesmo sobre se não serão os comportamentos omissos por parte das entidades competentes que estão cada vez mais a dar «cobertura» ao torpedear de direitos dos trabalhadores por muitos patrões.

Citados, neste plano, a título de exemplo, foram aquelas duas empresas das indústrias de celulose e papel onde ocorreram factos inadmissíveis como o de impedir trabalhadores e dirigentes sindicais de participarem em reuniões na

empresa, para além de vedar o acesso destes últimos às respectivas instalações, e, bem assim, adoptar atitudes discriminatórias e impedir a publicação das actividades sindicais, através, nomeadamente, da retirada de convocatórias de reuniões sindicais afixadas no local de trabalho.

Estes «são actos ilegais e inconstitucionais», acusa Jerónimo de Sousa, antes de lembrar que, por isso, devem merecer o mais vivo repúdio e os seus responsáveis serem objecto de incriminação através da fiscalização do cumprimento das leis.

Até porque, num Estado de direito democrático, conclui, «é o direito dos trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses socioprofissionais que está em causa».

Instabilidade laboral

Direitos dos trabalhadores ameaçados, ainda que noutra plano, é o que sucede também nas empresas «Ramel» (ex-Maclellan) e «Frans Maas Logística». Os factos aqui prendem-se, sobretudo, com a situação de instabilidade laboral que se verifica desde há algum tempo, motivada, em parte, pela rescisão do contrato da Autoeuropa com a empresa Maclellan.

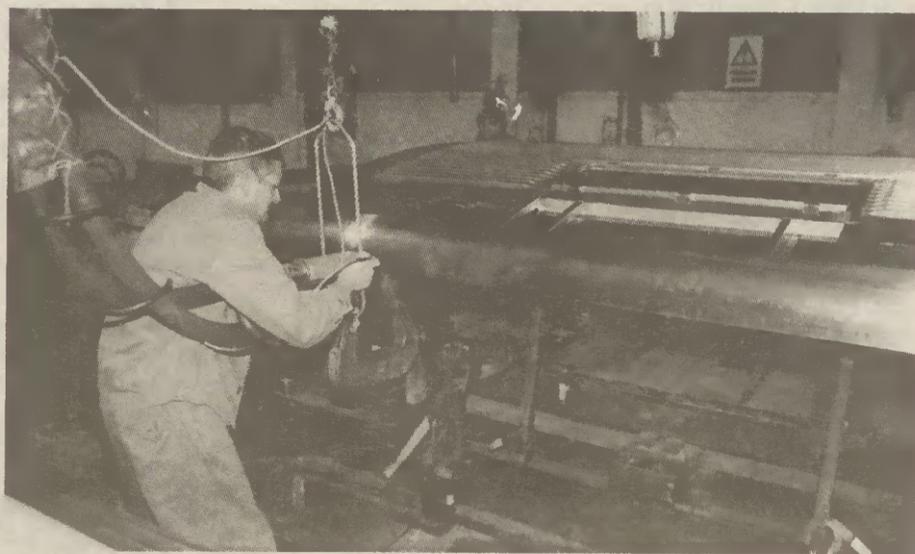
O que motivou já, também, uma diligência de Jerónimo

de Sousa junto do Governo, através de requerimento, onde apela a uma intervenção fiscalizadora e à adopção de medidas que garantam uma clarificação do que considera ser a actual «situação ambígua».

A bancada comunista, corroborando a análise feita pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, está sobretudo preocupada com a precariedade dos vínculos laborais, designadamente no âmbito do contrato de trabalho no que respeita à perda de importantes direitos. Referidos, como problemas, são a perda de antiguidade, a diminuição de salários, a transformação de contratos efectivos em contratos a prazo, despedimentos a curto prazo com ocupação dos postos de trabalho por outros trabalhadores com vínculos laborais ainda mais precários.

E tudo isto se passa sem qualquer alteração da relação jurídico-laboral, o que leva Jerónimo de Sousa a afirmar que, no fundo, está-se perante «manobras ilegais e dilatórias» cujo único fim é o de «salvaguardar os interesses do patronato».

Lembrado é ainda o facto de o próprio princípio da transmissão do estabelecimento (Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho), e os deveres que dele emanam, não estar a ser observado.



A Inspeção Geral do Trabalho tem de actuar contra os que atentam ao livre exercício da acção sindical nas empresas

PCP quer novas regras nas comissões de inquérito

Travar governamentalização

Para que não se repitam casos idênticos ao da comissão de inquérito às demissões na PJ, em que a maioria impôs a lei da rolha, o Grupo Parlamentar do PCP entregou um projecto de lei visando alterar as regras de funcionamento das comissões de inquérito e travar a sua governamentalização.

Trata-se, sobretudo, de evitar que a maioria na comissão possa travar as

diligências que são requeridas pela minoria com vista a atingir os objectivos do inquérito. Estas novas regras só se aplicam às comissões criadas com base num direito potestativo, como foi o caso da comissão da PJ.

«Os subscritores de inquérito parlamentar (requerido mediante direito potestativo) têm a faculdade de solicitar os depoimentos e requerer diligências que

considerem necessários para a realização do inquérito, tendo em conta o seu objecto, os quais não carecem de deliberação da comissão parlamentar», estipula o diploma do PCP.

«Quase nada poderá restar do direito de impor uma constituição de inquérito se depois essa mesma comissão, deliberando por maioria, funcionar como obstáculo à realização do próprio

inquérito. Deixando nas mãos da maioria os termos da realização concreta de um direito próprio da oposição é esse mesmo direito que pode ser frustrado», sublinhou, a propósito, o deputado António Filipe.

Para os comunistas é igualmente importante que os membros das comissões de inquérito passem a ter o direito individual de requerer e obter os elementos que con-

siderem úteis ao exercício das suas funções.

«Só por essa via será possível retirar consequências práticas ao abrigo de quaisquer maiorias de um direito constitucional cuja consagração teve por motivações fundamentais a protecção dos direitos da oposição e a dignificação do instituto dos inquéritos parlamentares», lê-se no preâmbulo do diploma comunista.

Em projecto de lei do PCP

Apoios às novas freguesias

Contribuir para a superação das dificuldades que habitualmente surgem no processo de instalação das novas freguesias, eis, em suma, o objectivo preconizado pelo PCP com um projecto de lei recentemente entregue no Parlamento.

Nos pressupostos que presidiram à sua elaboração está o reconhecimento de que a legislação vigente está longe de explicitar convenientemente os apoios a conceder às novas freguesias. Com efeito, de acordo com a lei actual (Lei N.º 8/93), no seu artigo 12.º, o único apoio

previsto é o que se destina, e ainda assim insuficientemente, ao capítulo das instalações.

Por isso a preocupação dos deputados comunistas – visando «colmatar as lacunas que a prática casuística não tem resolvido», como é dito na nota preambular – em definir no articulado do seu projecto «critérios objectivos» que possibilitem no futuro às novas freguesias e aos membros das respectivas comissões instaladoras dispor dos «meios e condições suficientes no processo de instalação»,

evitando assim a repetição das mesmas dificuldades por que outros passaram.

Nesse sentido, segundo o estabelecido no artigo 1.º do diploma do PCP, as novas freguesias que venham a ser criadas terão direito a apoios financeiros no que se refere, nomeadamente, às despesas correntes e de funcionamento da sua comissão instaladora, bem como à construção ou aquisição da respectiva sede. Para este último fim, o apoio previsto consiste no pagamento de 80 por cento do valor total do edifício, até ao montante de €75 000.

Inquérito às demissões na PJ

Depois da recusa do presidente da Assembleia da República em prorrogar o prazo da comissão de inquérito às demissões na PJ, que foi formalmente extinta pela maioria PSD/CDS-PP, sem produzir conclusões, os deputados dos partidos da oposição que nela participaram admitiram na semana transacta poder vir a elaborar um relatório.

Uma reunião nesse sentido foi já realizada, terça-feira, tendo os deputados analisado a situação decorrente da não conclusão do inquérito parlamentar. O objectivo visado é elaborar um relatório – ainda que dele não possam ser extraídas consequências jurídicas, uma vez que a comissão de inquérito está extinta – contendo o ponto de situação quanto aos trabalhos até ao momento em que a maioria decidiu unilateralmente dá-los por terminados, bem como relativamente às diligências propostas pelos deputados da oposição que esbarraram na intransigência da maioria de direita.

Este documento deverá em princípio ser ulteriormente entregue a algumas entidades, designadamente ao presidente da Assembleia da República.



A diminuição do poder de compra dos que têm menos rendimentos e o ataque aos salários e direitos dos trabalhadores da administração pública reflectem bem a natureza de classe das opções governativas no Orçamento

Direita aprova Orçamento do Estado para 2003

Favorecer os poderosos e as clientelas

Chegou ao fim a discussão e votação do Orçamento do Estado para 2003. Aprovado com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP e contra de toda a oposição, este é um documento cuja versão final consegue ser pior que a proposta inicial.

A esta conclusão chegou a bancada comunista no epílogo do processo, faz hoje oito dias, confirmando-se assim as piores expectativas quanto às prioridades e opções orçamentais do Executivo.

Na sua substância, em síntese, as críticas do PCP assentaram sobretudo na ideia fundamental de que este é um Orçamento profundamente injusto que penaliza quem trabalha e diminui o poder de compra dos que têm menos (ver caixa), enquanto, simultaneamente, não se coíbe de conceder privilégios ao grande capital financeiro, favorecendo «clientelas e amigadas».

Orçamento é profundamente injusto e penaliza quem trabalha

E sendo esta a sua verdadeira matriz, logo constatada aquando da sua apresentação, a verdade é que o decurso do debate subsequente em nada a alterou. Foram assim infrutíferos todos os esforços feitos pelos partidos da oposição, em particular pelo PCP, visando introduzir alterações que permitissem, ainda que minimamente, desagrar alguns dos aspectos mais nefastos que recairão sobre a vida dos portugueses em resultado deste Orçamento.

E o mínimo que se pode dizer é que a atitude da maioria de direita foi assumidamente a do «rolo

compressor» - confirmou-o o debate na especialidade, não obstante o apelo prévio do líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, para que fosse outro o comportamento dos deputados do PSD e do CDS/PP -, o que significou, alicerçada nos seus votos, que todas as propostas do PCP, por o serem, independentemente do seu mérito intrínseco, foram liminarmente chumbadas.

E se esta foi a tónica em sede de especialidade, no debate final, em plenário, as coisas não andaram longe disso. A única novidade foi mesmo a apresentação pela maioria, à última da hora, de propostas aparentemente desconexas mas cujo traço comum, como denunciou o deputado comunista Honório Novo, na intervenção de encerramento, é o de «dar satisfação a clientelas, a pequenos e grandes grupos de influência e de

interesses, a lobbies e amigadas que, um pouco de todo o lado, vieram apresentar as respectivas facturas políticas».

Estão neste caso, exemplificou, um conjunto vasto de novos benefícios fiscais concedidos aos grandes grupos, como sejam a isenção de IRC aos fundos de pensões ou o alargamento das isenções de IRC para entidades não residentes e para o off shore da Madeira.

Nota saliente no debate - no decurso do qual foi visível ainda uma postura defensiva e pouco interventiva por parte do Governo - foi, por outro lado, a demonstração inequívoca sobre a inconstitucionalidade do artigo que altera o Estatuto de Aposentação dos Funcionários Públicos. Tal proposta, como sublinhou a bancada comunista em declaração de voto, está ferida de «vícios formais de inconstitucionalidade e

de ilegalidade», porquanto, explicitou, a lei impõe que qualquer modificação carece da negociação prévia entre o Governo e os parceiros sociais.

Tema forte que esteve igualmente no centro das atenções foi o relativo à Lei de Bases da Segurança Social. Confirmado foi, nomeadamente, o seu incumprimento pelo Governo, facto muito criticado por Honório Novo, que denunciou a tentativa de voltar a impor o subfinanciamento do Fundo de Capitalização como forma de degradar o Sistema Público «para melhor vender a propaganda dos fundos de pensões privados».

Verberado pela formação comunista foi ainda o silêncio de Manuela Ferreira Leite sobre as contas públicas. Escamoteando as previsões da Comissão Europeia e os alertas do PCP, «em vez de confirmar que este é um orçamento virtual baseado em previsões de receitas incobráveis, a ministra das Finanças ensaiou uma «fuga para a frente», furtou-se ao esclarecimento e recusou ao Parlamento os dados da execução orçamental que hoje já conhece, que contrariam as previsões do Governo para 2003 e que transformam este orçamento numa ficção», acusou Honório Novo.

Penalizar quem trabalha

Concluído o debate na especialidade, pode dizer-se, a bancada comunista não encontrou razões para alterar uma vírgula à apreciação inicial por si feita ao conteúdo do Orçamento do Estado para 2003.

«Este é um orçamento da direita que não serve Portugal nem os portugueses», sintetizou o deputado Honório Novo, sustentando a sua afirmação, entre outras razões, no facto de o Orçamento agravar os factores económicos recessivos e penalizar quem trabalha. Neste último plano, isso é visível, nomeadamente, ao estrangular os salários e os rendimentos dos estratos sociais mais desfavorecidos e no anúncio de uma forte subida do desemprego.

Não menos criticado é o aumento da carga fiscal sobre as pequenas empresas, enquanto, por outro lado, são mantidos e até aumentados ilegítimos benefícios fiscais para as grandes empresas e grupos financeiros.

O desrespeito pela Lei das Finanças Locais constitui também motivo para que o Orçamento mereça a frontal oposição da bancada comunista, que não deixa passar em claro o facto de serem igualmente desprezadas as funções sociais do Estado, na Educação, na Formação, na Cultura, na Ciência e Tecnologia, na Saúde e no Ambiente, diminuindo de forma inaceitável o investimento público global.

Um debate à sorrelfa

Muitas foram as propostas de alteração ao Orçamento do Estado subscritas pelos partidos da oposição. Só à sua conta, pelo lado do PCP, totalizaram seis dezenas as propostas da sua autoria, visando, todas elas, minimizar os danos e os aspectos mais gravosos para a vida dos portugueses decorrentes deste Orçamento.

Ao chumbá-las, não arredando pé das posições iniciais, a maioria de direita fez prevalecer todas as suas opções, nas quais releva, como marca fundamental, a sua natureza antipopular e antinacional.

E porque assim é - e por o saberem - este facto não terá estado dissociado da postura assumida pelo PSD e CDS/PP no decurso do debate na especialidade. É que não conseguiram esconder - e esta foi uma das acusações feitas pela bancada comunista - o que foi visto como uma quase obsessiva posição no sentido de evitar que o debate tivesse projecção pública. Só assim se compreende, com efeito, como denunciou Honório Novo, que a maioria tenha imposto um debate a «mata-cavalos», isto é, que os trabalhos da Comissão de Economia se

prolongassem das 11 horas da manhã de segunda-feira da semana transacta até quase às sete da madrugada do dia seguinte, terça-feira. Isto quase sem interrupções, pela calada da noite, e sem que tenha sido invocada qualquer razão ou justificação plausível.

Ora a verdade é que foi durante este período que foram rejeitadas pelos partidos de direita, à sorrelfa, propostas que os portugueses seguramente acolheriam como boas, como sejam, por exemplo o aumento das pensões mínimas de invalidez e velhice, o aumento da pensão soci-

al e das pensões mínimas do regime agrícola, ou o aumento das participações do Serviço Nacional de Saúde no custo de próteses e ortóteses.

«Foi tudo isto que a Direita não quis que se debatesse à luz do dia», comentou, a propósito, o parlamentar do PCP, antes de lamentar que o mesmo tenha sucedido à proposta de repor o regime de crédito bonificado para a compra de habitação, fazendo com que Portugal passe a ser o único país da União Europeia sem um dispositivo financeiro deste tipo para a juventude.



Estudantes do ensino superior manifestam-se em Lisboa e protestam em todo o País

«Durão, o ensino não se vende!»

A contestação aos cortes orçamentais no ensino superior está a subir de tom. Na semana passada, centenas de estudantes manifestaram-se em Lisboa debaixo de chuva. Os protestos multiplicaram-se um pouco por todo o País.

O início da manifestação estava marcado para as 15 horas, mas a polícia começou a concentrar-se logo de manhã na Cidade Universitária. Alguns estudantes desistiram de participar na marcha até à Assembleia da República. Havia quem comentasse que «o Governo está a conseguir o

que quer: desmobilizar a malta».

Mas nem todos desistiram e muitos foram os estudantes que se juntaram ao longo do percurso, vindos de outras universidades de Lisboa, do Porto, de Aveiro, da Beira Interior e de Coimbra. A manifestação abriu precisamente com jovens de fato

e batina com uma faixa da Associação Académica de Coimbra: «A AAC está presente».

Os cerca de 500 manifestantes não esqueceram o aparato policial que acompanhou a iniciativa e repetidamente gritavam em coro «Muita polícia, pouca educação». Contudo, as palavras de ordem visavam essencialmente os cortes no orçamento do ensino superior público e na acção social escolar, afinal o motivo da manifestação. «Lince, escu-

As residências aumentaram 65 por cento e as cantinas 10 por cento

ta, estudantes estão em luta», diziam.

A chuva não atemorizou os estudantes. Uma aluna da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, de Lisboa, comentava que parecia «que dentro da nossa torre ainda chove mais. Quando safmos estavam a aspirar a água do chão. Aquilo estava mesmo alagado com a chuva que vinha do tecto. E o edifício não tem mais de quinze anos.»

Por um lado falta de condições materiais, por outro o aumen-

to de todos os preços, seja nas matrículas, nas taxas, nas refeições ou nas residências. «Não há condições. Assim não dá para estudar», confessa um estudante da Faculdade de Ciências da capital.

As consequências dos números

O Orçamento de Estado para o ensino superior sofreu cortes no valor de 4 por cento no sistema universitário e de 7 por cento no politécnico. Os preços das cantinas aumentaram cerca

de 10 por cento, enquanto os preços das residências públicas sofreram um acréscimo de 65 por cento. O orçamento da acção social escolar foi reduzido 17,5 por cento.

Estes números impressionam por si só, mas os estudantes sentem as consequências na pele diariamente. Por isso faziam ouvir a sua voz: «Durão, aprende, o ensino não se vende», lembravam.

Nun panfleto distribuído nas diversas faculdades e institutos, os estudantes afirmam que estes cortes «comprometem a qualidade de ensino e a manutenção das instalações». «Não há lugar para o investimento em laboratórios, bibliotecas e equi-

ter entre 15 e 22 alunos, têm 40 alunos. Naturalmente que a qualidade de ensino diminui e que esta é uma causa do insucesso escolar.

«Com mais quatro por cento de alunos, o aumento do orçamento foi apenas de um por cento», afirma João Gustavo, presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro, numa entrevista em que apela à união do movimento associativo.

— Como vêm a política do Governo para o ensino superior?

— O Regime Jurídico para o Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior tem alguns aspectos com os quais concordamos, mas no global temos bastantes críticas a fazer, desde logo pelo processo. Foi muito pouco discutido e concertado.

— Com os estudantes?

— No geral. Todos os passos formais para a discussão do documento foram apenas isso, um espaço formal de discussão. Na prática, não sentimos eco das reivindicações dos estudantes.

Quanto ao resto, afirmava-se que era preciso investir na educação, mas este orçamento comprova que não é essa a linha, antes pelo contrário. Coloca em causa o funcionamento das instituições de ensino superior e a sua missão: ensinar e cooperar com o meio. Na Universidade de Aveiro, a situação não é tão dramática como noutras instituições, mas sentimos limitadas muitas condições para que possamos ter uma verdadeira qualidade de ensino.

— Como é que isso se revela no dia-a-dia?

— No tamanho das turmas, por exemplo. A nossa universidade tem uma política de contratação de docentes na casa dos 80 por cento, tendo em conta o rácio professores/alunos. Não há contratações por restrições orçamentais. Isto implica que há turmas teórico-práticas que deviam ter entre 35 e 40 alunos e que têm 70 ou 80 alunos. Algumas turmas práticas, que deviam

ter entre 15 e 22 alunos, têm 40 alunos. Naturalmente que a qualidade de ensino diminui e que esta é uma causa do insucesso escolar.

— Quais são as consequências dos cortes orçamentais para os estudantes?

— É um paradoxo o Governo dizer que vai investir na educação e afirmar aos quatro ventos que a acção social é uma prioridade e depois, na prática, o Estado não assume a sua responsabilidade de financiar as instituições e aumentar os encargos financeiros dos estudantes, nomeadamente nas cantinas e nas residências.

O preço das refeições nas cantinas aumentou 17 por cento em 12 meses.

Não são os quinze cêntimos que farão diferença para a maioria dos estudantes (para alguns faz), mas é o adensar do problema. Conjugado com o aumento do custo de vida, a diminuição do poder de compra e a diminuição dos salários, isto é a gota de água. Ainda recentemente um estudo do sociólogo Belmiro Cabrito dizia que 60 por cento dos custos da frequência do ensino superior são sustentados pelas famílias. É isto que nos indigna.

No PIDDAC de 2003, a Universidade de Aveiro é altamente prejudicada pela própria instituição. Nota-se um raciocínio ao limite nos departamentos para poderem funcionar.

Em relação a 2003, há um caso concreto que nos preocupa: a Escola de Saúde começou o ano passado com quatro cursos e este ano abriu mais um. Está em fase de instalação e necessita de um investimento proporcionalmente maior do que os outros departamentos. Estamos a falar de materiais e de contratação de docentes. Com o orçamento para 2003, para se garantir as condições de ensino naquela unidade vai ter de se tirar de outros lados. Com mais quatro por cento de alunos, o aumento do orçamento foi apenas de um por cento. Há uma diminuição do orçamento real.

— Que balanço fazem da jornada de dia 13?

— A jornada ficou inevitavelmente marcada por uma segmentação do movimento associativo para a qual não contribuímos. Procurámos convergir em acções conjuntas nacionais e ficar de consciência tranquila estando, na

véspera da votação do OE, na Assembleia da República a alertar a sociedade.

Não obstante o sentimento de descontentamento ser muito mais amplo do que o número de estudantes que estiveram no Parlamento, o balanço é positivo na medida em que a AAUV não se demitiu da sua responsabilidade de alertar para este orçamento. Embora não tenha havido uma mobilização histórica, foi fundamental a manifestação ter acontecido porque a alternativa era não acontecer nada. No caso da Universidade de Aveiro, no mesmo dia fizemos um boicote às aulas e a esmagadora maioria dos estudantes aderiu. Este dia 13 foi mais uma etapa em que assinalámos o nosso descontentamento.

— Como comentas as divisões no movimento associativo?

— No fundo, quem perde com isto são os estudantes, que necessitam de uma concertação nacional para verem defendidos os seus direitos e interesses. Constatamos alguma tristeza que algumas associações tenham contribuído, voluntária ou involuntariamente para descredibilizar uma acção que tinha um objetivo em que todos nos revemos.

Na AAUV sempre dissemos que nada nos impede, no quadro da nossa autonomia, de participar numa acção nacional, mas não fechamos portas no trabalho para uma convergência o mais ampla possível no movimento associativo.

O que aconteceu é que ou era esta estratégia para o dia 13 ou não era nenhuma. Não tínhamos alternativa. Temos de nos centrar no combate a estas políticas, exigir uma mudança e criar pontos de convergência. O movimento associativo unido tem muito mais força.

ta, estudantes estão em luta», diziam.

Por um lado falta de condições materiais, por outro o aumen-

to de todos os preços, seja nas matrículas, nas taxas, nas refeições ou nas residências. «Não há condições. Assim não dá para estudar», confessa um estudante da Faculdade de Ciências da capital.

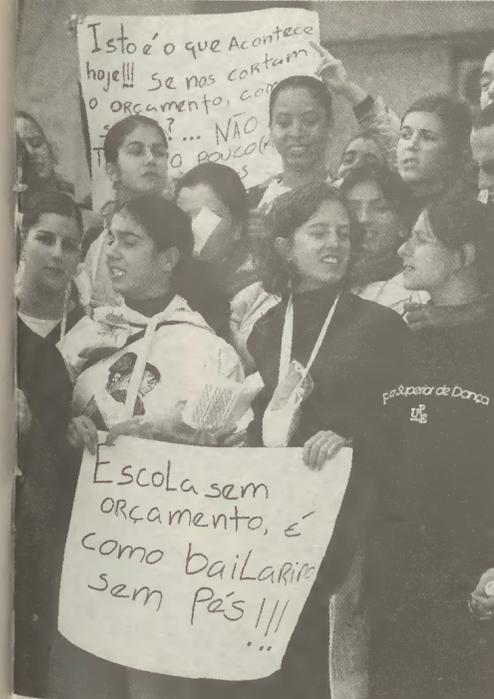
As consequências dos números

O Orçamento de Estado para o ensino superior sofreu cortes no valor de 4 por cento no sistema universitário e de 7 por cento no politécnico. Os preços das cantinas aumentaram cerca

de 10 por cento, enquanto os preços das residências públicas sofreram um acréscimo de 65 por cento. O orçamento da acção social escolar foi reduzido 17,5 por cento.

Estes números impressionam por si só, mas os estudantes sentem as consequências na pele diariamente. Por isso faziam ouvir a sua voz: «Durão, aprende, o ensino não se vende», lembravam.

Nun panfleto distribuído nas diversas faculdades e institutos, os estudantes afirmam que estes cortes «comprometem a qualidade de ensino e a manutenção das instalações». «Não há lugar para o investimento em laboratórios, bibliotecas e equi-



«Atenção, vem aí o aumento das propinas», alertam os estudantes

PCP e JCP contra cortes orçamentais

«A educação é um factor de desenvolvimento do País»

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2003, visando o reforço das verbas para o ensino superior. Os deputados do PSD e do CDS votaram contra e chumbaram a proposta de lei que propunha o reforço de 3,5 milhões de euros para a acção social escolar e um reforço de 25,8 milhões de euros da verba prevista para as universidades e de 10 milhões de euros para os institutos politécnicos.

Esta proposta visava garantir «um nível mínimo de recursos necessário para evitar a ruptura financeira destas instituições em 2003» e integra-se na tentativa do PCP de contrariar os cortes orçamentais para o ensino superior. A solidariedade do Partido foi aliás manifestada pelos deputados Bruno Dias e Luísa Mesquita directamente aos estudantes que se manifestaram nas escadarias da Assembleia da República.

Consequências graves

Também a JCP está solidária com esta luta, criticando os cortes orçamentais. Joel Vasconcelos, membro da Direcção desta organização, garante que é o futuro do País que está em causa.

«Quando se fala na produtividade, temos de pensar na

qualificação da mão-de-obra, na necessidade de haver investigação científica e desenvolvimento tecnológico no ensino superior. Para isso é necessário um ensino de qualidade, acessível às mais vastas camadas da sociedade. Enquanto não virmos o ensino superior desta forma, não vamos resolver os problemas sociais estruturais. A educação influiu no desenvolvimento do País, da saúde à economia», considera, em declarações ao *Avante!*.

Joel Vasconcelos argumenta que estes cortes terão consequências a médio e longo prazo.

«Temos uma das mais altas taxas de abandono escolar no superior, consequência desta linha que vem aumentando a carga financeira dos estudantes. Muitas vezes os estudantes vêm-se obrigados a desistir, até porque a acção social não cumpre a sua obrigação de garantir a possibilidade para todos frequentarem o superior. Muitos

estudantes desistem, outros optam por trabalhar ao mesmo tempo que estudam, muitas vezes sem verem os seus direitos garantidos na escola e na empresa.»

Investimento é fundamental

Para Joel Vasconcelos, estes cortes inserem-se numa política que tem como objectivo fundamental a destruição da escola pública.

«Estes cortes são os maiores de sempre e têm consequências muito negativas para os estudantes», afirma, alertando para a possibilidade do aumento da propinas, «já referida por responsáveis do Governo».

O dirigente da JCP considera que, «para além de inverter esta tendência, é necessário uma aposta muito grande no ensino superior. Portugal é dos países da União Europeia que tem um ensino superior

mais atrasado e precisa encara a educação como um factor de desenvolvimento económico, social, cultural, tecnológico e científico do País. Não é esta a forma como este Governo e o anterior encaram o ensino superior. É fundamental um investimento para que a educação possa cumprir este papel.»

Joel Vasconcelos sublinha que os cortes orçamentais não são novos. «É cada vez maior o desvio em relação ao orçamento-padrão», considera, referindo-se ao orçamento que deveria ser atingido em 1998, segundo a fórmula de financiamento.

«Trata-se do aprofundamento de uma linha política que tem sido seguida nos últimos anos, que visa a privatização encapotada do ensino. Há hoje uma série de serviços privatizados, desde cantinas a residências. Isto é a privatização de serviços, mas o Governo quer privatizar todo o sistema. O próprio Regime Jurídico para o Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, aprovado pelo Governo, abre espaço para que, em sede de Orçamento de Estado, o Governo financie as escolas privadas ao mesmo tempo que corta nas públicas. Isto é insustentável se queremos um ensino de qualidade», assegura.



Joel Vasconcelos



Escola Superior de Tecnologia, Arte e Design das Caldas da Rainha Cem camas para 1400 alunos

Os cortes nos orçamentos da acção social escolar fizeram-se sentir em todo o País, não só com o aumento dos preços das refeições nas cantinas e nos produtos dos bares, mas igualmente na redução das bolsas e na subida das mensalidades das residências para estudantes deslocados.

Renata Candeias, aluna do 2.º ano de Design Industrial na Escola Superior de Tecnologia, Gestão, Arte e Design das Caldas da Rainha, é uma das afectadas por estes cortes. Uma entre muitas, como referiu ao longo da entrevista ao nosso jornal.

Natural de Almada, no ano passado Renata ficou alojada numa residência pública a custo zero. No início deste ano lectivo recebeu uma notícia que pôs em risco a sua permanência no ensino superior: tinha perdido o direito à residência.

«Quando me vi sem residência — eu e muitas outras pessoas — fiquei às aranhas e não sabia para onde me virar. Ao procurarmos casa, vimos que, do ano passado para agora, os preços tinham inflacionado de uma maneira brutal», recorda Renata.

Se, em Junho, o preço médio de um quarto nas Caldas da Rainha era de 4400 euros com despesas incluídas (22 mil escudos), em Outubro tinha subido para 6 mil euros (30 contos) com o pagamento da água, gás e electricidade feito à parte. «Esta situação não abona em nada quem está deslocado», comenta

Renata. «A minha casa actual foi um achado», acrescenta, explicando que paga 4 mil euros pelo quarto, mais as despesas.

Pouco depois Renata foi informada que também tinha perdido o direito à bolsa, apesar dos rendimentos familiares terem diminuído. «As despesas de um ano para o outro aumentaram por eu estar a estudar fora. Fui reclamar e a resposta fantástica que me deram foi que tinha havido um erro informático. É possível, mas começamos a duvidar das coisas.» A partir daí voltou a receber a bolsa mínima, de cerca de 30 euros.

Cem para 1400?

A história de Renata não é única. Ela própria fala de uma colega que não recebe qualquer bolsa, ao contrário da irmã que estuda num instituto politécnico e tem acesso a residência e recebe uma bolsa de cerca de 3600 euros. «É dentro da mesma família, apresentando o mesmo rendimento», salienta.

Renata conhece outras colegas que perderam o direito à residência. O número de camas não diminuiu, mas aumentou o número de alunos. «Somos 1400 pessoas e a residência tem menos de cem camas. É ridículo! Há outra residência projec-

tada já com terreno disponibilizado, mas não vai para a frente devido aos cortes orçamentais», explica.

«Por causa dos cortes estamos sujeitos à inflação do mercado imobiliário. O dinheiro que é investido numa casa é dinheiro que foge. Muito poucos são os senhorios que passam recibo para deduzir no IRS», refere Renata.

«A minha escola até está bem equipada, mas a quantidade de alunos ultrapassou em muito o número máximo previsto. As instalações foram feitas para 700 pessoas e agora somos quase o dobro. Bem, a biblioteca é insuficiente para as necessidades dos alunos...», comenta.

«As pessoas querem andar mas cortam-lhes as pernas. Toda a gente tem falta de dinheiro. A bolsa mínima nem sequer dá para pagar as refeições na cantina. A educação não pode ser uma forma de ganhar dinheiro, é um investimento para o futuro», defende a estudante.

«Não se pode esperar que um país que supostamente está numa crise se levante quando há pessoas que não têm acesso à educação. Diz-se que o País não tem pessoas capazes, mas não investe na educação, na cultura e na formação. Tem de se apostar no futuro. Não dá frutos imediatos, é um processo a longo prazo, mas é necessário fazê-lo senão caímos na lama», afirma Renata.



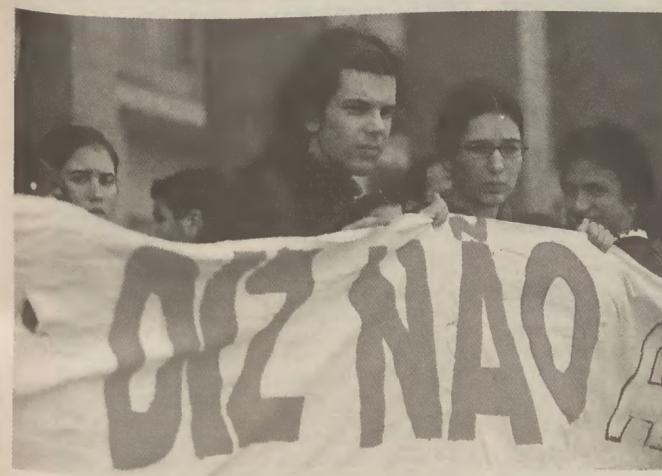
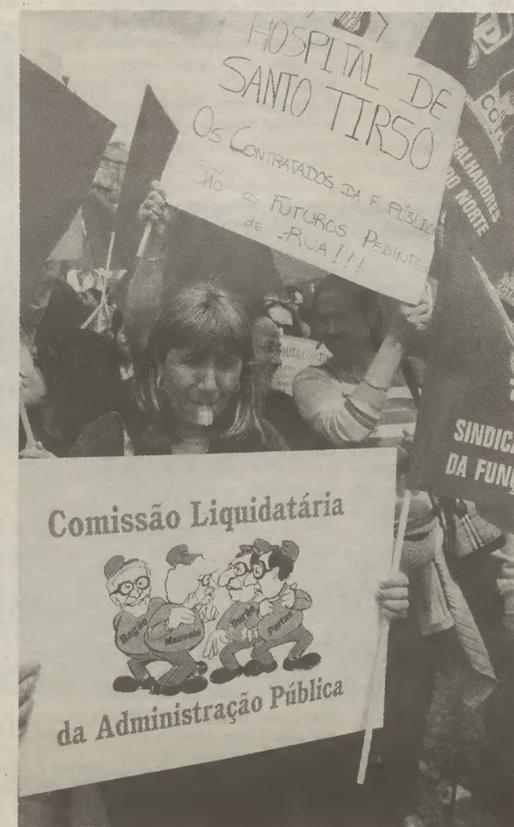
Uma luta que alastra

Uma greve geral não se decreta, constrói-se. A de dia 10 de Dezembro não é excepção e nasce da tenaz resistência dos trabalhadores, estudantes e reformados ao violento ataque que o Governo PSD/PP lhes dirige. Imagens das lutas de que é feita a luta.

A greve geral, que teve antecem o seu nascimento anunciado, é desde há muito uma necessidade sentida e exigida por muitos milhares de trabalhadores. Mais exactamente desde o momento em que o Governo PSD/PP iniciou o mais feroz ataque de que há memória, em democracia, aos

direitos e interesses dos trabalhadores e de amplas camadas da população. Esse ataque teve diversas frentes, diversos alvos, mas apenas um beneficiário: o grande patronato. A este se pretende entregar importantes serviços públicos, como a

Segurança Social; a seu pedido se quer alterar as leis laborais, com três objectivos: precarizar ainda mais o trabalho, reduzir os custos com mão-de-obra à custa da diminuição da retribuição aos trabalhadores e reforçar o poder dos patrões nas empresas. Para responder à – real ou exagerada – crise, congela-se salários e pensões, aumenta-se os preços, corta-se no orçamento de universidades e escolas. Nos lucros do capital... não se toca. A cada golpe desferido pelas forças do capital os trabalhadores responderam com uma luta forte e determinada. Que foi engrossando à medida que o descontentamento alastrava e que a verdadeira face do Governo ia sendo descoberta por cada vez mais amplas camadas do povo. Povo que saiu à rua, protestou, exigiu, reivindicou. E fechou fábricas e serviços, parou a produção, alertou os companheiros. Que vieram também. Estas são imagens dessas lutas que fazem a luta dos portugueses – trabalhadores, reformados, estudantes – contra as brutais ofensivas do capital e do Governo que a ele obedece. Mas são apenas alguns, poucos, exemplos. Muito mais haveria a mostrar, destas e de outras acções. Grandes e pequenas. A luta faz-se de tudo isto. E é disto que será feita a greve geral do próximo dia 10.



Comissão Liquidatária
da Administração Pública



• Pedro Guerreiro

Alargamento da União Europeia

O que podemos retirar das conclusões da Cimeira de Bruxelas quanto ao alargamento da UE? A colocação de condições inaceitáveis aos países candidatos, que ninguém acredita que pudessem ser aceites por qualquer dos actuais países da UE. Como a existência de flagrantes discriminações na Política Agrícola Comum (PAC) e na Política Estrutural. A criação de instrumentos de controlo e de aplicação de sanções apenas aplicados aos países candidatos. As limitações à circulação de trabalhadores, geridas ao sabor da necessidade de mão-de-obra dos actuais países da UE, ao mesmo tempo que se levantam todos os obstáculos à circulação do capital. Para não falar da ligação entre a adesão à UE e a adesão à NATO, que esta semana se concretiza. A definição de um quadro financeiro que não assegura, antes pelo contrário, o objectivo da «coesão económica e social». Aliás, objectivo que todos, incluindo o governo do PSD / CDS-PP parecem ter esquecido nesta Cimeira. Refira-se a perspectiva do congelamento do orçamento comunitário de uma UE com 15 países para uma UE a 25, com a menção para a manutenção, para o período a partir de 2007, da disciplina financeira decidida no Conselho de Berlim, em 1999 - que definiu um tecto máximo de 1,27% do PIB da UE para o orçamento anual comunitário. Por outro lado, todas as informações apontam Portugal como o país da UE que será mais atingido pelo alargamento. Pelo que será de questionar quais as medidas que foram tomadas pelo Governo PSD / CDS-PP no quadro das negociações para acautelar os interesses nacionais? Será que a sua opção será a de, na corrida do capital para Leste, incentivar e apoiar o grande patronato português a deslocalizar-se? Mas escutemos o patronato...

A voz do patronato

A UNICE (a confederação do grande patronato na Europa) «apoiá fortemente» o alargamento, no quadro da liberalização e da ampliação do mercado interno, possibilitando um melhor «clima» para o investimento - entendamo-nos, para o capital. É esclarecedor constatar a quase total semelhança entre as prioridades da Comissão Europeia, a agenda do Conselho e as reivindicações da UNICE. Senão vejamos, a UNICE coloca como condições para o alargamento a reforma drástica da Política Agrícola Comum (PAC) e das Políticas Estruturais e de Coesão, defendendo que a sua não realização, colocaria o orçamento comunitário em níveis, na sua opinião, inaceitáveis. Deste modo, não será de espantar a total «coincidência» entre as propostas da

UNICE para a PAC e as posições defendidas pelo Comissário Fischler. Como são de registar as suas propostas para a Política Estrutural, por exemplo, a que defende que não deverá existir só o objectivo da aproximação dos países economicamente menos desenvolvidos ao PIB médio comunitário, mas igualmente critérios que tenham por base a concretização dos objectivos definidos na «estratégia de Lisboa» - que preconiza a liberalização - no quadro de uma maior parceria com o sector privado. A UNICE sublinha que o limite de 1,27% do Produto Interno Bruto da UE para o orçamento comunitário não deve ser ultrapassado após 2006, pois considera que o aumento deste orçamento não seria compatível com a manutenção da actual «disciplina orçamental» na UE e com a concretização dos objectivos da «estratégia de Lisboa». A Cimeira de Bruxelas parece concordar com a UNICE ao decidir que «o esforço geral no sentido da disciplina orçamental fixada pelo Conselho Europeu de Berlim deverá ser prosseguido no período iniciado em 2007». A UNICE coloca como prioridade a rápida reforma das instituições e dos processos de decisão comunitários (com o reforço dos poderes da Comissão e do Parlamento Europeu e a extensão da decisão por maioria qualificada no Conselho), por forma a que a UE seja mais «funcional» - ou seja, responda melhor aos seus interesses. Defende ainda que a Conferência Intergovernamental deverá ter início já em 2003 e não em 2004. A UNICE sabe que serão necessárias «adaptações e reestruturações» em diferentes sectores, que terão os seus custos, mas diz que comparadas com as vantagens - acrescentemos, para o capital - considera que não terão significado(!). A UNICE também sabe que os países da UE economicamente mais desenvolvidos e geograficamente mais próximos dos países candidatos são os que mais ganharão com o alargamento. Por tudo isto e muito mais, a UNICE alerta ainda para a necessidade da Comissão Europeia coordenar uma «campanha europeia» para divulgar os «benefícios e desafios do alargamento» por forma a assegurar que o alargamento seja «amplamente apoiado e compreendido». E defende que o melhor será discutir as condições do alargamento a «nível global». Por «coincidência», a Comissão Europeia pensa o mesmo. Pois quando questionada pelo PCP sobre quais as consequências do alargamento para Portugal e sobre quais as medidas que prevê para minimizar os, mais que certos, efeitos negativos para o País, responde que só tem estudos sobre os impactos para toda a UE. Será caso para dizer: «palavras para quê»?

Esquerda Unitária Europeia debateu no Porto revisão da PAC

Rever com justiça

A PAC «tem de ser revista mas não nos moldes propostos pela Comissão Europeia», considerou o secretário-geral do PCP, no encerramento de um debate sobre a Política Agrícola Comum, realizado no Porto.

Referindo-se às propostas apresentadas pelo executivo comunitário, Carlos Carvalhas sublinhou que a próxima revisão da PAC não deve «incentivar o produtivismo sem regras» e dar um novo impulso na liberalização do comércio agrícola.

Por outro lado, ao pretender manter inalterados os actuais níveis de ajudas, a Comissão, sublinhou Carvalhas, «pretende amarrar os países com agriculturas mais débeis ao seu atraso histórico».

O dirigente comunista referiu-se ao PSD que nesta maté-

ria «chegou a aproximar-se das posições do PCP, mas foi sol de pouca dura porque, no Conselho Extraordinário de Bruxelas, em Outubro, o primeiro-ministro aceitou o acordo franco-alemão, que hipoteca o futuro do País».

Recorde-se que este acordo mantém o actual volume de ajudas agrícolas e dos fundos estruturais só até 2006, data após a qual as verbas para a PAC apenas aumentarão um por cento ao ano, ficando abaixo da inflação.

Carlos Carvalhas frisou ainda que o PCP defende a «manutenção das ajudas ligadas à produção», acrescentando que «o plafonamento e a modulação têm de ser mais justos, têm de ter em conta as especificidades de cada região e de cada país».

O debate foi promovida pelo Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, o quarto maior grupo do Parlamento Europeu, no qual se integram os deputados do PCP. Durante dois dias, 14 e 15, nele participam deputados europeus da Alemanha, Espanha, Grécia e Portugal e deputados do PCP membros da Comissão de Agricultura da Assembleia da República, dirigentes e quadros do movimento associativo socioprofissional e cooperativo, técnicos e especialistas.

O acordo franco-alemão aceita por Portugal hipoteca o futuro do País



O futuro da política agrícola foi o tema do debate que reuniu dezenas de deputados, representantes de associações e técnicos do sector

Comisiones Obreras recusam flexibilidade na VW

A secção sindical das Comisiones Obreras na fábrica da Volkswagen de Navarra rejeitou, na segunda-feira, a proposta de flexibilização laboral apresentada pela administração sob ameaça de despedimento de 590 trabalhadores.

Os sindicalistas espanhóis consideram inaceitável a pretendida redução da jornada de trabalho e dos salários em dez por cento no próximo ano, alertando que a introdução da chamada «semana VW» representa o fim da convenção colectiva de trabalho, uma vez que não só diminui de 1.712 para 1.544 horas o tempo de laboração anual, como declara que os dias de trabalho são «todos» da semana.

Acresce que a redução dos salários, segundo as Comisiones Obreras, é permanente não se prevendo a possibilidade de recuperação do dinheiro perdido mesmo quando o tempo de trabalho volte a atingir as 1.712 horas.

Mostrando-se disposto a chegar a um acordo que sirva

ambas as partes, o sindicato coloca como condições a garantia de emprego a longo prazo e a concretização do plano industrial da fábrica, como forma de assegurar que se trata de uma «fábrica de futuro». Por outro lado, recusa a hipótese de despedimentos apontando como alternativa a antecipação de reformas. «Só nesta base estaríamos

dispostos a falar de uma redução da jornada de trabalho e dos salários, mas só desde que a redução fosse recuperável».

Esgotado o prazo das negociações, as Comisiones Obreras afirmam que não irão ceder às pressões da administração mesmo que esta avance com os despedimentos anunciados.

América Latina contesta PAC

A cimeira ibero-americana que terminou, no sábado, na República Dominicana ficou marcada pelos protestos da Argentina face ao anúncio de que os subsídios à agricultura serão mantidos na União Europeia pelo menos até 2013.

Os produtores latino-americanos há muito que se queixam que as subvenções agrícolas concedidas aos agricultores europeus e norte-americanos distorcem os preços

internacionais e contradizem as promessas de cooperação e desenvolvimento, tendo efeitos negativos para as economias do continente.

Contudo esta foi a primeira vez que a questão foi levantada numa cimeira ibero-americana, colocando numa posição incómoda os dois parceiros europeus, Portugal e Espanha, que tiveram de se empenhar para que o protesto não constasse das conclusões finais da cimeira.

Inflação acelera na UE

A inflação na Zona Euro atingiu, em Outubro, 2,3 por cento enquanto na União Europeia o índice registado foi 2,1 por cento, em comparação com o mesmo período de 2001.

Como anota o Gabinete de Estatísticas Europeu (Eurostat), a inflação encontra-se, assim, acima do limite dos dois por cento considerado desejável pelo Banco Central Europeu (BCE) e mais alta do que as previsões. No mês anterior, as taxas de inflação homólogas foram de 2,1 por cento na zona euro e de 1,9 por cento na União Europeia. Os países que registaram as taxas de inflação mais elevadas foram a Irlanda (4,4%), Portugal (4,1%), a Espanha (4,0%) e a Grécia (3,9%).

Défice alemão atinge 3,8%

O défice público da Alemanha deverá atingir os 3,8 por cento, 0,8 por cento mais do que o limite do Pacto de Estabilidade. Este novo valor resulta do crescimento do endividamento que atingirá 34.600 euros, 13.500 mais do que o inicialmente previsto, montante que será superior às verbas de investimento, obrigando o governo alemão a declarar o estado de excepção económica.

A Constituição germânica só permite que o endividamento seja superior ao investimento desde que se verifique um «desequilíbrio da economia». Estas correcções constam da proposta de orçamento suplementar que o governo de Gerhard Schroeder se preparava para aprovar ontem, quarta-feira.

Entretanto, na passada semana, o parlamento aprovou uma série de reformas para controlar o descalabro das contas públicas em que se destaca o aumento das contribuições para a segurança social e a reforma das leis laborais.

A nova legislação que entrará em vigor a partir de Janeiro próximo obriga os trabalhadores a comunicar imediatamente a situação de desemprego, prevendo multas entre sete a 50 euros por cada dia de atraso. Os desempregados sem família sofrerão maiores pressões para aceitarem empregos longe do seu local de residência e dão-se incentivos às empresas de trabalho temporário para contratarem pessoas, limitando os salários durante as primeiras seis semanas ao valor ao subsídio de desemprego. São reduzidos os encargos sociais para os empregos de baixa remuneração (os chamados *minijobs*) e para os empresários individuais, prevendo-se ainda ajudas do Estado aos desempregados com mais de 55 anos que sejam contratados com salários inferiores ao subsídio de desemprego.

Dez países à porta da UE

Alargamento atrasado

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE decidiram na passada segunda-feira, em Bruxelas, que o alargamento a dez novos países só se efectuará em 1 de Maio de 2004.

A data foi definida de modo dar mais tempo para que os estados-membros ratifiquem o Tratado de Adesão, permitindo ainda assim que os novos estados membros possam participar nas eleições para o parlamento Europeu que se realizam em Junho de 2004.

O fim oficial das negociações será comemorado na Cimeira de Copenhaga, a assinatura do Tratado de Adesão será feita em 16 de Abril de 2003, em Atenas, e a entrada oficial de Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Eslováquia e Eslovénia será feita em 1 de Maio de 2004.

A partir dessa data, cada país tem direito a nomear um comissário para a Comissão Europeia, mas só a título interino e sem pasta, podendo participar e votar nas reuniões do executivo comunitário. Essa situação só será alterada em Outubro de 2004, depois de tomar posse um novo colégio de comissários.

Assim que as negociações estejam terminadas, os futuros membros poderão participar em pé de igualdade na Conferência Intergovernamental, que preparará a redacção de uma futura Constituição Europeia e a reforma das instituições da UE, cujos trabalhos se iniciam em meados do próximo ano.

Na reunião de segunda-feira, o comissário do alargamento, Guenter Verheugen, declarou que a Comissão está disposta a negociar alguns aspectos da política agrícola, como as quotas ou os períodos de referência, mas o

pacote económico, as ajudas directas, os fundos estruturais e as compensações orçamentais «não são negociáveis», afirmou.

UE admite rever quotas mas recusa mais ajudas directas aos novos países

No entanto, o atraso de quatro meses da adesão terá reflexos orçamentais, indicou Verheugen, admitindo que os dez novos estados devam contribuir apenas com dois terços da contribuição prevista para o orçamento comunitário de 2004, estimada em 5.500 milhões de euros.

Rotatividade em causa

Os ministros dos Estrangeiros discutiram ainda a reforma do sistema de presidências da UE, com base num relatório da presidência dinamarquesa, mas não che-

garam a acordo quanto a um modelo concreto.

O documento apresenta três modelos possíveis de funcionamento da presidência da UE: a manutenção do actual sistema de rotatividade de semestral, o actual sistema com o reforço de alguns cargos, como o do alto representante para a política externa, e a criação de uma presidência colegial. Em qualquer um dos modelos é aberta a possibilidade de, no futuro, haver um presidente eleito do Conselho de Ministros.

Os países «grandes» como a França, Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha sustentam que o actual sistema não irá funcionar numa União alargada a 25 ou mais membros em que cada um tem de esperar mais de dez anos para voltar a assumir a presidência.

No entanto, como afirmou o chefe da diplomacia portuguesa, Martins da Cruz, «ninguém nos provou que este modelo está errado ou que não funciona», notando ainda que uma alteração do actual sistema poderá implicar um reforço do poder dos «gran-

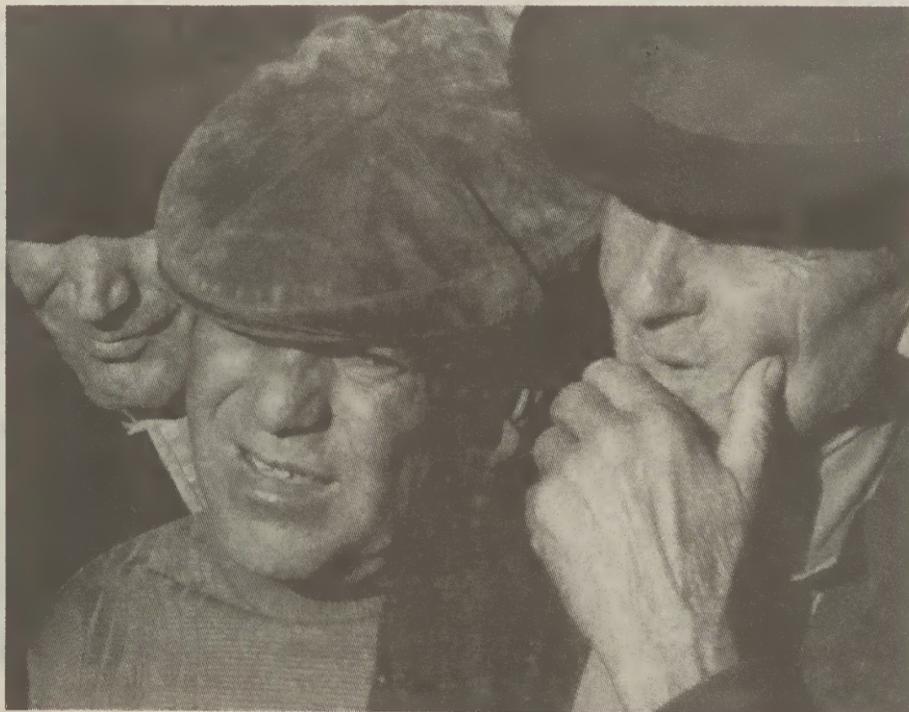
des» em detrimento dos «pequenos» e «médios».

Agricultura em perigo

Na reunião, o ministro português chamou a atenção para os «problemas específicos» da agricultura nacional, defendendo que «antes da Cimeira de Copenhaga fique consagrada a preocupação portuguesa». A questão surgiu aquando da discussão sobre as exigências dos países candidatos de melhores condições para apoiar o seu sector agrícola.

Segundo fontes citadas pela Agência Lusa, o representante de Lisboa «lembrou que as concessões da UE em matéria agrícola acordadas aos candidatos deverão ter como contrapartida um compromisso dos actuais estados-membros para que sejam tomadas em consideração as especificidades da agricultura portuguesa».

A nossa agricultura é das mais prejudicadas ao nível europeu, quer em termos de ajudas quer em termos de quotas de produção.



A entrada de dez países irá provocar ainda maiores problemas aos agricultores portugueses

Candidatos reclamam igualdade

Duas centenas de deputados dos doze países candidatos à adesão reclamaram, na terça-feira, numa sessão solene do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, igualdade de tratamento de todos os Estados da futura União alargada.

Depois dos discursos oficiais dos presidentes da Comissão Europeia, Romano Prodi, do Conselho, Anders Rasmussen, do PE, Pat Cox e dos líderes das bancadas parlamentares, os representantes dos países candidatos rejeitaram o estatuto de «cidadãos de segunda», como sublinhou Vaclav Klaus, da República Checa. «Parece-nos discriminatório que nos sejam aplicadas cláusulas de salvaguarda durante um período mais longo do que estava previsto», disse Jozesef Sza-

jer, vice-presidente do parlamento húngaro,

Já o polaco Andrezej Lepper pediu que a UE não engane o seu povo no momento da adesão porque «a Polónia atrever-se-ia a sair». «Temos a nossa dignidade, a nossa honra que não permitirá uma redução de direitos, queremos um tratamento igual como membro em pé de igualdade. Na mesma linha, outro deputado polaco, Jozsef Oleksy, fez questão de notar que a sua presença no hemício não era «um prémio mas um dever histórico como país europeu há mais de mil anos».

Outro, porém, foi o tom do presidente em exercício do Conselho, o dinamarquês Rasmussen, que advertiu os dez países para o «risco» de alguns deles poderem não

estar em condições de fechar as negociações na Cimeira de Copenhaga, nos dias 12 e 13 de Dezembro, caso não sejam resolvidos alguns problemas técnicos que foram entretanto detectados.

No final da sessão, Rasmussen voltou a insistir que há problemas graves com alguns países, notando que existe margem de manobra para negociar desde que não se toque nos aspectos orçamentais da Agenda 2000, que fixa a despesa europeia até 2006, nem nos acordos da cimeira de Bruxelas sobre as subvenções agrícolas.

PE discute «Prestige»

Os deputados preparavam-se para discutir ontem, quarta-feira, a possibilidade de

acionar o fundo de solidariedade, aprovado este mês pelo Parlamento Europeu, para compensar os estragos ambientais já provocados pela maré negra resultante do rombo e afundamento do petroleiro «Prestige» na Galiza - receando-se que também atinja as costas de Portugal e França.

Inicialmente, por proposta da Comissão, previa-se a atribuição do fundo à Alemanha, Áustria, República Checa e França pelos prejuízos causados pelo mau tempo no Verão. Contudo, a dimensão da catástrofe ambiental da maré negra que se está a espalhar pelo noroeste da Península Ibérica levou vários eurodeputados a defender, na terça-feira, a reorientação das verbas para apoiar as autoridades galegas e as populações ribeirinhas.

Metalúrgicos solidários com luta na Fiat

Os trabalhadores italianos da metalurgia cumpriram na passada sexta-feira uma greve de quatro horas com manifestações em vários pontos do país em protesto contra o plano de reestruturação do Grupo Fiat que prevê a extinção de oito mil postos de trabalho.

A paralisação foi convocada pelas três centrais sindicais e teve uma adesão de 90 por cento na Fiat e de 70 por cento em geral no sector, que assim mostrou forte solidariedade com os trabalhadores ameaçados de desemprego.

Os sindicatos recusam a hipótese de encerramento da unidade Fiat na Sicília, a região mais pobre e com menos empregos de toda a Itália, e exigem que o governo apresente um plano de recuperação da empresa. Para o próximo dia 26 está marcada nova greve no grupo Fiat.

PE rejeita reforma das pescas

A Comissão das Pescas do Parlamento Europeu rejeitou a proposta de suprimir as ajudas comunitárias à frota pesqueira, avançada pelo Comissário Franz Fischler, e pede que se mantenha as ajudas até 2006. Cabe agora ao plenário de Estrasburgo pronunciar-se sobre a matéria, o que deverá acontecer no próximo dia 6 de Dezembro. Um dos dois relatórios aprovados em Comissão defende a manutenção das ajudas previstas à renovação, modernização, exportação de embarcações e criação de sociedades mistas em países terceiros. O outro recusa a proposta de financiar o abate de embarcações com as verbas destinadas às ajudas ao sector.

Chipre aceita plano de Annan

O governo de Chipre aceitou oficialmente o plano do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para pôr fim à divisão da ilha, como «base para a negociação» com as autoridades turco-cipriotas. No entanto, as autoridades grego-cipriotas declararam, na segunda-feira, que não deverá ser possível chegar a acordo até ao próximo Conselho Europeu de Copenhaga, marcado para 12 de Dezembro, data em que a União Europeia desejaria que fosse assinado um compromisso entre as partes com vista à reunificação de Chipre, país que se prepara para aderir ao espaço comunitário em 2004.

Tribunal italiano detém 42 pessoas acusadas de associação subversiva

Activistas acusados

Milhares de pessoas manifestaram-se, sexta-feira e sábado, por toda a Itália exigindo a libertação de 20 activistas do movimento «antiglobalização» detidos sob acusação de associação subversiva, no quadro da lei antiterrorismo.

As prisões foram efectuada, na passada sexta-feira, pela polícia que deteve ainda outras 22 pessoas para depor no âmbito de uma investigação levada a cabo por juízes de várias cidades do sul da Itália, onde residem os activistas.

A acusação formulada pelo juiz no tribunal de Consenza, na Calábria, refere-se a «conspiração política mediante associação; atentado à estabilidade constitucional e económica do Estado através de propagan-

da; prática de actos de destruição ocorridos em 2001, durante os protestos contra o Fórum Global em Nápoles e contra o encontro do G8, em Génova.

Entre os presos está Caruso, um dos organizadores do Fórum de Florença

Entre os presos está Francesco Caruso, um dos organizadores do recente Fórum Social Europeu, em Florença, que terminou com uma marcha contra a guerra em que participaram um milhão de pessoas. Caruso e dois outros activistas foram encarcerados na prisão de Treni, perto de

Nápoles, onde existe um ala de alta segurança.

Nas dezenas de protestos realizados imediatamente no dia das detenções e no sábado, participaram sindicatos e partidos políticos sob a palavra de ordem «O movimento não pára, Florença continua».

Fausto Bertinotti, secretário-geral da Refundação Comunista, considerou tratar-se de «uma coisa muito grave» e vê nestas prisões «a chegada à Itália dos primeiros ventos da guerra». O dirigente comunista notou que a acusação aponta «um típico crime de opinião, ideológico», lembrando que «Florença é a demonstração que estas mesmas pessoas que hoje estão presas participam num movimento com fortíssima conotação pacífica e não violenta».

Conselho da Europa

Resolução legitima proibição de partidos

A Comissão permanente da Assembleia do Conselho da Europa aprovou na segunda-feira uma resolução em que justifica a proibição ou dissolução de partidos políticos no caso em que estes façam «uso da violência ou ameacem a paz civil e a ordem democrática do país».

O documento foi votado durante uma reunião realizada na capital de Malta, La Valetta, que deu luz verde ao relatório do francês Michel Dreyfus-Schmit sobre as restrições às actividades de partidos políticos nos 44 países que integram o Conselho da Europa.

Este órgão salienta que

tal decisão só deve ser tomada «em casos excepcionais», unicamente por juízes e de acordo com a Constituição de cada Estado. «A proibição ou dissolução de um partido só pode ser decretada com última decisão. Devem privilegiar-se medidas menos radicais e as disposições judiciais deverão sempre opor-se às restrições arbitrárias do poder político», refere o texto da resolução adoptada.

O caso mais recente de proibição de uma formação política registou-se no Verão passado em Espanha, depois de o governo de Aznar e a Procuradoria Geral terem iniciado no Tri-

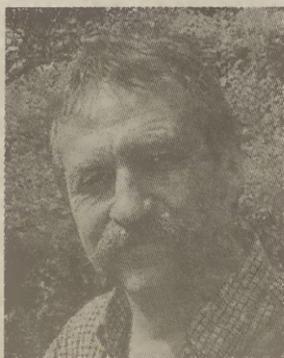
bunal Supremo o processo de ilegalização do Batasuna, acusado de manter vínculos à organização clandestina ETA.

Também, recentemente, o governo francês ordenou a dissolução do movimento de extrema-direita Unidade Radical, depois de uma tentativa de atentado contra o presidente francês, Jacques Chirac, em 14 de Julho, que foi imputada a um dos seus militantes.

Em Julho de 2001, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concordou com a dissolução do Partido turco do Bem-estar por este se opor ao princípio do laicismo do Estado turco.

Bové condenado a prisão

O agricultor e sindicalista francês, activista do movimento antiglobalização, viu recusado o recurso que apresentou ao Tribunal Supremo da pena de 14 meses de prisão, que lhe foi aplicada em 20 de Dezembro de 2001, por ter destruído plantações de arroz transgénico.



A defesa alegou que Bové tinha agido por «estado de necessidade» devido à inexistência de acordos internacionais e de segurança sobre

os efeitos dos organismos geneticamente modificados, mas o Tribunal rejeitou o argumento decidindo enviar de novo o dirigente da Confederação Agrícola para a prisão.

José Bové considerou a sentença do Tribunal como «um grave atentado contra os direitos sindicais», recordando que «a última vez que se encarcerou um sindicalista foi durante o regime de Vichy. Se aceitarmos esta lógica, é o fim da

acção sindical, das iniciativas de cidadãos contra a ordem estabelecida», declarou junto ao Palácio da Justiça de Millau onde se concentraram centena e meia de pessoas.

Os factos de que é acusado remontam a 5 de Junho de 1999, quando, acompanhado de um grupo de pessoas, penetrou durante a noite nas instalações do Centro de Cooperação Internacional de Investigação Agrónoma para o Desenvolvimento, em Montpellier, e destruiu plantações de arroz transgénico que, segundo garante, iam ser replantadas em campo aberto no dia seguinte.

O Tribunal de Contas considera ilegal o pagamento de subsídios de transporte ao antigo autarca da Figueira da Foz

Infracções no mandato de Santana Lopes

A auditoria do Tribunal de Contas ao executivo camarário de Santana Lopes, na Figueira da Foz, aponta para a existência de irregularidades financeiras, na ordem dos 1500 contos.

Enquanto presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Pedro Santana Lopes, agora presidente do executivo de Lisboa, recebeu, em 1999 cerca de 7 mil e quinhentos euros (1500 contos) por deslocações efectuadas em viatura própria entre a Figueira da Foz e Lisboa e vice-versa.

«O TC considera irrelevante a emissão do mencionado cheque»

O relatório, apresentado na passada semana, a que a Agência Lusa teve acesso, considera «ilegal» o pagamento de subsídios de transporte, uma vez que não existe «fundamentação ou justificação» para que tives-

sem de ser efectuadas «deslocações em viatura própria», algumas das quais «com acompanhamento da viatura oficial».

«Ao tomar conhecimento do relatório», Santana Lopes, «emitiu um cheque, no montante aí referenciado, que entregou aos serviços camarários», refere o documento.

Entretanto, o cheque nunca chegou a ser descontado, por decisão do actual presidente da autarquia, António Duarte Silva, do PSD, que considerou que deveria aguardar pela «resolução final do processo» em curso. Classifi-

cando de incorrecto o procedimento adoptado pelo actual autarca da Figueira da Foz, o Tribunal de Contas considerou «irrelevante a emissão do mencionado cheque».

Outros implicados

Também a actual vereadora do Urbanismo da Câmara de Lisboa e ex-directora do Departamento de Urbanismo da Câmara da Figueira da Foz, Eduarda Napoleão, está referenciada no relatório como tendo recebido subsídios de transporte «ilegais e eventualmente indevidos» no valor de 2 mil e 300 euros (cerca de 460 contos).

O documento considera ainda que a Câmara deverá enviar também «provas documentais das medidas tomadas com vista à regularização» de outras situações detectadas.



A Biblioteca Municipal José Saramago prepara-se agora para encarar novos desafios

Biblioteca Municipal José Saramago Reabre de «cara lavada»

A Biblioteca Municipal José Saramago, em Beja, reabriu, segunda-feira, ao público depois de um encerramento temporário para obras de consolidação da estrutura do edifício.

As obras tornaram-se necessárias depois de detectadas fissuras nas paredes do auditório do primeiro andar, tendo a autarquia solicitado uma vistoria técnica ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Os trabalhos de consolidação da estrutura, suportados pela autarquia, custaram 125 mil euros e incluíram, além de pinturas e outras pequenas obras, a colocação de um suporte em aço na laje do primeiro andar, segundo o director da instituição, Figueira Mestre.

«Esse reforço em aço vai auxiliar a suportar a estrutura», sublinhou, explicando que o reforço obrigou à diminuição de lugares no auditório (passa de perto de uma centena para 85) e à redistribuição de vários sectores de funcionamento.

A Biblioteca Municipal prepara-se agora para encarar novos desafios, já que acaba de aderir à Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO e ao Projecto SIMONE.

A criação de uma base de dados on-line, permitindo ao utente reservar um livro a partir da sua própria casa, e a colocação também na Internet do catálogo de publicações que a biblioteca possui são alguns dos projectos que deverão arrancar para o próximo ano.

Beja investe nas freguesias rurais

A Câmara Municipal de Beja vai criar planos estratégicos para seis freguesias rurais para que venham a beneficiar de pequenas intervenções e possibilitem a candidatura das mesmas a apoios financeiros.

Segundo o Expresso, esta acção contempla as freguesias mais populosas de Beja, nomeadamente Albernoa, Baleizão, Cabeça Gorda, Beringel, Nossa Senhora das Neves e Penedo Gordo. De acordo com o presidente da Câmara, Carreira Marques, «estes planos vão estar prontos dentro de quatro meses, incluirão obras necessárias em termos sociais, comunitários desportivos, culturais, lazer e também ao nível de arruamentos que seja preciso melhorar».

Utentes organizam-se Não à privatização da Saúde

As Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal realizaram, no sábado, na Junta de Freguesia da Amora, Seixal, o seu 5.º Encontro. O Serviço Nacional de Saúde Público gratuito é uma das exigências dos utentes.

«É com grande satisfação que o Secretariado das Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal vê esta sala cheia de pessoas, sintoma de que a preocupação com a saúde está a crescer», afirmou José Reis, membro do Secretariado, no início do 5.º Encontro.

Referindo-se às reivindicações dos utentes, nas freguesias e concelhos de Setúbal, José Reis destacou o Serviço Nacional de Saúde Público universal e gratuito. «Esta é um dos pontos de que não abdicamos», afirmou o membro do Secretariado, alertando para a actual «desarticulação do Serviço Nacional de Saúde, primeiro passo, por parte do Governo, para cairmos numa situação de precariedade», assegurou.

«Queremos contar com a participação de todos os cidadãos»

Participação activa dos cidadãos

«As Comissões de Utentes são movimentos de cidadãos, de opinião e reivindicativos,

e como tal dizemos: estamos aqui para nos organizar, estamos aqui para fazer política», afirmou Manuel José Soares, também, membro do Secretariado das Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal, perante um auditório com largas dezenas de pessoas, membros das comissões de utentes, representantes das assembleias municipais da região, elementos das juntas de freguesia, técnicos de saúde e convidados.

Relativamente às actividades e projectos para o próximo ano, Manuel Soares aler-

No final da sua intervenção, Manuel Soares lembrou às comissões que «é necessário divulgar mais informação, participar em mais reuniões, elaborar pareceres e manter contacto directo com os meios de comunicação social», sublinhando a importância dos meios de comunicação social e do trabalho dos representantes dos utentes.

Milhares sem médico de família

«Setúbal, embora seja o distrito que mais contribui para a riqueza nacional, onde o nível geral de vida das pessoas deveria ser o mais elevado, é a região do país, a seguir à Madeira, Açores e Beja, onde incide a maior taxa de mortalidade», relatou o médico Joaquim Judas, sublinhando ainda que, no distrito, «os cuidados de saúde, principalmente os primários, são os mais baixos do país».

Mas nem tudo é mau, afirmou o médico. «Portugal é considerado, segundo um relatório da Organização Mundial de Saúde, o 12.º país mais eficaz, ou seja, com o actual Serviço Nacional de Saúde Público, estamos à frente de países que adoptaram as privatizações, como é o caso dos EUA e Inglaterra», disse.

Joaquim Judas, no final da sua intervenção, falou ainda na necessidade de mais e melhores médicos, assim como de todo o tipo de profissionais ligados à saúde.

José Manuel Maia, presidente da Assembleia Municipal de Almada, esteve também presente no encontro. Durante a sua intervenção, bastante aplaudida pelas comissões de utentes, o autarca destacou os problemas no hospital Garcia de Orta.

Conquistas importantes

No encerramento do 5.º Encontro das Comissões de Utentes da Saúde da Península de Setúbal foram postas à consideração e votação o novo regulamento eleitoral, a constituição de um novo Secretariado, o plano de acção para 2003, as reivindicações do Secretariado, uma resolução sobre o hospital Garcia de Orta e uma moção defendendo o Serviço Nacional de Saúde público e gratuito. Todas as propostas foram aprovadas por unanimidade.

«Não podemos ser derrotistas», afirmou Manuel Soares, recordando o caso de Miratejo «que no próximo ano vai ter uma extensão de saúde» ou o caso da Quinta do Conde que terá um novo centro de saúde, conquistas das comissões de saúde.

Lisboa PCP impugna deliberação ilegal

A maioria de direita na Câmara Municipal de Lisboa aprovou, terça-feira, um pedido de informação de um promotor privado para o Parque Mayer, sem suporte legal e violando claramente o Plano Director Municipal e outras normas em vigor. Por esse motivo, o PCP votou contra e vai impugnar esta deliberação.

Anteriormente, em conferência de imprensa, o Partido já tinha deixado claro que esta questão é da competência da Assembleia Municipal. Esta situação confirma uma postura sistemática da actual maioria de avocar a si competências da Assembleia, onde se encontra em minoria.

Mas nas últimas semanas, foi instilada na opinião pública uma teia de enganos, equívocos, demagogia que apenas dificultam qualquer solução de legalidade e de dignidade. O PCP quer contribuir para uma solução digna e séria e entende que não é necessário recorrer ao jogo.

«Fazer depender a reabilitação do Parque Mayer do negócio do jogo é uma falácia» - afirmam os vereadores comunistas. «Qualquer solução precisa de plano e de aprovação na Assembleia Municipal, sem isso haverá ilegalidade» - afirma o vereador António Abreu.

Em todo este processo estão em causa, segundo os eleitos e dirigentes da cidade de Lisboa, vários equívocos e um mar de enganos propalados por Santana Lopes, em clara manipulação de muitos lisboetas e de boa parte da comunidade artística. Os fins deste esquema parecem relacionar-se com um negócio milionário que poderá vir a «encher os bolsos de um ou dois e esvaziar as bolsas já sacrificadas de muitos milhares», como sublinhou António Abreu.

Protocolo de 1994

Os termos básicos de uma solução para o Parque estão contemplados num Protocolo de 94, que são «mais do que suficientes para viabilizar uma solução financeira: a comercialização das áreas aí consignadas suportam à vontade o investimento de 6 a 9 milhões de contos», como demonstram estudos e situações idênticas no centro da cidade, referidos por Manuel Figueiredo. Aliás, como reforçou a vereadora Alexandra Gonçalves, «a questão do jogo é um negócio complementar, que acarreta ainda mais lucro para os privados - porque é preciso deixar claro que se trata de

uma área da total propriedade particular em que a intervenção da autarquia é a de entidade reguladora e não promotora».

Por força do Plano Director Municipal e por força da posição de veto do Presidente da República e suas fundamentações. Martinho Baptista, eleito do PCP na Assembleia Municipal, deixou clara essa questão, já que «o Plano Director que tem força de lei obriga à elaboração de Plano de Urbanização, o qual tem de ser aprovado na Assembleia Municipal». Mas por ora «não se conhece ainda nada disto», referiu o mesmo eleito local.

Datas elucidativas

A 6 de Setembro, o presidente da CML anunciou um «ovo de colombo». Dois dias depois a Estoril-Sol veio dizer que tinha comprado 52 por cento da empresa proprietária do Parque. A teia começa a ficar mais clara. Se um investidor vem dizer isto, é porque tem garantias, compromissos, promessas. Quem as fez? Com que legitimidade? Quem suporta os milhões de contos de aumento de preços do solo e do local? É que, de cada vez que alguém especula sem criar riqueza, há um aumento dos valores de mercado e há lucros elevados para alguém. Deste modo, a reabilitação ficará cada vez mais cara, evidentemente.

Disponibilidade para resolver

Ora nada disto está claro para os eleitos. «Nem sequer temos conhecimento oficial de qualquer papel, nem de um só.» Mais um equívoco a acrescentar ao rol de questões pouco claras quanto às motivações de toda a teia que lamentavelmente tem rodeado o Parque Mayer.

No final, António Abreu acabaria por manifestar a total disponibilidade do PCP, quer na Câmara de Lisboa quer na Assembleia Municipal, para «viabilizar uma solução 'sem jogo' que seja rápida e que conduza à reabilitação e à revitalização do Parque Mayer», acrescentando que «o jogo não acrescenta valor, não gera riqueza, não traz dignidade a um local central da cidade como é este», e dando ao mesmo tempo a pista central da solução do problema na sua opinião: «O Protocolo de 94 é uma das chaves da solução, mas esta não é uma questão fechada para nós. Estamos abertos a outras soluções. Mas dentro da legalidade e da dignidade do centro da cidade.»



Cerca de 80 pessoas, membros de comissões de utentes e convidados, participaram no 5.º Encontro das Comissões de Utentes da Península de Setúbal

Entre as reivindicações propostas no encontro destacam-se, para além da defesa do Serviço Nacional de Saúde Público, a construção de novos centros ou extensões de saúde no distrito, a construção de novas unidades hospitalares públicas no concelho do Seixal e no eixo Montijo/Alcochete, a integração de médicos dentistas no Serviço Nacional de Saúde, um programa activo de divulgação dos medicamentos genéricos, a criação de uma Escola Pública de Saúde na Península de Setúbal e, por último, a recusa de qualquer tentativa de transformar a saúde em negócio.

tou para a importância de se formarem mais comissões de utentes da saúde. «Queremos contar com a participação dos cidadãos, para podermos ter uma visão global da situação da saúde na perspectiva dos próprios utentes», disse.

A privatização do sistema de saúde público foi um dos temas mais abordados no encontro. «Onde estão estatísticas dos hospitais privados?», interrogou-se Manuel Soares. «Onde está a avaliação desse trabalho comparado com o dos hospitais públicos?», continuou o também utente, referindo-se às unidades hospitalares de Portimão, Vila Real e Trofa.



Coreia do Norte reclama pacto com EUA

A Coreia do Norte está preparada para uma guerra contra os Estados Unidos, mas preferiria o diálogo e um pacto de não-agressão, declarou, na passada semana, o representante permanente de Pyongyang em Hong Kong. «Estamos preparados para a guerra ou para o diálogo. Exigimos garantias legais para um pacto de não-agressão contra o nosso país», afirmou Re To Sot, cônsul-geral da Coreia do Norte.

Reiterando o empenhamento de Pyongyang em defender a sua «soberania» e o seu «direito de existir» o diplomata salientou: «As nossas capacidades de defesa estarão operacionais», se a pressão norte-americana se tornar mais forte. Esta posição foi tornada pública no dia em que os EUA, a Coreia do Sul, o Japão e a União Europeia interromperam o fornecimento de petróleo à Coreia do Norte.

Angolanos exigem aumentos salariais

Os funcionários públicos filiados na União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA-CS) exigem a implementação de um salário mínimo equivalente a 150 dólares norte-americanos. A solicitação ao governo foi feita, na passada semana, durante um encontro da UNTA-CS, em Luanda, que teve por objectivo debater o caderno reivindicativo que foi entregue, segunda-feira, ao executivo.

Os trabalhadores angolanos reivindicam ainda a efectivação de promoções e progressões dos funcionários, assim como a contínua formação e superação profissional dos funcionários e a atribuição de subsídios vários.

O secretário-geral da UNTA-CS, Manuel Viaje, defendeu ainda a necessidade de estabelecer uma estrutura salarial na qual todos os trabalhadores sejam valorizados, afirmando ao mesmo tempo acreditar no bom senso do governo que determinará uma solução pacífica das futuras negociações.

Fome mata na Argentina

166 crianças morreram à fome na província argentina de Misiones nos últimos três anos, revelou, terça-feira, o ministro da Saúde Pública daquela província, Telmo Albrecht.

O ministro argentino acusou o actual governo, liderado por Eduardo Duhalde, e o governo anterior, presidido pelo radical Fernando de la Rúa, das mortes das crianças e da situação de miséria que se vive naquela região, devido à suspensão da prestação de ajuda alimentar no Nordeste da Argentina.

Segundo Albrecht, em 2000, 62 crianças perderam a vida em Misiones, 55 morreram em 2001, e, nos primeiros nove meses de 2002 já se registaram 49 mortes, «todas por alguma causa relacionada com a subnutrição».

As tomadas de posição da comunidade internacional servem para encorajar Israel a prosseguir a colonização dos territórios palestinos

Palestina contra condenações internacionais

A Palestina manifestou-se contra a forma como as autoridades israelitas relataram o ataque feito em Hebron, assim como as condenações internacionais que se seguiram.

«As autoridades israelitas falam de massacres e de agressão contra fiéis quando, de facto, os únicos que morreram ou foram feridos foram militares israelitas ou membros dos serviços de segurança», indicou, segunda-feira, a representação palestina na ONU.

«Certos membros da comunidade internacional exprimiram o seu entusiasmo falando de actos terroristas, mas quando a Autoridade Palestiniana continua favorável às negociações pacíficas é essencial sublinhar o contexto legal da situação», refere o comunicado, acrescentando: «Os colonatos são ilegais. É absolutamente legítimo para o povo palestino resistir à sua presença que equivale a uma negação dos nossos direitos nacionais.»

«As tomadas de posição de membros da comunidade internacional, contra a violência, feitas sem clarificação ou explicação do seu contexto legal, servem para encorajar Israel a prosseguir a colonização que realiza com empenho nos territórios palestinos», continua o texto.

As condenações internacionais que se seguiram ao incidente de sexta-feira, perto de Hebron, no qual morreram doze israelitas, foram também alvo de críticas por parte da representação palestina na ONU. Uma referência a Kofi Annan que se mostrou «horrorizado pelo ataque terrorista».

Entretanto, um porta-voz do secretariado-geral das Nações

Unidas, Stéphane Dujarric, reconheceu que esta reacção foi baseada em informações incorrectas, mas sublinhou que Kofi Annan está «profundamente preocupado» com a espiral de violência que continua em Israel e na Palestina.

«Como é possível realizar eleições sob ocupação?»

Eleições em causa

O secretário-geral do Comité Central das Eleições Palestinianas, Ali Jarbaoui, afirmou, no início da semana, que a ocupação dos territórios autónomos palestinos por parte do exército israelita



O exército israelita continua a utilizar os palestinianos como escudos humanos apesar de uma proibição do Supremo Tribunal de Israel

realização de campanhas eleitorais e organizar um escrutínio livre, se a reocupação, o cerco e as restrições de movi-

Jarbaoui adiantou ainda que o Comité responsável pela organização do processo eleitoral palestino «se reuniu apenas uma vez por videoconferência», facto que resulta das medidas de segurança excepcionais impostas pelas autoridades israelitas.

Recorde-se que o presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, fixou, através de um decreto promulgado em Setembro passado, a realização de eleições gerais, presidenciais e legislativas, a 20 de Janeiro de 2003.

«O povo está frustrado»

«Várias condições devem ser preenchidas antes de realizar eleições, nomeadamente a preparação de um novo sistema eleitoral que lançará os alicerces de um Estado. Há

discussões em curso no seio da Fatah e em todos os outros movimentos nacionais para chegar ao melhor sistema eleitoral a adoptar», afirmou Sakher Habache, dirigente da Fatah, formação política de Yasser Arafat.

O Conselho Legislativo palestino, ainda não teve oportunidade, face às medidas impostas por Telavive, de analisar as diferentes propostas de reformas políticas, designadamente um aumento dos assentos parlamentares de 88 para 120 e a adopção do sistema de representação proporcional.

«O povo está frustrado. Como é possível realizar eleições sob ocupação?», questionou-se o deputado, da Fatah, Kaddoura Fares. «Mesmo que o processo eleitoral seja posto em prática, quem pode garantir que os tanques israelitas não vão intervir?»

Israel usa escudos humanos

A associação israelita de defesa dos Direitos Humanos nos territórios palestinos, BT selem, acusou, na passada semana, o exército de Telavive de «utilizar os palestinianos como escudos humanos apesar de uma proibição do Supremo Tribunal» de Israel, numa operação em Jénine, na Cisjordânia, a 9 de Novembro, na qual foi assassinado Iyad Sawlha, chefe local das Brigadas Mártires de al-Aqsa.

A organização israelita de Direitos Humanos denuncia ainda o facto dos soldados se continuarem a servir dos palestinianos, obrigando-os a convencerem os activistas armados a render-se.

poderá comprometer a organização das eleições gerais para a Autoridade Palestiniana.

«O Comité Central das Eleições (CCE) não poderá desempenhar as suas funções, que consistem em preparar as listas de eleitores, garantir a

mento dos palestinianos continuarem», disse o secretário-geral do CEE.

«Não podemos continuar assim. Para que nos reunamos, é preciso que beneficiemos de liberdade de movimentos», acrescentou Ali Jarbaoui.



Protesto contra Alca inaugura Fórum Social do Uruguai

Milhares de uruguaios manifestaram-se, domingo, numa das principais avenidas de Montevideo, em protesto contra a Alca, Área de Comércio Livre das Américas.

Simultaneamente, e com duração de três dias, realizou-se o Fórum Social do Uruguai.

A «Marcha pela soberania nacional e contra a Alca» foi convocada pela Federação dos Estudantes Universitários, a Cen-

tral Única dos Trabalhadores, a Federação de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mutua e por mães e familiares de presos e desaparecidos.

Durante o fim-de-semana realizaram-se vários debates sobre a realidade do Uruguai, assim como as alternativas populares num momento de crise económica, pobreza e marginalização, mas também de revolta e luta.

Oposição vence eleições no Peru

O ex-presidente peruano Alan García, que se assumiu como o grande vencedor nas eleições regionais e municipais realizadas, domingo, no Peru, considerou que os resultados constituem «uma sanção» ao governo do presidente Alejandro Toledo.

«É um protesto e uma sanção ao regime que obteve resultados muito aquém das suas expectativas», afirmou o antigo chefe de Estado, derrotado por Toledo na segunda volta das eleições presidenciais, realizadas no ano passado.

O partido de García, a Associação para a Revolução na América (APRA), conquistou pelo menos 12 regiões em 25 possíveis, segundo as últimas informações do Gabinete Nacional de Processos Eleitorais.

Entretanto, o ex-presidente garantiu que não tenciona

utilizar as presidências das regiões conquistadas pelo seu partido para atacar o governo, afirmando que vai «assumir a responsabilidade com total humildade e modéstia».

Em várias ocasiões, o ex-presidente afirmou que, para consolidar «as instituições democráticas do Peru, convém que o presidente chegue ao termo do seu mandato em 2006».

Com um escrutínio que oscila entre os 12 e os 30 por cento dos votos, o partido do ex-presidente Alan García ganhou em 12 regiões, entre as quais as principais do país, como Arequipa, Lima e Piura.

Os movimentos independentes conseguiram a vitória em sete regiões, enquanto que o partido do governo, Peru Possível, apenas conquistou a vitória na região de Callao, perto de Lima.

Inspectores da ONU chegam a Bagdad Iraque nega possuir armas de destruição maciça

Saddam Hussein declarou que o seu país não possui armas de destruição maciça. As declarações foram feitas 48 horas antes da chegada a Bagdad dos primeiros inspectores de desarmamento da ONU.

Numa mensagem dirigida, sábado, ao Parlamento, o presidente iraquiano afirmou que a aceitação da Resolução 1441 da ONU «conduzirá à verdade, porque, o Iraque desfez-se de todas as armas de destruição maciça».

Saddam justificou a aceitação da resolução, apesar da recomendação do Parlamento em recusá-la, manifestando a vontade de não dar um pretexto aos EUA e ao Reino Unido para atacar o seu país.

Segunda-feira, os inspectores de desarmamento da ONU chegaram a Bagdad para reatar o processo de busca de armas de destruição maciça alegadamente em poder do Iraque.

No mesmo dia, o chefe da Comissão da ONU para a Inspeção, Vigilância e Verificação do Desarmamento no Iraque, Hans Blix, assegurou

que, apesar de todas «as pressões e constrangimentos», os elementos da equipa estão preparados para o trabalho.

«Não
ao sangue
pelo
petróleo»

As autoridades iraquianas foram dadas três semanas para fornecer todas as informações sobre as armas de destruição maciça de que presumivelmente dispõem ou provas convincentes de que já não as possuem.

Comentado as recentes posições dos EUA, o antigo presidente norte-americano, Jimmy Carter, declarou que os Estados Unidos devem dar o exemplo, para poderem pedir o desarmamento do Iraque e da Coreia.

«Uma das coisas que o Governo dos Estados Unidos ainda não fez foi tentar respeitar os esforços internacionais que visam interditar os arsenais de armas biológicas, de que nós próprios dispomos», adiantou Jimmy Carter.

Violação territorial

No domingo, o Iraque exigiu da ONU que parem as «violações» do espaço aéreo iraquiano por parte de aviões norte-americanos e britânicos no Sul do país, numa mensagem enviada a Kofi Annan.

«Reitero-lhe o meu pedido de agir junto da Missão de Observação da ONU para o Iraque e o Kuwait (MONUIK) para que ela informe o Conselho de Segurança sobre as violações da zona desmilitarizada pelos aviões norte-americanos e britânicos», refere o chefe da diplomacia iraquiana, Naji Sabri, na mensagem a Annan.

«Estas violações são contrárias às resoluções do Conselho de Segurança e constituem um terrorismo de Estado e uma agressão flagrante contra a soberania e a integridade territorial do Iraque», exprime a mensagem.

Entretanto, sete iraquianos morreram, domingo, e outros quatro ficaram feridos durante os ataques norte-americano e britânico ao Iraque, indicou um porta-voz militar iraquiano.

«Não à guerra no Iraque»

Mais de 10 mil pessoas manifestaram-se, domingo, em Bruxelas para protestar contra um possível ataque militar ao Iraque. Os manifestantes criticaram o presidente norte-americano, George W. Bush, e o primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon.

«Não à guerra no Iraque, libertar Palestina», «Bush, Sharon, assassinos», ou «Não ao sangue pelo petróleo», eram alguns dos lemas gritados pelos manifestantes, muitos dos quais também transportavam bandeiras palestinianas.

A manifestação foi organizada por vários sindicatos, como o da Federação Geral de Trabalhadores da Bélgica (FGTB) e o da Confederação de Sindicatos Cristão da Bélgica (CSC).

A manifestação foi organizada por vários sindicatos, como o da Federação Geral de Trabalhadores da Bélgica (FGTB) e o da Confederação de Sindicatos Cristão da Bélgica (CSC).



Em Bruxelas, 10 mil pessoas manifestam-se para protestar contra um possível ataque militar ao Iraque

Hu Jintao, secretário-geral do PCC

O Comité Central do Partido Comunista Chinês nomeou, sexta-feira, o vice-presidente Hu Jintao para secretário-geral do PC da China, substituindo Jiang Zemin. Jintao, de 59 anos, será o novo presidente da China a partir de Março de 2003, altura em que se fará nova nomeação para o cargo. Zemin irá manter o cargo de presidente da Comissão Militar Central, um dos lugares com maior poder e influência junto do governo. O Comité Central renomeou Zemin pouco depois da nomeação de Jintao para secretário-geral.

PCBM sobe na República Checa

O PC da Boémia e Morávia (PCBM) conquistou mais 1300 lugares nas eleições municipais que se realizaram, este mês, na República Checa. A vice-presidente do Partido, Zuzka Rujbrova, ao anunciar o resultado, em conferência de imprensa, afirmou que o PCBM foi um dos partidos parlamentares que melhoraram a sua posição, «fortalecendo-se significativamente», nas principais cidades do país. Os comunistas obtiveram resultados importantes nas cidades industriais no Norte da Boémia, Norte da Morávia e Silésia, onde famílias operárias têm sido atingidas pelo desemprego desde o retorno do capitalismo em 1989. O PCBM foi o mais votado nas cidades de Karvína (34,4 por cento), Most (28 por cento) e Havírov (26 por cento).

Ministérios fechados na Guiné

Os ministérios e secretarias de Estado do Governo guineense foram encerrados, segunda-feira, com polícia à porta, por ordem do presidente da República, Kumba Ialá, segundo noticiou a Lusa. A ordem para não deixar entrar ou sair «rigorosamente nada», foi dada na sexta-feira, a seguir à divulgação do decreto presidencial que dissolvia o Parlamento e nomeava um novo primeiro-ministro na Guiné-Bissau. Kumba Ialá salvaguardou apenas uma excepção nas ordens enviadas à polícia: «só os ministros e secretários de Estado do governo cessante podem entrar e sair, mas de mãos vazias», ordenou.

Lula convida Itamar Franco

O presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, convidou, na passada semana, o governador do Estado de Minas Gerais, Itamar Franco, para fazer parte do seu governo. Este é o primeiro convite oficial de Lula a uma personalidade que o apoiou na campanha eleitoral para integrar o futuro Executivo.

Suíça

Trabalhadores da Construção garantem reforma aos 60 anos

Está garantida definitivamente a reforma aos 60 anos de idade no sector da Construção, na Suíça. As numerosas greves locais em Outubro e finalmente a greve nacional de 4 de Novembro, produziram o seu efeito, demonstrando que a luta vale a pena: os patrões assinaram legalmente o acordo ajustado anteriormente para a reforma antecipada.

As condições acordadas são as seguintes: a partir de 1 de Julho de 2003, os trabalhadores da construção com 63 e 64 anos têm direito às suas reformas de velhice; a partir de 1 de Janeiro 2004, aos 62 anos; a partir de 1 de Janeiro 2005, aos 61 anos; e a partir de 1 de Janeiro 2006, aos 60 anos de idade.

A reforma corresponde a 70 por cento do último salário

bruto, mais uma contribuição básica anual de 6000 francos, o que corresponde a cerca de 80 por cento do último salário bruto.

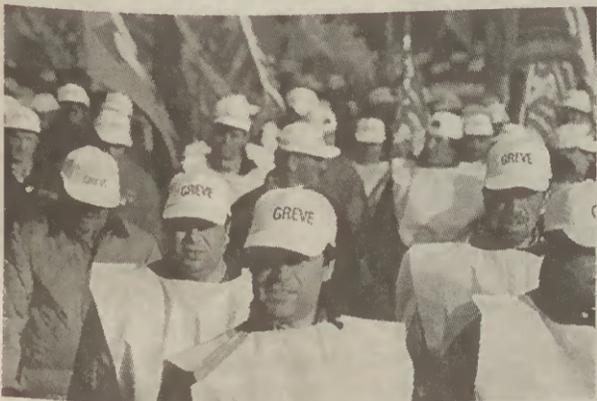
Financiamento

A partir de 1 de Julho 2003 o patronato paga 4,66 por cento (baixando para 4 por cento a partir de Janeiro de 2004) da soma salarial, e compensam com este aumento o défice nas contribuições do primeiro semestre de 2003. Ao mesmo tempo, os trabalhadores participam com 1 por cento do salário bruto no financiamento dos fundos para a reforma. Os descontos efectuados por algumas empresas no decorrer do corrente ano devem ser reembolsados.

As cotizações para a AVS e Caixa de Pensões durante a reforma antecipada, até à idade regular da aposentação, são pagas pela Fundação para a Reforma Antecipada, de modo que nenhum trabalhador que tenha optado pela reforma antecipada deverá recuar vir a ter mais tarde prejuízos para a sua reforma normal de velhice.

A luta foi longa e dura

Mais de uma dúzia de greves locais em todas as partes do País e uma jornada nacional de greve, com cerca de 20 000 grevistas, foram necessárias para mostrar aos patrões que o pessoal da construção não se deixa enganar. Depois da grande greve do dia 4 de Novembro ficou tudo bem claro: os patrões foram forçados a fazer marcha atrás e a aceitar praticamente na totalidade o acordo da Primavera, de modo a que a reforma antecipada aos 60 anos na Construção pode agora ser introduzida, sem o roubo das reformas. Ao mesmo tempo, também se conseguiu acordar o aumento salarial para o próximo ano: a partir de 1 de Janeiro 2003, todos os salários serão aumentados 65 francos por mês ou 40 céntimos por hora.



Os trabalhadores portugueses participaram activamente na luta pela reforma antecipada aos 60 anos no sector da Construção

Paquistão

Consolidação do poder militar

Pervez Musharraf, no poder desde o golpe de Estado de 1999, prestou, segunda-feira, juramento, no Palácio Presidencial de Islamabad, para um novo mandato de cinco anos, sob fortes críticas dos partidos políticos e religiosos.

Neste mandato, o presidente paquistanês usufrui de novos poderes, previstos na constituição, entre os quais o direito de suspender o Parlamento e dissolver os governos eleitos, além de liderar o recém-eleito Conselho de Segurança Nacional, destinado à supervisão do governo pelos militares.

Legisladores, líderes religiosos e políticos criticaram severamente Musharraf, que acusam de ter protagonizado uma «farsa» no referendo de Abril, onde obteve 42,8 milhões de votos a favor.

Recorde-se de que no início do ano, durante o referendo, Musharraf prometeu conceder todo o poder executivo ao primeiro-ministro, garantindo por outro lado, manter nele próprio o poder de dissolver o Parlamento. «Estas eleições vão ser abertas, limpas, cristalinas, livres e justas. Estou muito satisfeito por cumprir o que prometo. Dou-vos honestidade e se alguma vez me enganar, não terei qualquer hesitação em assumi-lo», afirmou, o presidente paquistanês.

Entretanto, analistas e críticos acusam Musharraf, elemento-chave da política norte-americana, de assegurar-se de que todos os poderes permanecem nas suas mãos. Também a organização humanitária Human Right Watch declarou: «O Paquistão testemunhou uma consolidação do poder militar, em vez de uma transição para a democracia.»

Paquistão executado nos EUA

Um paquistanês, que em 1993 matou dois agentes da CIA para vingar a política norte-americana no Médio Oriente, foi executado, na passada semana, nos EUA.

Na terra natal do condenado, centenas de pessoas manifestaram-se contra a execução de Kasi, com cartazes onde se lia «Bush é inimigo dos muçulmanos» e «Parem todas as ingerências nos assuntos internos do Paquistão».

Receando ataques como represália, a embaixada dos Estados Unidos no Paquistão redobrou a vigilância e fechou os serviços ao público da embaixada e dos consulados.

• Anabela
Fino
texto
e fotos

De Israel à Palestina (conclusão)

Pequenos passos de uma grande coragem

Todos os dias a morte continua a sair à rua na Palestina ocupada. Todos os dias em Israel se vive a angústia do medo de um qualquer ataque suicida. Há posições extremadas de parte a parte, aproveitadas por quem procura colocar ao mesmo nível ocupante e ocupado, opressor e oprimido. A extrema-direita israelita clama pela liquidação, ou no mínimo a expulsão, de todos os palestinos, enquanto os movimentos radicais palestinos arregimentam jovens para se imolarem em nome da sua causa.

Dir-se-ia que não há entendimento possível, que as duas partes se alimentam do ódio mútuo, que nada poderá jamais fazer esquecer o sangue derramado. Não é assim. A esperança na paz existe e, de um lado e do outro, há quem persistentemente construa as pontes que um dia vão ligar dois povos e dois estados.

Onaima Ras, 38 anos, professora, é uma das activistas do movimento «Taagush», isto é, «Coexistência».

Criado nos finais de 2000, após o assassinio de dois árabes israelitas pela polícia em Israel, em Outubro, «Taagush» é um movimento unitário que congrega árabes e judeus na luta comum contra a ocupação dos territórios palestinos.

«No início, a organização começou por juntar membros do Partido Comunista de Israel e da Frente em que o PCI se integra no Knesset (parlamento),

mas rapidamente ganhou a adesão de outras pessoas de diferentes áreas políticas», conta Onaima, sublinhando que o «Taagush» se dedica ao que classifica como «acção directa».

«A ideia é muito simples» - diz Onaima. «Discutimos como poderíamos lutar contra a ocupação, defender a igualdade de direitos de árabes e judeus, recolher donativos para ajudar os palestinos, e chegámos à conclusão que o melhor era irmos para a rua, em brigadas mistas, e falar com as pessoas.»

«Não foi fácil», garante a professora. «No centro de Telavive enfrentámos muitas pessoas que não entendiam como era possível judeus aliarem-se com árabes, mas a ideia era justamente essa, demonstrar que podemos falar uns com os outros, colaborar, numa palavra, coexistir.»

«O que dizemos é isto: se nós somos capazes de nos entender, vocês também são. O que queremos é mostrar que, ao contrário do que dizem os sionistas e os fundamentalistas islâmicos, há dos dois lados com quem falar, com quem dialogar. Mostrar que, se em Israel árabes e judeus podem falar, também o mesmo é possível nos territórios ocupados.»

A acção directa do «Taagush» estende-se igualmente aos territórios ocupados, com o objectivo de pôr em causa os postos de controlo e o recolher obrigatório, quando este é imposto, bem como de ajudar os palestinos em tarefas agrícolas, como a apanha da azeitona.

Nestes casos, o movimento enfrenta o exército israelita, que considera os seus compatriotas uns «traidores» e não hesita em recorrer à repressão.

Outra frente de luta é a contestação ao muro. Segundo Onaima, «a construção do muro destina-se a colocar os palestinos num gueto, não é solução para coisa nenhuma». O movimento tem organizado manifestações e acções simbólicas de protesto em que participam cada vez mais pessoas.

Há mudança nas ruas

«O nosso trabalho é de pequenos passos, de pequenas obras», diz Onaima. «Organizamos iniciativas alternadamente em povoações árabes e judias. Somos um movimento de base, sem estatutos, com cinco centros espalhados por Israel, e usamos a internet para estarmos em contacto uns com os outros e planejar as nossas acções. No início, éramos 20 pessoas, hoje somos mais de 1500 e continuamos a crescer. Apesar de termos de negociar com a polícia cada acção que nos propomos desenvolver, e de muitas vezes sermos atacados com violência, a verdade é que já temos frutos do nosso trabalho. É o caso de Lud, por exemplo, uma cidade árabe-judia onde o tribunal autorizou a destruição de 1000 casas de árabes, que não têm direito a construir, um absurdo que faz com que mais de 100 povoações não existam oficialmente. O

movimento fez dois campos de trabalho e ajudámos a construir uma estrada, uma creche, a electrificar uma escola, etc. É tudo trabalho voluntário e pagamos as despesas com os donativos que recolhemos.»

Onde vai o «Taagush» buscar a força para uma actividade vista por muitos como «traição à pátria» não é segredo. Composto sobretudo por jovens, engloba gente dos 18 aos 40 anos, de todos os estratos sociais, que acredita que a paz é possível.

«Sabemos que não estamos sozinhos», garante Onaima. «Há cada vez mais movimentos pela paz em Israel, e não apenas na fronteira com os territórios. Todas as semanas as «mulheres de negro» se manifestam em Haifa, os movimentos de soldados aumentam, e o Fórum da Paz envolve já hoje muitos movimentos, encorajando as pessoas a saírem de casa e a enfrentar a ocupação por meios pacíficos. Há mudanças nas ruas judias e isso dá-nos esperança.»

Não podemos ficar calados

Em Israel há partidos só para árabes e partidos só para judeus. Ser um partido de árabes e judeus, como é o caso do Partido Comunista de Israel, não é fácil: cada parte acusa a outra de traição. Mas é esta união que acaba por fazer a riqueza de uma força política que se bate pela unidade, pela democracia, pela paz, e cujas portas estão abertas a quem comungue dos seus ideais.

No PCI, como em Israel, encontra-se gente de todo o lado. Af fomos descobrir um brasileiro, chegado à «terra prometida» em 1951, atrás do sonho do kibutz (cooperativa). Cinco anos depois entrava no PCI, o sonho deu lugar à luta pela sobrevivência, o amor à terra levou-o a dedicar-se à arte: faz trabalhos artísticos em produtos naturais.

«O que fazemos, neste trabalho conjunto de árabes e judeus, é remar contra a maré», diz o brasileiro, único nome que lhe conhecemos. «Deveria ser fácil perceber que andamos com duas pernas, temos dois braços, e dois é mais forte do que um, mas não é assim. Este é um estranho Estado, esta é uma estranha situação, e temos que nos juntar para mudar as coisas. Não podemos ficar calados.»

Não olhes para a árvore...

«Não olhes para a árvore nos olhos do teu vizinho, olha para o cisco que tens nos olhos.» As palavras são de Manal Shalabi, uma jovem comunista de 27 anos, que evoca o ditado popular para sublinhar a necessidade que há de «começar por resolver os problemas em casa» para reforçar o partido e a sua acção no seio da sociedade israelita. «Se as pessoas gostarem da nossa «casa» - diz - vão querer ficar no partido.»

«Como defender o que não se pratica?», questiona Manal, lembrando o tempo em que o PCI andou arredado da ideologia. «Apenas queríamos um lugar neste país e esquecemos os princípios. Agora temos que voltar às origens, corrigir os erros, implementar a igualdade a sério. A nossa luta é contra o fascismo e contra o capitalismo, e isso só se consegue com o comunismo.»

Para Manal, «ser comunista é ser muita coisa, é fazer parte de um grande partido, forte, que se bate pela paz e defende uma sociedade justa e democrática». O PCI é o único que luta por isso em Israel, e isso atrai cada vez mais jovens. Como diz Manal, em Israel os comunistas têm ainda a responsabilidade acrescida de lutar por uma solução justa para a questão palestina, estabelecer pontes para o diálogo. «Não há outra solução que não seja a de dois povos, dois estados, e nós estamos a lutar por isso.»

Factos e números

A política seguida por Israel só é possível graças à enorme ajuda que o Estado judaico recebe dos EUA. Esta realidade, como demonstram dados recentes divulgados por «The Palestine Monitor», torna a administração norte-americana corresponsável pela grave situação que se vive no Médio Oriente e em especial pelo flagelo de que é vítima o povo palestino. Vale a pena lembrar que, num relatório do Departamento da Defesa ao Congresso, em Março de 2001, se afirma expressamente que «é do interesse nacional dos EUA promover a existência de um Israel estável, democrático e militarmente forte, em paz com os seus vizinhos (...)

• Com uma população de 5,8 milhões de habitantes, Israel é o país do mundo que mais ajuda financeira recebe dos EUA.

• Em 1997, o total de ajudas e empréstimos dos EUA a Israel foi de 5,5 mil milhões de dólares, ou seja, de 15 068 493 dólares por dia.

• Desde 1949 até 1998, o governo norte-americano deu a Israel 84,8 mil milhões de dólares em ajuda externa, o que representa mais do que receberam em conjunto todos os países da África subsahariana, América Latina e Caraíbas, cuja população total é de 1 054 000 000.

• No orçamento de 2001 para ajuda militar no estrangeiro, de um total de 3,54 mil milhões de dólares pedidos, 1,98 mil milhões destinaram-se a Israel.

• Israel é o país do mundo com a maior frota de F-16 existente fora dos EUA, possuindo actualmente 200 unidades e estando à espera de receber mais 102.

• Em Junho de 2001, Israel pediu mais 800 milhões de dólares de ajuda suplementar, para pagar os custos da retirada do sul do Líbano. Isto significa que Israel é pago para cumprir a lei internacional.

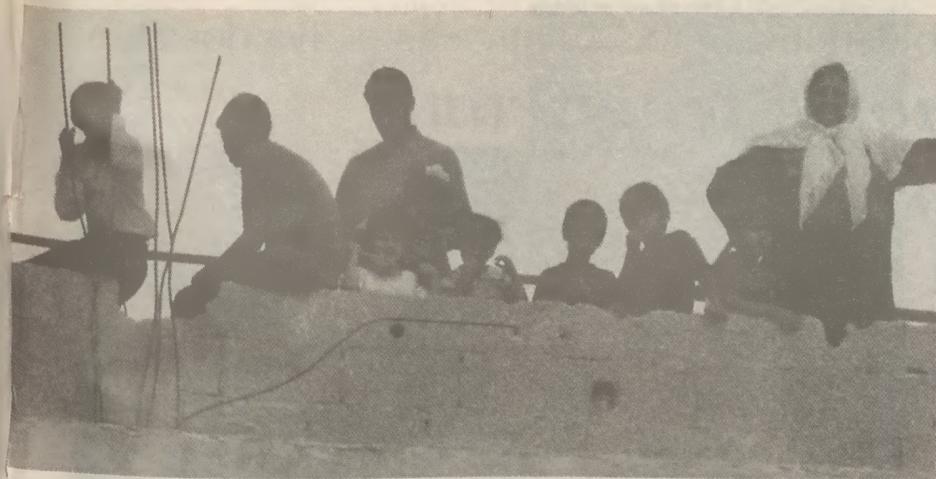
• No seu orçamento de 2001, o Fundo de Suporte Económico (ESF) dos EUA - destinado a promover a estabilidade económica e política em áreas estrategicamente importantes para os norte-americanos - dedicou 840 milhões de dólares a Israel, a maior fatia do total de 1,828 mil milhões de dólares destinados ao Médio Oriente, que só por si ficou com 79 por cento do total do ESF (2,313 mil milhões de dólares).

• Os donativos privados para a ajuda humanitária norte-americana representam um quarto do orçamento de Israel. Actualmente, estima-se que esses donativos ascendam a mil milhões de dólares por ano. O Fundo Novo Israel informou que, só pelo seu lado, angariou 23 milhões de dólares no ano 2000.

• Ao ajudar Israel, os Estados Unidos violam a própria legislação norte-americana, que proíbe a ajuda militar a qualquer país «que repetidamente viole os direitos humanos internacionalmente reconhecidos». Segundo o *Arms Export Control Act*, de 1967, é ilegal o uso de armas norte-americanas para execuções sumárias. A mesma legislação estipula que as armas devem ser vendidas a «países amigos apenas para segurança interna e legítima defesa».

• Desde Setembro de 2000, o exército israelita usa helicópteros de ataque, tanques e mísseis F-16 para atingir civis palestinos, casas, tropas, prédios e manifestações. No seu relatório sobre Direitos Humanos, o Departamento de Estado norte-americano afirmou publicamente que as acções do exército israelita eram um «uso excessivo de força», fez notar que as forças de Israel usavam munições reais mesmo quando não estavam em perigo iminente, e declarou que os militares israelitas «atacavam instituições da Autoridade Palestiniana e áreas civis palestinianas em resposta a ataques individuais de palestinos contra civis em Israel ou nos colonatos». O relatório mostra assim que os EUA sabem que as armas que fornecem a Israel não são usadas em «legítima defesa» como estipula o *Arms Export Control Act*.

• Sem o seu poderoso dispositivo militar, Israel não poderia levar a cabo a ocupação da Palestina. Sem a enorme ajuda financeira que recebe dos EUA, Israel não poderia arcar com os custos da ocupação militar dos territórios palestinianos nos últimos 34 anos.



Durante sete anos foi levada a cabo uma iniciativa que pôs em contacto famílias palestinianas e israelitas, ajudando à compreensão mútua e à criação de laços de amizade e cooperação. A reocupação israelita, que provocou a segunda Intifada, cavou novos abismos e hoje até as crianças de ambos os lados se recusam a falar umas com as outras



A ocupação dos territórios palestinianos afecta de forma dramática as condições de vida dos próprios israelitas. O turismo caiu a pique, tal como o investimento estrangeiro; o desemprego afecta já 11 por cento da população; os abonos de família sofreram uma redução de 20 por cento, agravada em mais 20 por cento para os árabes, que não podem prestar serviço militar. Desemprego, pobreza, guerra - uma mistura explosiva que faz nascer sentimentos racistas

Mulheres em todas as frentes

No princípio, em 1948, eram só árabes; depois, em 1951, começaram a trabalhar com judias e hoje apresentam-se como a mais importante organização unitária que luta pelos direitos das mulheres. É o Movimento Democrático de Mulheres em Israel.

Samira Ishoury, secretária do Movimento, fala com entusiasmo da acção incansável que levam a cabo e de cada vitória alcançada.

«Devido à nossa luta, o Knesset celebra o 8 de Março, que se tornou num dia popular e pode ser escolhido como um dos feriados pagos a que temos direito. Fazemos lobby em todas as frentes e estamos organizadas em todo o país, ainda que de modo informal. Fazemos trabalho de rua para informar as mulheres dos seus direitos e mobilizá-las para a luta em defesa desses direitos, formamos comités contra a violência, e naturalmente lutamos pela paz. Somos a mais importante organização de paz, e o nosso Movimento serviu de base a muitos outros, com quem agora trabalhamos em conjunto, que desenvolvem actividades nesta área específica», diz Samira.

No «democrático» Estado de Israel, o MDM foi precursor da luta contra a morte «pela honra da mulher», bate-se contra a violência doméstica (mais de 200 000 mulheres são espancadas pelos maridos) e trabalha incessante-

mente pela mudança de mentalidades na família e na sociedade.

Segundo Samira, a guerra faz aumentar a pressão, sobretudo no lado judeu, e os casos de violência aumentam, pelo que se torna cada vez mais importante desenvolver acções de solidariedade e contribuir para a

libertação das mulheres. «Antes da Intifada era mais fácil», afirma Samira, para quem a actual situação «só favorece o ascenso do radicalismo».

«Por isso é tão importante a nossa luta por uma solução justa, e essa é a aceitação de dois povos, dois estados.»



O Partido Comunista de Israel, um dos mais antigos do mundo, é o único que acolhe judeus e árabes, num país onde os árabes israelitas são discriminados e vistos como potenciais inimigos. O PCI vive um processo de reorganização e de regresso às origens, como se afirmou no seu último congresso, voltando a colocar na ordem do dia a necessidade do reforço ideológico e dos princípios, fundamental para levar a cabo a luta pela unidade, pela democracia e pela paz



Um depoimento denunciando a política agressiva dos EUA O povo norte-americano contra a guerra

Depoimento de John Catalinotto, do Centro de Acção Internacional - CAI, acerca situação nos EUA sobre a ameaça de guerra contra o Iraque, o programa do governo, a reacção da população e o movimento antiguerra. O CAI, fundado pelo general do exército norte-americano Ramsey Clark, teve um papel de liderança na luta pelo fim das sanções contra o Iraque e no movimento norte-americano contra a guerra.

Para entendermos a situação actual nos EUA, tenho primeiro que regressar a 11 de Setembro de 2001, quando dois aviões destruíram as torres gémeas do *World Trade Center* em Nova Iorque. Este ataque, e a exploração feita pela administração Bush da psicologia que o atentado produziu, ajudou o presidente & companhia a prepararem o terreno para a «guerra sem fim».

Pessoalmente, compreendo bem essa psicologia. Eu próprio trabalhei no 31.º andar da torre 1. Naquele dia tinha-me atrasado ao trabalho, por isso o meu medo e trauma foram menores do que podiam ter sido. Pelas ruas da baixa de Manhattan eu vi os edifícios arderem e caírem.

A companhia de seguros onde trabalhei situava-se entre os 18.º e 31.º andares da torre 1. Dos meus 1914 colegas de trabalho, 11 morreram e três ou quatro ficaram seriamente feridos.

Os restantes desceram rapidamente as escadas fumarentas e molhadas até à relativa segurança das ruas. Mas aquele dia ficou-lhes nas mentes desde então.

Todos nos EUA assistiram ao colapso das torres, viram as pessoas morrer vezes sem conta na televisão durante dias. Este tipo de terror era uma experiência completamente nova para o povo norte-americano. Teve um efeito profundo nas pessoas. Ganharam medo. Sentiram-se impotentes. E tinham sido usados.

Enquanto o povo dos EUA tentava recuperar de uma horrível destruição de milhares de vidas, a administração Bush usava o sofrimento das vítimas como pretexto para dar início a uma guerra contra o Afeganistão e preparar o caminho para semear mais mortes no Médio Oriente. Também ameaçou os direitos cívicos dos cidadãos norte-americanos, ao mesmo tempo que aumentava o poder repressivo do aparelho policial.

Altas entidades oficiais em Washington e representantes oficiais do governo consideraram o ataque ao Afeganistão - um bombardeamento horrível contra um país pobre - apenas o primeiro passo numa muito maior campanha militar.

Houve até um grupo meio secreto - dentro e fora da administração - que teve um plano mais ambicioso. Do grupo fazem parte os velhos guerreiros da guerra-fria. Paul Wolfowitz. Richard Perle. Donald Rumsfeld. Henry Kissinger. Desde o princípio, apontaram especialmente para o Iraque, mas, primeiro, o Pentágono teve que tratar do Afeganistão e, depois, da luta do povo palestino.

Documento sobre Estratégia de Segurança Nacional

A administração Bush é arrogante com todos os povos do mundo e pensa ter o apoio da população americana garantido automaticamente. Isto leva às vezes estes senhores da guerra norte-americanos a serem bastante sinceros sobre os seus propósitos. Os objectivos foram claramente traçados numa Estratégia de Segurança Nacional - ESN - documento divulgado, ou interceptado pelo *New York Times* a 20 de Setembro de 2002.

Este documento dedica especial atenção ao poder militar absoluto do Pentágono. O referido jornal de 20 de Setembro, escreveu que «um dos mais fortes elementos deste documento sobre a nova estratégia é a insis-

tência de que o presidente não têm intenção de autorizar qualquer potência estrangeira a alcançar a liderança que, os EUA conseguiram desde a queda da União Soviética, há mais de uma década».

«As nossas forças serão suficientemente fortes», declara o senhor Bush, «para dissuadir potenciais adversários de prosseguirem a escalada militar, na esperança de ultrapassarem, ou igualarem, o poder dos EUA.»

O documento está cheio de acordos militares, incluindo o direito de atacar primeiro. Do ponto de vista dos geo-estrategas da direita militar norte-americana, este documento é um sonho tornado realidade.

Com esta propositada guerra de «pressão» contra o Iraque, a administração Bush comprometeu-se com um propósito muito maior - realizar uma campanha unilateral para refazer totalmente a estrutura legal e política das relações internacionais e do período pós-soviético, de forma a reflectir o superpoder absoluto de domínio do mundo por parte do imperialismo norte-americano. Esta campanha é primeiro e acima de tudo dirigida contra os povos oprimidos do mundo.

É também uma ajuda para os aliados imperialistas, na Europa e no Japão, de Washington e da Wall Street, que são também os seus rivais económicos.

Esta política ganhou o apoio interno, não tanto entre a população em geral mas entre os banqueiros, os senhores dos negócios, os donos dos grandes *media*, os ricos que dirigem a sociedade americana e vêm na estratégia de Bush uma saída para a séria crise económica e por fim, pelas companhias sediadas nos EUA. Bush angariou enormes quantias de dinheiro dessa gente para a recente campanha eleitoral. Usou-as para conquistar algumas cadeiras-chave no senado e agora diz ter um forte mandato para a sua política e para a guerra com o Iraque.

Trabalhadores e estudantes contra a guerra de Bush

A Casa Branca, o Pentágono e os grandes *mass media* conseguiram criar uma guerra psicológica no congresso e conseguiram a completa capitulação do Partido Democrático. No entanto, no seio do povo, a sua estratégia era contestada.

Seria falso declarar que o povo norte-americano está disponível para sair às ruas e combater o governo como fez parte da juventude em 1968-1970. Mas há movimento, livre informação divulgada, sobre os planos agressivos de Bush e sobre os riscos que acarreta uma nova guerra. Existe um enorme fosso entre a política oficial e a opinião das massas, mesmo que o fosso esteja escondido pelas notícias nos *media* nos EUA.

Os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 desorientaram o jovem movimento antiglobalização naquela altura. Agora o movimento contra a guerra começou a recuperar e está a mobilizar-se. Todos os dados demonstram o declínio no apoio à guerra. Um número crescente de sindicatos tem aprovado resoluções contra a guerra.

O sindicato das docas da costa Oeste encetou uma luta contra os patrões a propósito da aplicação de novas tecnologias. A administração Bush usou a «segurança nacional» para invocar a lei anti-sindicatos,

a Taft-Hartley, contra eles. O movimento pela paz da Califórnia e o sindicato têm-se ajudado mutuamente nesta luta.

Como o povo tem demonstrado, usando *pins*, pronunciando-se contra a guerra, outros vão-se apercebendo de que não estão sozinhos. Nas manifestações de milhares de pessoas, a 6 de Outubro, dizia-se: «Não em nosso nome.» Depois, a 26 de Outubro, centenas de milhar, muitos deles jovens e estudantes, foram a Washington e São Francisco dizer: «Parem a guerra no Iraque antes que comece.»

Enquanto o *gang* de Bush congemina acordos imaginários que justifiquem a sua guerra de conquista, as massas populares vão experimentando os bem reais acordos saídos da crescente crise económica: *lay-offs*, cortes na segurança social, fundos de reforma que desaparecem no mercado bolsista em colapso, perda de direitos a assistência médica e aumento da pobreza.

Por exemplo, logo após o 11 de Setembro, a minha companhia aumentou em mais meia hora o horário diário de trabalho, sem qualquer aumento salarial. Depois voltaram atrás e despediram cerca de 6 por cento da mão-de-obra.

O presidente apresentou muitas razões para que o Pentágono atacasse o Iraque e matasse centenas de milhar de iraquianos. Mas os motivos apresentados são todos mentira. A verdade é que Bush planeia atacar o Iraque porque os donos dos EUA querem apoderar-se do petróleo iraquiano. A verdade é que Bush planeia atacar para transformar o Iraque de novo numa colónia. A verdade é que Bush planeia atacar para que os interesses económicos norte-americanos controlem as fontes de energia do mundo. A verdade é que Bush planeia atacar o Iraque e ocupar aquele país.

Washington planeia fazer guerra de modo a criar um império com o imperialismo norte-americano a governar o mundo. Nós, no movimento antiguerra dos Estados Unidos, acreditamos que o povo norte-americano se opõe a esta guerra e recusará ser a carne para canhão de um império.

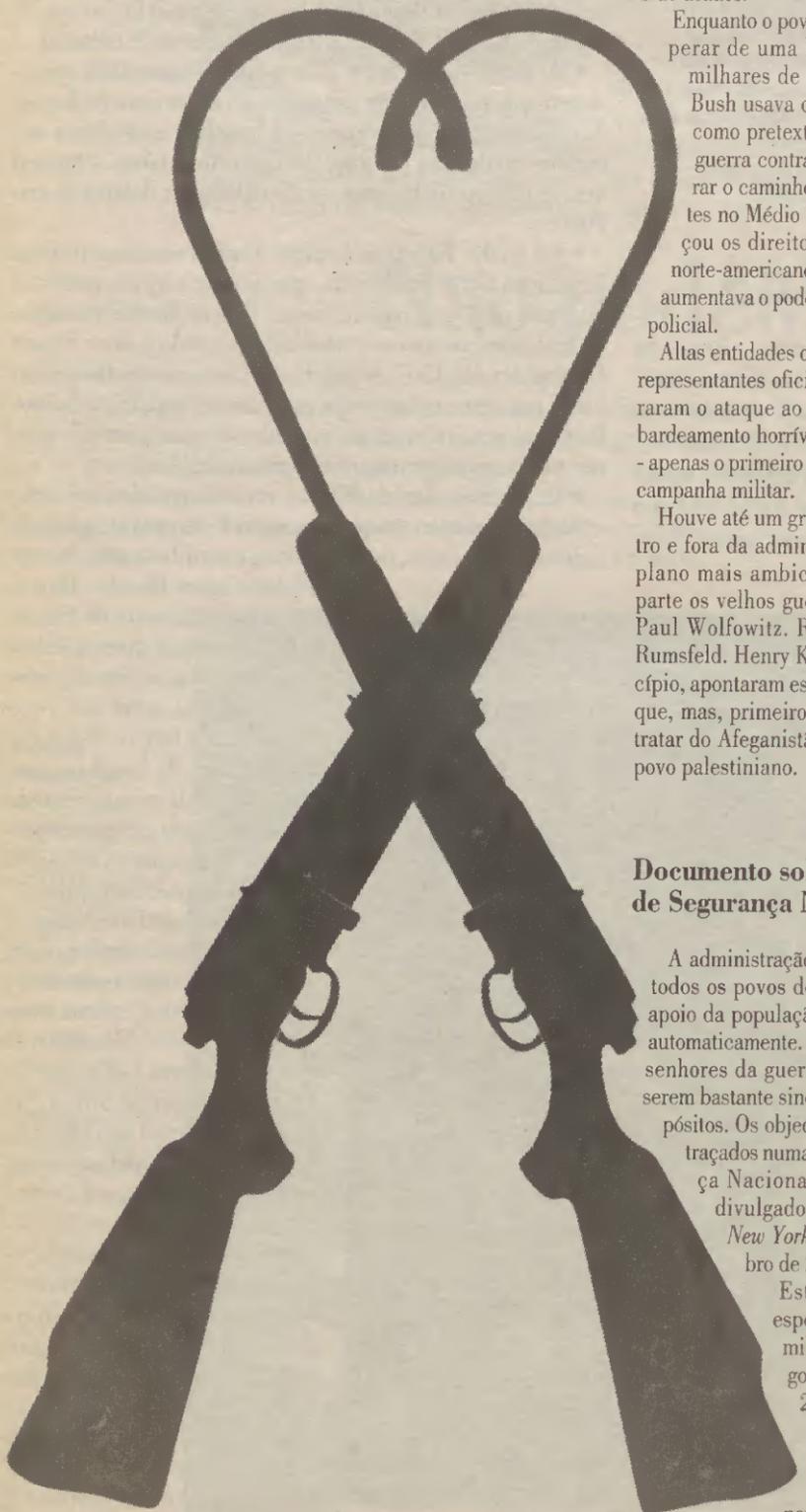
O povo dos EUA sentiu-se encorajado quando 400 mil saíram às ruas de Londres para dizerem não à guerra. Sentimo-nos encorajados quando mais de um milhão se manifestou em Florença.

Também olhamos para o povo português, porque os trabalhadores desse país têm uma lição especial para nós. Foi há uma geração, mas continua importante. Em Abril de 1974, a luta de libertação de um país, então chamado do terceiro mundo e a luta dos trabalhadores em Portugal uniram-se para eliminarem um regime fascista e quebrar a espinha dorsal do império.

É uma lição que Bush e o seu *gang* preferiram ignorar.

Actualmente, a Coligação Resposta, da qual faz parte o Centro de Acção Internacional, está a reunir milhões de assinaturas contra a guerra no seu *site*, *VoteNoWar*. O abaixo-assinado será entregue nos dias 18 e 19 de Janeiro de 2003, na próxima mobilização em Washington, local e altura em que decorrerá também um Congresso dos Povos pela Paz.

Esperamos que este novo e jovem movimento consiga mobilizar-se a tempo de parar a agressão armada, já que é a única força capaz de impedir que Bush comece a guerra.



Arquitectura

• Manuel Augusto Araújo

As ameaças nunca devem ser subestimadas, por muito medíocres que sejam os seus protagonistas. O edil Lopes já tinha dito que uma das ideias que tinha na manga para resolver o problema do parque habitacional da cidade de Lisboa era o de permitir que se construíssem mais um ou dois andares sobre os edifícios existentes para, desse modo, possibilitar aos proprietários os meios financeiros que lhes permitiriam recuperar o edificado. Sobre este assunto já aqui tínhamos escrito. Aparentemente isso não tinha passado de uma declaração de intenções do autarca.

Eis senão quando, e no meio do fogaréu provocado pelo caso no Parque Mayer, passa-se das intenções aos factos, formalizando a proposta de suspender o PDM e pedindo ao governo a revisão do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), para concretizar, em pleno, esse objectivo.

Esperalnice de rapaziada vivaça decerto esperçada em que isso passasse mais despercebido no meio da roleta das discussões. De facto, enquanto as atenções se centravam, e muito justamente, no Parque Mayer, a cidade ficava sem rei nem roque ao sabor de decisões casuísticas (que interesses estão, estarão, por detrás dessas decisões?), tendo como única garantia a boa vontade do presidente, o mesmo que diz que a característica das cidades modernas é a construção em altura (diga lá isso outra

Lisboa, uma política de casino (2)

vez!!!) e que não vai deixar que as ruas fiquem a parecer um pente (grande e inovador conceito urbanístico! Este rapaz tem esperto na cabeça!) etc., etc.

Sem se perceber como é que se iam pôr de acordo os proprietários para todos actuarem simultaneamente numa rua, estivessem ou não os prédios degradados, para que o conceito do pente presidencial fosse integralmente aplicado, o que se percebe é que esta gente não entende que a alteração das cêrceas, além de subverter todos os índices urbanísticos, modifica profundamente os perfis da cidade e tem efeitos imediatos gravíssimos na luminosidade das ruas. A luz é um valor plástico importantíssimo em qualquer cidade mas é muitíssimo mais sensível em Lisboa onde, pela sua topografia e exposição solar, adquire deslumbramentos sublimes com a variação de temperatura e intensidade solar ao longo do ano, isto independentemente dos considerandos sanitários que impuseram a regra da distância entre edifícios ser determinada por uma linha traçada a 45°, estar ou não estar obsoleta.

Mas outros problemas seriam imediatamente gerados por esta alteração. As redes de águas, de esgotos, de electricidade, de gás, etc., sofreriam uma sobrecarga brutal, as necessidades de estacionamento aumentariam exponencialmente, os espaços verdes tornar-se-iam escassos.

Quem isto propõe não pensa a cidade, tem outros objectivos, claros, escuros ou simplesmente patetas, por só conseguir ver a cidade como uma forma de negócio: os mesmos metros quadrados de implantação produzem muito mais metros quadrados de construção o que representa uns milhares de maravedis a mais, etc., etc. No meio disto as garantias dadas para as zonas históricas, (quais? não será necessário elaborar uma nova cartografia dessas zonas?), são cortinas de nevoeiro para mascarar a gravidade desse lote de intenções que ameaçam assassinar a cidade.



Cartoon de João Abel Manta: O Fantasma do Marquês com legenda adaptada aos tempos de hoje: A pimbalhada está em pânico! Já não vamos para o Burundi!!!

Para completar o quadro negro da gestão(?) da cidade, uma das promessas mais tonitruantes de Santana Lopes era a de que, finalmente e com ele, Lisboa iria ter o Corredor Verde para Monsanto. Ideia antiga, definida há já muito tempo, e que avançava aos poucos, a vereação presidida por Jorge Sampaio e as que se seguiram deram consistência a esse projecto construindo muitos dos espaços dessa estrutura, o que dava alguma esperança de que um dia o Corredor Verde acabaria por existir.

Lopes criticou a lentidão do processo e em directo garantiu que com ele é que era. Finalmente os alfacinhas e os visitantes da capital teriam finalmente a oportunidade de passearem pelo corredor verde apreciando a graciosidade do Fernão Capelo Gai-vota planando sobre os telhados de Lisboa. Esperanças infundadas que isto de promessas há muitas!!! E tudo está parado, provavelmente à espera de mais projectos imobiliários com mais um ou dois andares de raiz.

Muitos são os perigos anunciados e muitos mais deverão estar a caminho.

Se nos distrairmos o personagem que ganhou as eleições em Lisboa, por deméritos vários, pimba!!! Lá avança com mais uma das suas luminosas, mas destrutivas, banalidades.

NOTA: Quando este texto estava a ser finalizado, Pedro Santana Lopes no seu estilo palavroso-futebolístico garantia que não iria vergar frente ao veto presidencial por amor ao Parque Mayer, e que as pessoas não precisavam de mais esclarecimentos porque tinham ficado esclarecidas depois do debate televisivo e, no passo, manifestou-se contra a mania dos «D»: «debate, diálogo, défice, dívidas». O que nós queremos é desenvolvimento. Tira-da bem à medida deste demagogo decíduo e desafortunado. Mas não o menosprezemos, não devemos esquecer que neste país o Big Brother está no topo das preferências populares.

Datas da História

O 25 de Novembro

Os «acontecimentos» do 25 de Novembro de 1975 fazem 27 anos na próxima segunda-feira. Não se trata de uma data que se comemore à esquerda, mas não deixa de ser, à direita, assinalada como o aniversário de um grande alívio e, para alguns saudosistas do fascismo, de uma oportunidade perdida para acabar de vez, ali mesmo, com as liberdades e com as grandes conquistas da Revolução de Abril.

«Os acontecimentos dos últimos dias», pode ler-se no *Avante!* de 30/11/1975, em nota da Comissão Política do CC do PCP, «representam uma pesada derrota das forças da esquerda militar e das forças revolucionárias no seu conjunto e um avanço das forças da reacção que tomam fortes posições no aparelho militar e no sistema do poder. O perigo é real e imediato para a jovem democracia instaurada com o 25 de Abril.»

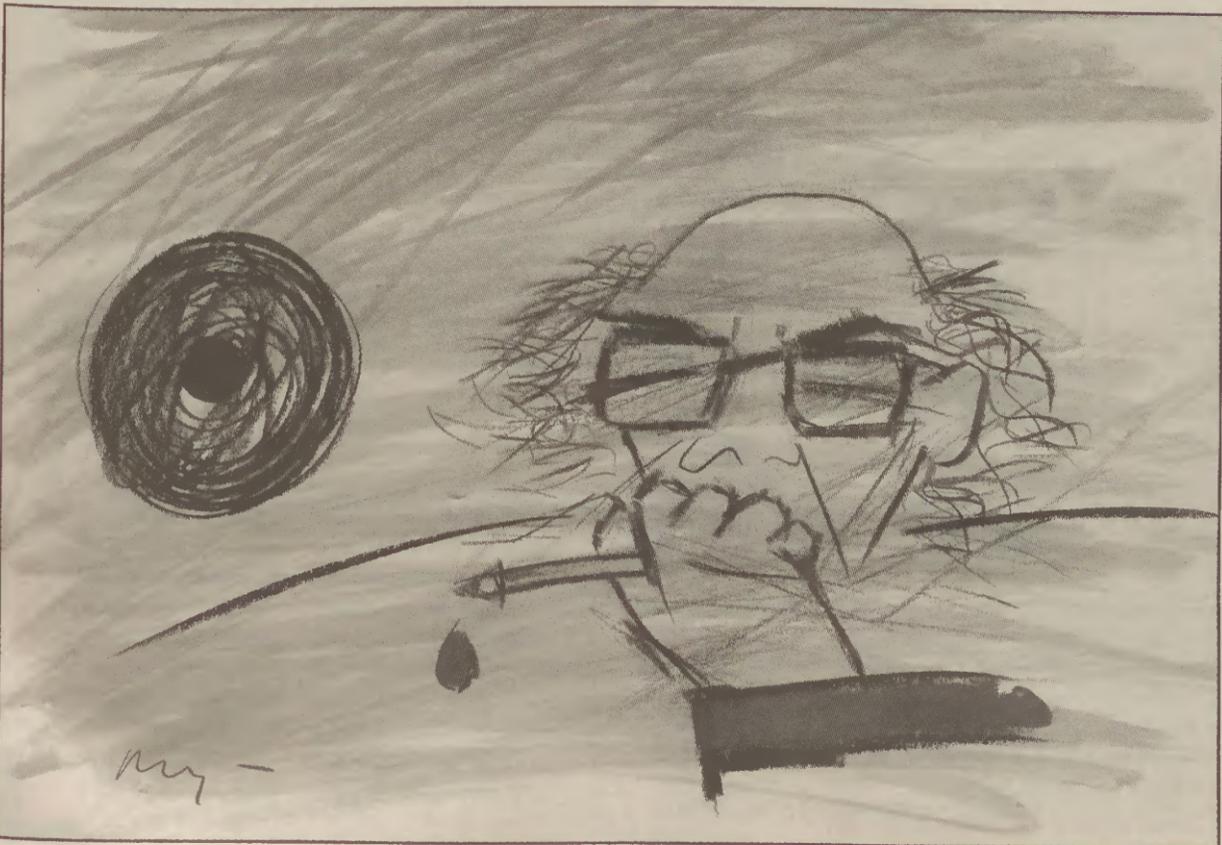
A nota recorda que, «ao longo do desenvolvimento da crise, o PCP defendeu com insistência uma solução política» e que advertiu de que «um confronto entre forças que têm estado com o processo revolucionário aproveitaria à contra-revolução».

Um ano depois dos acontecimentos, Álvaro Cunhal, no livro *A Revolução Portuguesa - o Passado e o Futuro*, volta a repor a questão:

«A reacção», escrevia, «todas as forças de direita, o PS, têm caracterizado o 25 de Novembro como a tentativa dum golpe ou insurreição para a tomada do poder.»

Cartoon

• Monginho



«Na verdade, não houve, por parte da Esquerda, nem golpe nem tentativa de tomada do poder. Numa situação caracterizada por gravíssimos conflitos e lutas nas forças armadas, o 25 de Novembro, com as sublevações militares dum lado e as operações cuidadosamente preparadas contra a Esquerda do outro, insere-se ainda no processo de contestação de comandos, de luta por lugares de chefia, de alterações da influência política predominante nas unidades militares, a fim de provocar um desequilíbrio de forças e uma modificação nos órgãos de direcção.»

«O 25 de Novembro», lê-se ainda neste Relatório aprovado pelo CC do PCP e apresentado ao VIII Congresso do Partido, de 1976, «representa uma grande derrota da Esquerda militar, a sua desarticulação e desagregação e o desaparecimento (ao nível das regiões e das unidades) do MFA como movimento militar revolucionário organizado. Mas não representou a derrota definitiva da Revolução, como alguns se apressaram a concluir.»

Vinte e sete anos depois, a história confirma-o. E mais verdades foram acrescentadas aos factos conhecidos, comprovando as cumplicidades na preparação da operação contra-revolucionária, como se pode ler num recente trabalho de Álvaro Cunhal também publicado pela editorial *Avante!* - *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (a contra-revolução confessa-se)*.

Muitas das conquistas alcançadas com a Revolução já foram aniquiladas, mas foram-no num processo longo, de intensa luta de classes, que se estendeu ao longo de duas décadas. As próprias liberdades e direitos estão hoje ameaçadas. Mas os trabalhadores e os democratas têm mostrado, ao longo dos anos, uma persistente vontade de os defender vigorosamente.

Religiões

• Jorge Messias

Em poucos meses, o Governo PSD/PP criou na vida nacional um nó cego que vai ser difícil desatar. Paulo Portas, grudado aos escândalos da *Moderna* complicou ainda mais as coisas com o negócio dos helicópteros e dos submarinos e com as bravatas fascistas que esmaltam as suas intervenções. Globalmente, o Governo Durão Barroso revela múltiplos aspectos de incompetência e de aventureirismo político. Mas alarma a ideia de que poderá acontecer que assim não seja e que estejamos em presença de um plano de assalto ao poder cuidadosamente elaborado. Uma coisa é certa: o actual estado de coisas só foi possível devido à leviandade dos eleitores. Se, efectivamente, desejamos um país mais livre e mais desenvolvido, é preciso que os resultados das últimas legislativas se não voltem a repetir. O chamado *voto de protesto* apenas serve os nossos inimigos de classe. A tática adoptada pelo actual Governo recorda a revolução dos métodos militares introduzi-

co as estratégias empresariais. Também a isto é preciso que estejamos atentos. Ainda há poucos dias, nos finais deste mês de Agosto, Paulo Portas fez passar uma simples portaria a que não foi dado particular relevo. Está criada, nas FFAA, abrangendo os seus três ramos, uma comissão de compras destinada a adquirir para todas as armas a totalidade dos fornecimentos que lhes sejam necessários. As transacções serão efectuadas a partir de Outubro de 2002, nos *leilões e saldos da Internet* e o seu pagamento sairá das verbas orçamentais do Estado. Pense-se, quantos negócios se virão a ocultar nesta escandalosa medida. E, também, quantas simpatias o Governo não ganhará entre certos titulares de altos cargos militares e civis, sempre dispostos a enriquecer! Mas o Governo conta, igualmente, com outros apoios que importa neste espaço destacar. Referimo-nos à hierarquia católica, com todo o impressionante cortejo de empresas, de fundos e de estruturas que tem vindo a instalar à sombra da Concordata e da cumplicidade dos governos socialistas anteriores. Colabora com o capitalismo. Mesmo que os trabalhadores católicos sejam duramente atingidos pelas políticas do lucro os bispos, mesmo assim, não falam em sua defesa e a uma só voz. Os toxicodependentes e os imigrantes são atingidos, na

Pontos Cardeais

Sacos azuis

Dirigentes, futebolistas e treinadores do Vitória de Guimarães estão em vias de ser acusados por fraude fiscal, depois de a inspecção das Finanças ter detectado mais de dois milhões de euros (cerca de 400 mil contos) de pagamentos ilegais, tendo concluído os inspectores do fisco que esses pagamentos ilegais eram feitos através de um «saco azul», furtando-se assim toda a gente às obrigações fiscais.

Posto isto, o extraordinário foi ouvir o presidente do Vitória de Guimarães, Pimenta Machado, a «argumentar», perante as câmaras de televisão, que «saco azul» era uma coisa «que toda a gente usava» (portanto, segundo parece, não tem qualquer importância...), chamando por isso a atenção para o facto de o Vitória de Guimarães, quando foi «descoberto», ter imediatamente pago todas as dívidas!

Portanto, segundo o peculiar raciocínio do dirigente desportivo Pimenta Machado, fugir ao fisco através de pagamentos clandestinos «é uma coisa que toda a gente usa» e, assim, não tem qualquer problema, havendo apenas a assinalar neste episódio, não a burla descarada praticada por toda esta gente do Vitória de Guimarães (e não só evidentemente, mas foram os que surgiram na ribalta...), mas a «honestidade» de terem pago de imediato o que deviam.

Também era só o que faltava, serem apanhados em falta e não pagarem!

E assim, nesta completa desvergonha, que o País estrebucha...

Desastres

O pior já aconteceu: o petroleiro que naufragou ao largo da ponta Noroeste da Península Ibérica já se partiu em dois com 70 mil toneladas de combustível nos seus depósitos, o que irá lançar uma maré negra de graves consequências, tanto para as costas da Galiza como, eventualmente, de Portugal. O desastre já está confirmado na Galiza, com toda a costa galega contaminada e já proibida a actividade pis-

catória na zona, com prejuízos sérios para a região, fortemente dependente da pesca.

Duas notas, já, sobre mais este desastre que, desta vez, nos veio bater à porta.

A primeira tem a ver com a notícia (que corre em Espanha) de que as autoridades espanholas teriam rebocado inicialmente o petroleiro em direcção à costa portuguesa, em vez de o levar para o alto mar, um erro que, a ter-se verificado, exige, no mínimo, explicações.

A segunda é mais de fundo e resume-se ao seguinte: quando é que, em todo o mundo, se impõe o controlo rigoroso dos navios que circulam no planeta, não deixando sair dos portos nenhum (mas mesmo nenhum) que não esteja em condições? Só assim é que estes desastres cada vez mais constantes podem ser evitados. Este petroleiro que agora naufragou, por exemplo, tinha mais de 30 anos e não apresentava condições mínimas para navegar com tais cargas. No entanto, fez-se ao mar com 70 mil toneladas de crude...

Tal como aconteceu há uns anos ao «Exon Valdez», lembram-se?

Ameaças

Teatral como sempre, o actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Pedro Santana Lopes, ameaçou há dias «demitir-se da presidência». Objectivo: para construir o casino no Parque Mayer e «resolver» o «diferendo» com o Presidente da República que, recorde-se, vetou a proposta governamental para este empreendimento. Em linguagem especiosa, Santana Lopes admitiu recorrer a «caminhos menos serenos» e «mais de acordo» com a sua «maneira de ser».

Ou seja, demitir-se e provocar eleições antecipadas.

Só que a sua hipotética demissão apenas arrastaria à eleição para a Câmara, já que na Assembleia Municipal a Coligação Com Lisboa tem a maioria.

É claro que tudo isto é fita e farronca.

Quer demitir-se? Pois que se demita! Até teria graça!

Mas vão ver que não passa de conversa...

À margem das «Bases para um Novo Conceito de Defesa» (6)



da pelos nazis na II Guerra Mundial cuja efeméride este mês de novo se recorda. O *murro blindado* das divisões Panzer rasgou a alta velocidade os territórios invadidos. Os fascistas pensavam em aniquilar e destruir, não em consolidar avanços. Isso seria com as outras tropas que vinham a seguir aos tanques da *Wermacht*. Havia que ter em conta as condições do terreno e a capacidade de luta das populações. A estratégia nazi misturava, então, a maior brutalidade com o espectáculo circense. Também, agora em Portugal, as fragilidades do Governo, mesmo que caricatas, têm de ser olhadas minuciosamente, uma a uma. Durão e Portas não estão sozinhos. São sustentados por coligações poderosas, pelo Pentágono, pelo FMI, pelos Conselhos Empresariais, pela NATO, etc. Ninguém, na verdade, pode vaticinar qual será o futuro próximo do nosso país. Apenas importa, desde já, reforçar e reafirmar claramente a confiança nunca posta em causa nos trabalhadores. O terreno que pisamos é o de fase aberta e agudizada de luta de classes. Tal como seria previsível, este governo transporta para o terreno político

sobrevivência das suas próprias famílias, por leis que ofendem os direitos humanos. Perante isto, a igreja reage oferecendo ao Governo piedosos sacerdotes que irão gerir a aplicação dessas leis. As IPSS e o universo das ONG's gozam de benefícios oficiais cada vez mais alargados. Os bispos vêm, esfregam as mãos e ficam sentados nos seus cadeirões doirados. Encerremos aqui este ramalhete de opiniões com uma história gostosa publicada na *Der Spiegel*. Foram entrevistar o cardeal Sebastiani, chefe das Finanças do Vaticano e perguntaram-lhe: «Qual é a situação financeira da Santa Sé e quanto ganha um cardeal?» O cardeal abriu um pouco o jogo. No ano 2000, o Vaticano ganhou na Bolsa 30 milhões de euros. Um cardeal recebe, mensalmente, cerca de 2500 euros ou seja, 500 contos. Números que aqui ficam e dão para pensar. Como sentirá um cardeal, com dinheiro, aposentos de luxo, carros às ordens, segurança pessoal, os dramas das crianças que em África morrem à sede e à fome? Para não falarmos, já, na defesa das liberdades e dos direitos dos povos.

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Fértil; nome vulgar do óxido de cálcio; espécie de bigorna. 2 - Herdade limitada por muros; fruto da noqueira; planta da família das valerianáceas, cuja flor é muito aromática. 3 - Tontura; operação de coser os lábios de uma ferida. 4 - Antigo navio de guerra, de alto porte; nome vulgar de uma espécie de arraia; terreno aberto ou murado, em frente ou em volta das igrejas. 5 - Aprocado (abrev.); um dos nomes de Deus entre os Hebreus; ouro (s.q.). 6 - Conflito armado entre nações ou partidos; pessoa servil por tudo o que está em voga; símbolo de hectare. 7 - Astúcia (fig.); fica doente de cama. 8 - Grito aflitivo; voraz; agregasse. 9 - Contr. da prep. em com o art. def. o; expelir; designa dor (interj.). 10 - Campo; limpar com draga; pátria (fig.). 11 - Navegar ao largo; entidade aquática. 12 - Relativo ao campo ou à vida campestre; cesta de bambu para cereais; grande massa de água salgada. 13 - Substância gorda de composição análoga à do éter e à do álcool; coloração da face; repartição pública na China.

VERTICAIS: 1 - Doença da gota, localizada nos joelhos; deteste. 2 - Nome de um pássaro de cor amarela; inglês (abrev.); antigo nome da nota musical dó. 3 - Grande ave galinácea; extraterrestre (abrev.); declanara. 4 - Cólera; apre! (interj.); condutor de palanquin na Índia. 5 - Molibdénio (s.q.); de propósito; outra coisa. 6 - Habitante ou natural da Croácia; doutor (abrev.). 7 - Zinco (abrev.); que tem a tempera do aço. 8 - Costuravas; gravar. 9 - Matéria corante azul derivada do ácido férrico e da anilina; prata (s.q.). 10 - Basta! (interj.); relativo à vista ou aos olhos. 11 - Que não está vestido; agitar o ar com o abano; nociva. 12 - Desequilíbrio mental, físico ou moral; título dado aos chefes de certas tribos muçulmanas e aos descendentes de Mafoma; caminhavam. 13 - Terra lavrada; aquelas; mau dançador. 14 - Idem (abrev.); interj. designativa de som de desabamento, de desmoronamento, etc.; transpirar. 15 - Murro; dividir em leiras.

9 - Azuhar; Ag. 10 - Tect. ocular. 11 - Nut. abanar; má. 12 - Tera; emitir; íam. 13 - Arda; as; lare. 14 - Id. rih; suar. 15 - Socos; aléitri.

VERTICAIS: 1 - Gonagat; airo. 2 - lapu; ing; ul. 3 - Pen; E; om; ar. 4 - íat; are; am; l. 5 - Ma; 6 - Croa; Dr. 7 - Zm; acrada. 8 - Costas; exar. 9 - At; edee; uniss. 10 - Neg; exlar; ul. 11 - Agr; dragari; lar. 12 - Kural; dah; mar. 13 - Elat; cor; jamém.

HORIZONTAIS: 1 - Óptim; cal; tais. 2 - Erc; noz; nardo. 3 - Olat; silura. 4 - Nau; arzil; adro. 5 - Apl; adona; Au. 6 - Guerra; snob; ha. 7 - Trel; acama.

SOLUÇÃO

Plenários e reuniões

Almada

- Hoje, 21, às 21h30 - Reunião da Comissão de Freguesia de **Cacilhas**, na Junta de Freguesia de Cacilhas.

- Sexta-feira, 22, às 21h00 - Plenário Concelhio de **Quadros**, no CT concelhio.

- Segunda-feira, 25, às 21h30 - reunião de **Micro, Pequenos e Médios Empresários** do concelho de Almada, no CT concelhio.

- Quinta-feira, 28, às 21h30 - Reunião de **Novos membros do Partido** do concelho de Almada, no CT concelhio.

- Sexta-feira, 29, às 21h00 - plenário de militantes de **Cacilhas**, no CT Alberto Araújo, em Almada.

Benavente

- Sexta-feira, 22, às 21h00 - reunião de militantes da freguesia de **Samora Correia**, no Centro de Trabalho do PCP.

Grândola

- Sábado, 23, às 13h00 - almoço-convívio com os **trabalhadores das Autarquias**, no âmbito de «Um Milhão de Contactos», no CT de Grândola.

- Segunda-feira, 25, às 21h30 - plenário de **Canal Caveira**, no café «Duas Irmãs», com a participação de José Rosado, do Comité Central.

Lisboa



Assembleia da Organização Regional de Lisboa
7 Dezembro 2002
Pav. Atlântico - Sala Tejo

Reuniões preparatórias da 5.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa, para debate e eleição de delegados.

- Hoje, 21, às 18h00 - da **CMO**, no CT de Odivelas, às 21h00 - da **Venteira**, no CT da Amadora; às 18h30, do **Min. Finanças/Peq. Min.**, no CT Vitória; às 19h30, do **S. Serviços e Hotelaria**, no CT Vitória; às 21h00 - das **Ciências Sociais**, no CT Vitória; às 21h00 - dos **Professores**, no CT Vitória; às 19h30 - do **S. Serviços e Hotelaria**, no CT Vitória; às 18h30 - dos **CTT**, no CT Vitória; às 18h30 - da **EPAL**, no CT Vitória; às 18h00 - da **Carris**, no CT Vitória, com a participação de Domingos Abrantes; às 18h30 - da **Aviação Civil**, no CT Vitória.

- Sexta-feira, 22, às 18h30 - do **Património** (S. Intelectual), no CT Vitória; às 21h00 - de **Olival Basto**, no Centro de Dia do Olival; às 21h00 - de **Famões**, na Sala da Assembleia de Freguesia; às 21h30 - da organização da freguesia de **Almargem do Bispo**, no Sabugo; às 21h00 - das organizações da freguesia de **S. João da Talha**, na Sala da Assembleia de Freguesia; da freguesia de **Santa Iria**, no CT de Santa Iria; da freguesia de **Sacavém**, no CT de Sacavém; das freguesias de **Santo António dos Cavaleiros** e de **Frielas**, na AMSAC; às 21h00 - do **Cadaval**, no CT do Cadaval; às 21h00 - de **Mafra**, na Junta de Freguesia da Malveira; do **Sobral**, novos militantes, no CT do Sobral.

- Sábado, 23, às 12h30 - das **empresas de Oeiras**, no CT de Algés; às 13h00 - almoço de militantes da freguesia de **Parede**, no CT da Parede, a que se segue, às 15h00, o plenário de militantes; também às 13h00 - almoço de militantes das freguesias de **Cascais e Estoril**, a que se segue, às 15h00, o plenário de militantes; às 15h00 - da **Falagueira**, no CT da Amadora; às 15h00 - da **Reboleira**, na sala da ex-Comissão Morad. Rebol. Sul; às 15h00 - de **S. Brás**, no CT da Amadora; às 15h00 - da **Venda Nova**, no café do Jerónimo; às 15h00 - de **Queijas**, no CT de Queijas; às 15h00 - dos **Industriais de Táxi**, no CT Vitória; às 15h00 - das freguesias de **Santos-o-Velho, Sta. Isabel, Lapa e S. Mamede**, no CT de Santos; às 15h00 - de **Belém e S. Francisco Xavier**, no CT da Ajuda; às 15h00 - dos **Prazeres**, no CT da Rua Possidónio da Silva; às 15h00 - do **Alto do Pina**, no CT da Graça; às 15h00 - dos **Anjos**, no CT da Graça; às 15h00 - de **Arroios**, no CT Vitória; às 15h00 - da **Graça**, no CT da Graça; às 15h00, dos **Olivais**, na SFUCO; às 15h30 - das freguesias de **Caxias, Paço de Arcos e Porto Salvo**, no CT de Porto Salvo às 15h30 - da organização local do **Bomsucesso**,

no CT do PCP no Bomsucesso; às 15h00 - de **Odivelas e empresas de Odivelas**, no CT de Odivelas; às 15h00 - da freguesia de **Alcabideche**, seguindo-se lanche-convívio; às 15h00 - da freguesia de **Carcavelos**, no CT de Sasso-eiros; às 15h00 - da **Pontinha e empresas da Pontinha**, no CT da Pontinha; às 16h00 - de **Caneças e Junta de Freguesia de Caneças**, no CT de Caneças; às 16h00, da freguesia de **Camate**, na sede da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro de São Tiago; às 16h00 - de **Alcântara**, no CT de Alcântara; às 20h00 - jantar de militantes da freguesia de **S. Domingos de Rana**, no CT de Tires, a que se segue, às 21h00, o plenário de militantes;

- Domingo, 24, às 13h00 - Almoço e Plenário de militantes das **empresas de Cascais**, no CT de Tires; às 15h00 - da **Brandoa e Alfovelos**, no CT da Brandoa; às 15h00 - da freguesia de **Marvila**, no CT de Marvila; às 16h00 - da **Buraca e Alfragide**, no Espaço CDU; às 16h00 - da **Penha de França**, no CT da Graça.

- Segunda-feira, 25, às 21h30 - **Plenário de militantes de Micro, Pequenos e Médios Empresários, no CT Vitória**. Em discussão os problemas e a situação económico-social com que estes se defrontam e o associativismo empresarial no distrito de Lisboa. Situação actual e perspectivas; às 18h00 - da **CMA**, no CT da Amadora; às 18h30 - da célula do **CT Vitória, CTs e diversos**; às 18h30 - de **(Inag, Luec, Im)/Amb/Im**, no CT Vitória; do **Ensi-no Superior (S.Intel)**, no CT Vitória; às 19h00 - dos **trab. em estruturas sindicais**, no CT Vitória; às 21h00 - assembleia plenário do **S. da Saúde**, no CT Vitória; às 21h00 - da **Scoturb**, no CT de Tires.

- Terça-feira, 26, às 17h45 - da célula da **Câmara e Serviços Municipais de Loures**, no CT de Loures; às 18h00 - do Sector de **Empresas de Loures**, no CT de Sacavém; às 21h00 - da **Comunicação Social (S. Intel)**, no CT Vitória.

- Quarta-feira, 27, às 13h30 - da **Voz do Operário**, na Voz do Operário; às 17h00 - do **S. Empresas da Amadora**, no CT da Amadora; às 17h30, da **Segurança Social**, no CT Vitória; às 18h00 - **Plenário dos Seguros**, no CT Vitória; às 18h30 - **Map/Mie (Ineti) Aposentados**, no CT Vitória; às 18h30 - da **Cultura Literária (S. Intel)**, no CT Vitória; às 21h00 - de **Novos Quadros**, no CT Vitória; às 21h00 - de **Ciências Sociais (S. Intel)**, no CT Vitória; às 21h00 - da organização da freguesia de **Rio de Mouro**, no CT de Rio de Mouro; às 21h00 - da freguesia de **Carnaxide**, no CT de Carnaxide; às 21h30 - da freguesia de **S. Pedro de Penaferrim**, no CT de Mem-Martins.

- Quinta-feira, 28, às 18h00 - da **Célula de Cinema**, no CT Vitória; às 18h30 - **Min. Finanças/Peq. Min./Func. Sin.**, no CT Vitória; às 18h30 - da **CMLisboa**, no CT Vitória; da **Penha, S. José e Coração de Jesus**, no CT Vitória; às 18h30 - de **Alvalade, C. Grande, S. J. Deus; S. J. Brito; S. Sebastião Pedreira**; às 19h00 - plenário dos militantes do Sector da **Construção Civil, Portaria e Vigilância**, no CT Vitória; às 21h00 - de **C. Quebrada, Dafundo, Algés e Linda-a-Velha**, no CT de Algés; às 21h00 - dos **Professores**, no CT Vitória; às 21h00 - de **N. S. Fátima**, no CT Socio Pereira Gomes.

- Sexta-feira, 29, às 21h00 - da freguesia de **Agualva**, no CT do Cacém; às 21h30 - do Sector de **Empresas de Sintra**, no CT de Rio de Mouro; e, ainda, às 21h30 - da freguesia do **Algueirão**, no CT do Algueirão; e da freguesia de **Casal de Cambra**, em Casal de Cambra;

e, ainda:

- Sábado, 23, às 15h00 - Encontro dos concelhos da Área Norte e Oeste do distrito (**Alenquer, Azambuja, Arruda dos Vinhos, Lourinhã, Cadaval, Mafra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras**), na Biblioteca Municipal de Alenquer, com a participação de Jorge Cordeiro, da Comissão Política.

- Sábado, 23, às 18h30 - Jantar-convívio do Sector da **Construção Civil**, no CT Vitória, com a participação de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política.

- Terça-feira, 26, às 17h30 - de **Bancários de Lisboa**, para discutir o Pacote Laboral e a situação social na banca.

Marinha Grande

- Domingo, 24, às 13h00 - **almoço-convívio** de militantes e amigos do PCP, no CT da Marinha Grande.

Moita

- Sexta-feira, 22, às 21h00 - **Debate Público** sobre **Questões Autárquicas**, no Grupo Desportivo e Popular do Chão Duro. Com a participação de João Lobo, presidente da Câmara Municipal da Moita, António Mauel Chula, membro da Assembleia de Freguesia da Moita, e Valdemar Santos, do Comité Central do PCP.

Montijo

- Sábado, 23, às 15h00 - reunião concelhia de **eleitos das autarquias**, no CT do Montijo; às 21h00 - plenário de militantes da freguesia do **Montijo**, no CT do Montijo; ainda às 21h00, plenário de militantes da freguesia de **Canha**, na Casa do Povo de Canha.

- Domingo, 24, às 15h00 - plenário de militantes da freguesia do **Alto Estanqueiro - Jardim**, na casa do camarada Jaime Sousa (Alto Estanqueiro).

- Segunda-feira, 25, às 21h00 - plenário de militantes da freguesia de **Sarilhos Grandes**, no CT de Sarilhos Grandes.

Palmela

- Sábado, 23, às 10h00 - reunião da célula da **Autoeuropa**, no CT do Seixal.

Peso da Régua

- Sábado, 23, às 15h30 - **Convívio** de S. Martinho, em Godim, Peso da Régua, com a participação do deputado Bruno Dias.

Porto

Preparatórias da Assembleia de Organização Regional do Porto do PCP

- Sexta-feira, 22, às 21h30 - da organização de **Avintes**, na casa do camarada Júlio; ainda às 21h30 - da Concelhia de **Gondomar**, no CT de Gondomar.

- Sábado, 23, às 15h00 - das organizações de **Canidelo/Afurada**, no CT de Gaia; de **Oliveira do Douro**, e **Oliveira do Douro**; de **Santa Marinha**, no CT de Gaia; da **Madalena**, na casa do camarada Luís Carrinho; de **Empresas - Sectores Profissionais**, no CT da Boavista; da concelhia da **Maia**, no CT de Pedrouços; da Concelhia de **Santo Tirso**, no CT de Santo Tirso; e da concelhia de **Penafiel**, no CT de Vale Sousa/Baixo Tâmega; às 18h00 - das **empresas de Vila Nova de Gaia**, no CT de Gaia.

- Domingo, 24, às 10h00 - da concelhia de **Trofa**, em Trinterra/S. Mamede Coronado; às 15h00 - da concelhia de **Baião**, na Junta de Freguesia de Gólv.

- Segunda-feira, 25, às 17h00 - do **Sintel**, no CT da Boavista; às 21h30 - do **S. Intelectual**, no CT da Boavista.

- Quarta-feira, 27, às 21h30 - de **Leça de Palmeira**, no CT de Matosinhos.

e ainda

- Hoje, às 21h00, no CT da Boavista, e sábado, às 15h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Custóias, no Largo do Souto - **Encontro Autárquico de eleitos e activistas**.

Santarém

- Hoje, 21, às 21h00 - reunião de **militantes**, no CT do PCP.

Seixal

- Sábado, 23, às 15h00 - plenário da organização de freguesia do **Seixal**, no CT do Seixal, com a participação de Virgílio Azevedo, do Secretariado do Comité Central.

Sintra

- Hoje, 21, às 21h00 - **Debate Público** sobre «O Serviço Nacional de Saúde e a estratégia privatizadora do Governo», no Salão da Junta de Freguesia de Agualva (junto ao CT do PCP no Cacém).

Juristas debatem Pacote Laboral

promovido pela Célula dos Advogados e Juristas do Sector Intelectual

juntamente com Advogados e Juristas do Sector Sindical da ORL
Quarta-feira, 27, entre as 18h00 e as 22h00 no Hotel Plaza

Oradores: **Eduardo Allen, Fausto Leite, Fernando Fontinha, Diogo da Luz, Jerónimo Martins, Joaquim Correia, Martins Ascensão e Roque Lino**

Carlos Carvalhas

Sábado, 23, das 10h15 às 12h30

Carlos Carvalhas estará presente no Seminário «**Segurança Social: Perigos e Desafios do Tempo Presente**»

que decorre no Hotel Continental

Carlos Carvalhas intervirá cerca das 12h15

Sábado, 23, às 16h30

e domingo, 24, entre as 10h00 e as 17h00

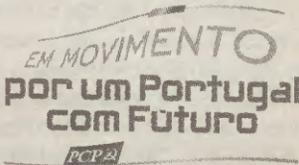
Carlos Carvalhas participa no

VII Congresso Regional do PCP na

Região Autónoma dos Açores

que se realiza no Auditório dos CTT, em Ponta Delgada

Carlos Carvalhas intervirá no domingo, às 17h00



Sábado, 23 de Novembro, das 10h00 às 17h00
Debate

«**Segurança Social:**

Perigos e Desafios do Tempo Presente»

na Sala Lisboa do Hotel Continental

(R. Laura Alves, 9, em Lisboa - junto à RTP)

Com a participação, entre outros, de **Fernanda Mateus,**

Eugénio Rosa, Lino de Carvalho, João Araújo

e **Maria do Carmo Tavares**

Carlos Carvalhas intervém às 12h15



Castelo Branco

- Sábado, 23, às 21h00 - Apresentação da Peça de Teatro «**Um dia na vida do Marquês de Alcoitão e do seu criado João**», promovida pela JCP e PCP de Castelo Branco, no CT de Castelo Branco do PCP.

Odivelas

- Sábado, 23, às 20h00 - a organização concelhia de Odivelas da JCP promove um Festival Concelhio de Bandas, comemorativo do 23.º aniversário, no Pavilhão Polivalente de Odivelas. Entrada livre.

Setúbal

- Sábado, 23, às 22h00 - Debate organizado pelo colectivo da Escola Secundária de Bocage, sobre os «81 anos de Juventudes Comunistas», no CT da JCP, na Av. 5 de Outubro, Edifício Arrábida, 1.º andar.

Vila Franca de Xira

- Sábado, 23, às 22h00 - Sessão de solidariedade - «**Nós e a Palestina...**» -, na Calçada Fonte do Vale, 11 Vialonga. Com música de intervenção.

Festa do Avante!

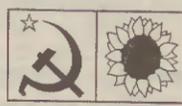
Almoço de confraternização

dos camaradas que participaram

em toda a obra do Pavilhão Central

Sábado, 23, às 13h00

na Adegua da Quinta da Atalaia



CDU

Almada

- Hoje, 21, às 21h30 - Reunião de eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia do Feijó, na Junta de Freguesia de Feijó

Coruche

- Sábado, 23, às 15h00 - Encontro de eleitos e membros das listas da CDU no concelho de Coruche, no Centro Social da Erra, com a participação de José Casanova, da Comissão Política.

Campanha Palestina Brigadas de Solidariedade e de protecção do povo Palestino

Em Dezembro / Janeiro deslocação à Palestina

de uma primeira brigada de juventude promovida pela JCP.

Para custear esta campanha a tua ajuda financeira é indispensável.

Apelamos para a tua contribuição solidária.

Envia-a para a Sede Nacional da JCP

(Avenida António Serpa, n.º 26, 2.º Esquerdo, 1050-027 Lisboa).

ou deposita-a na conta n.º 216902333830

da CGD da Av. 5 de Outubro, em Lisboa

Debate

Florença,

a luta contra

o neoliberalismo

e contra a guerra

Hoje, dia 21 de Novembro, às 18h30

no C.T. Vitória, em Lisboa

com a participação de **Albano Nunes, Nelson Silva,**

Carlos Grilo e Fátima Messias

Assembleias de Organização

7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Faro do PCP

Sábado, 23, às 15h00

no Instituto da Juventude, em Faro

Com a participação de José Neto, da Comissão Política

7.ª Assembleia da Organização Concelhia de Olhão do PCP

domingo, 24, às 10h00

na Escola João da Rosa (junto ao Bairro dos Pescadores)

com a participação de José Neto, da Comissão Política

ATVer

Grandes interpretações de Susan Sarandon, de Tommy Lee Jones e de Brad Renfro em *O Cliente*

A Regra do Jogo

(Quinta-feira, 21.11.02, RTP-2)

A Regra do Jogo é uma das obras-primas de mestre Jean Renoir e um dos mais celebrados filmes franceses de sempre que, todavia, só tarde foi reconhecido como tal. Em 1939 foi banido pelo governo colaboracionista de Vichy, em 1945 foi exibido numa versão curta sem qualquer sucesso comercial, já que o negativo original tinha sido destruído em 1942 num bombardeamento, e só em 1959 uma versão restaurada na sua versão original e exibida no Festival de Veneza conseguiu, finalmente, tornar **A Regra do Jogo** num grande êxito e num filme de culto. Renoir assina uma fabulosa sátira social onde a farsa, o melodrama e a tragédia se combinam de forma genial, enquanto vai refletindo sobre a deplorável frivolidade da França à beira da ocupação nazi. A história, propriamente dita, gira à volta de um fim-de-semana de caça no palácio de um marquês onde senhores e criados se cruzam nas suas complicadas histórias de amor. O próprio Jean Renoir assume o papel do truculento Octave, ao lado de um elenco onde dominam Marcel Dalio, Nora Gregor e Julien Carette.

O Casal

(Sexta-feira, 22.11.02, RTP-2)

O Casal é um dos filmes menos conhecidos de Carl Dreyer, produzido em 1945, entre os celeberrimos *Dia da Cólera* e *A Palavra*. Rodado na Suécia, sob os auspícios da Svensk Filmindustri, trata-se da adaptação para o cinema da peça de W. O. Somin que Dreyer transforma num denso e complexo estudo psicológico, centrado em duas personagens



Meu Tio transformou Jacques Tati numa celebridade mundial



Jules e Jim, uma grande e arrojada realização de Truffaut, que deu a Jeanne Moreau e Oskar Werner dois papéis notáveis

fechadas num apartamento. Foi um filme absolutamente «mal amado» por Dreyer, que começou logo por ter de aceitar – por imposição do produtor – os dois intérpretes principais que não queria, tornando-se esta obra, nas suas próprias palavras, «um filme completamente frustrado». Mas é, apesar de tudo, um filme de Dreyer, com fotografia de Gunnar Fischer, que marcou parte significativa da obra de Bergman. Pode ter sido um filme frustrante, mas nunca falhado...

O Cliente

(Sábado, 23.11.02, SIC)

Adaptação de um best seller de John Grisham, mestre norte-americano do thriller jurídico, **O Cliente** conta a história de um rapaz que testemunha o suicídio de um contabilista da Mafia, tornando-se, assim, um alvo a abater pela organização criminosa e uma presa para o FBI, que o quer para testemunha. Metido entre dois fogos, filho pobre de uma mãe solteira, a criança só encontra ajuda numa advogada deprimida e de segunda linha, que irá pôr em risco a sua própria vida para o



Os 39 Degraus é uma obra considerada como a melhor do período inglês de Alfred Hitchcock



ajudar. Grandes interpretações de Susan Sarandon (a advogada), de Tommy Lee Jones (o procurador do FBI) e de Brad Renfro (a criança), além de uma realização muito competente e eficaz de Joel Schumacher.

Os 39 Degraus (de Alfred Hitchcock)

(Segunda-feira, 25.11.02, RTP-2)

Realizado em 1935 por Alfred Hitchcock na Inglaterra, **Os 39 Degraus** é uma obra por muitos considerada como a melhor do seu período inglês. Trata-se de uma itinerante história de espionagem em que um homem de espírito aventureiro se torna um herói acidental, desvendando um mistério e salvando segredos vitais da Inglaterra. Neste clássico filme de suspense Hitchcock manipula e desenha o complexo relacionamento do seu herói de ocasião com aliados e inimigos, através de um fabuloso jogo de equívocos, enganos e traições, tudo servido por um elenco competente, onde se destaca a interpretação de Robert Donat, no «herói acidental».

Meu Tio

(Terça-feira, 26.11.02, RTP-2)

Meu Tio transformou Jacques Tati numa celebridade mundial, tendo inclusivamente conquistado o Oscar da Academia de Hollywood para o Melhor Filme de Língua Estrangeira. Tati estava nos finais dos anos 50 no auge da sua forma e do seu talento e o **Meu Tio** é uma das mais hábeis, simples, inteligentes e deslumbrantes comédias de sempre, onde o autor consegue, por extraordinárias oposições, colocar em confronto o modernismo bacoco e alucinado dos novos-ricos do pós-guerra com o quotidiano vulgar e corriqueiro de sempre, pondo em acção as relações de um garoto, sufocado por uma dessas casas e famílias «s sofisticadas», como seu tio aparentemente simplório (Tati), que o leva a viver, delicioso, num bairro popular.

Jules e Jim

(Quarta-feira, 27.11.02, RTP-2)

Jules e Jim é uma das obras-primas do realizador francês François Truffaut e um dos seus filmes mais fascinantes. Partindo a adaptação de um romance de Henri-Pierre Roché, a primeira obra de um escritor com 75 anos de idade, **Jules e Jim** é uma espantosa história de amor centrada nas relações de dois homens e uma mulher nos primeiros anos do século XX. Uma história de amor, amizade e transgressão, construída com rara sensibilidade e originalidade e que há 40 anos scandalizou muitos moralistas, que ficaram desconcertados perante este filme belo e deliciosamente amoroso. Uma grande e arrojada realização de Truffaut, que deu a Jeanne Moreau e Oskar Werner dois papéis notáveis.

Quinta, 21

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 A Volta do Mundo
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande entrevista
22.00 O Elo Mais Fraco
23.00 Segredo de Justiça
24.00 Jag
Em Nome da Justiça
01.00 24 Horas
01.20 Bull
02.20 «Diana» (Filme)

Sexta, 22

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 RTP Crianças
18.15 Quebra-cabeças
19.20 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 «A História de Amor de Paul e Linda» (Filme)
00.00 Segredo de Justiça
00.45 Jag
Em Nome da Justiça

Sábado, 23

▼ RTP 1

07.00 RTP Crianças
11.00 Ora Viva!
12.00 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Maravilhoso Mundo Marinho
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra é Uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 O Preço Certo em Euros
22.00 Caleidoscópio
23.45 Jag
Em Nome da Justiça
00.45 24 Horas



Olá Alegria ou Praça de Portugal? Ou vice-versa: Para quem fica em casa, às vezes, entre muita parvoíce com alguns toques de pimba, pode encontrar-se algo de interessante. Manuel Luís Goucha mudou-se para a TVI e Jorge Gabriel bem se esforça por conquistar o mesmo público...

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 A História da Indústria em Portugal
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Morena e Perigosa» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século O Desporto
20.00 Viver no Campo
20.40 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «A Regra do Jogo» (Filme)
02.00 Olhares Cruzados do Século XXI

01.45 24 Horas
02.00 Paraíso Filmes
02.35 «Casar no Dia do Fim do Mundo» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.40 Companhia dos Animais
13.00 A História da Indústria em Portugal
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 Alves dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «No mundo dos Disparates» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.40 Começar de Novo
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «O Casal» (Filme)
01.20 Olhares Cruzados do Século XXI

01.00 Paraíso Filmes
01.30 «Vai Aonde Te Leva o Coração» (Filme)

▼ RTP 2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História («Os Esquecidos do Vale dos Reis»)
00.00 Britcom
01.00 Saxazol
02.30 Noites Curtas do Onda-Curta

▼ SIC

07.00 SIC a abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 Rex, o Cão Polícia
16.45 O Camião
15.30 Air América

▼ SIC

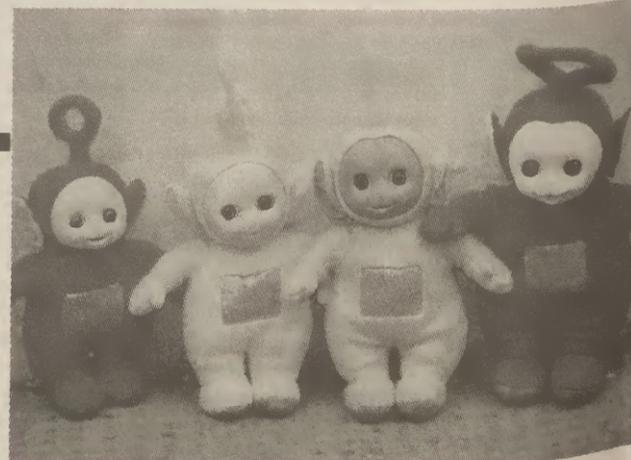
07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Herman
01.45 Multidões em Fúria

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.45 Amanhecer
22.45 Anjo Selvagem
23.45 Vidas Reais
00.45 Ally McBeal
01.45 «Uma Canção de Amor» (Filme)



Por entre muita violência, as manhãs das criancinhas também contam com alguns bonecos mais macios...

14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 É Proibido
01.15 «Alien Nation: O Milénio»

16.45 Walker, o Ranger do Texas
17.30 «Pai Para Ti...» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.30 Linha da Sorte
22.45 «O Cliente» (Filme)
00.30 Mais Perigosos Animais
00.45 Tal Mãe, Tal Filha
01.45 Concerto Elton John

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Os Poderosos» (Filme)
18.00 «Um Susto de Filme» (Filme)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «O Oposto do Sexo» (Filme)
02.00 «O Intruso Misterioso» (Filme)

Nota: A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Domingo, 24

- ▼ RTP 1**
- 07.00 RTP Crianças
- 11.00 Ora Viva!
- 11.30 «Bigodes» (Filme)
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 O Mundo Perdido
- 15.30 Estúdio 5
- 19.00 Domingo Desportivo
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Contra-Infomação
- 22.00 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «O Caso Thomas Crown» (Filme)
- 01.00 Domingo Desportivo
- 01.45 24 Horas

- ▼ RTP 2**
- 09.00 Programa Religioso
- 11.30 Pontos de Fuga
- 12.00 2010
- 13.00 Austrália Selvagem
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Technopolis
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 A História de Nikita
- 21.10 Artes e Letras (Jean Nouvel, arquitecto)
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Artes de Palco «A Bela Adormecida»
- 00.45 Odisseia nas Imagens «O Jogo de Cuba»

- ▼ SIC**
- 07.00 SIC a abrir
- 12.00 BBC Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Operação Elefante» (Filme)
- 16.00 «Coração de Dragão» (Filme)
- 18.00 «Na Pele de Uma Loura» (Filme)



Alves dos Reis, uma história de vigarice bem à portuguesa. Mas nem era preciso a gente recordar o passado...

- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Mentes Brillhantes
- 22.30 Herman SIC
- 00.45 «Dois Rabujentos em Viagem» (Filme)

- ▼ TVI**
- 07.30 Super Batatoon
- 09.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 13.45 «A Arca de Noé» (Filme)
- 15.45 «Robinson Crusó: A Verdadeira História» (Filme)
- 17.45 «O Fugitivo» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 A Jóia de África
- 22.15 Sonhos Traídos
- 23.15 BB Famosos
- Fim-de-semana
- 00.30 Fama

Segunda, 25

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Praça da Alegria Especial
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Sorte Grande
- 21.15 O Elo Mais Fraco
- 22.15 Prós e Contras
- 00.00 Jag
- Em Nome da Justiça
- 01.00 24 Horas
- 01.15 Bull
- 02.15 «Pascios à Beira-Mar» (Filme)

- ▼ RTP 2**
- 07.00 RTP Crianças
- 12.40 Companhia dos Animais
- 13.00 A História da Indústria em Portugal
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «Passaporte para o Inferno» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Planeta Azul
- 19.00 Volcano
- 20.00 Viver no Campo
- 20.40 Começar de Novo
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Sete Palmos de Terra
- 24.00 «Os 39 Degraus» (Filme)
- 01.30 Olhares Cruzados do Século XXI

- ▼ SIC**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.15 O Olhar da Serpente
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.00 New Wave
- 19.00 O Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 21.45 Esperança
- 22.45 Olhar da Serpente
- 00.15 «Aliança Mortal» (Filme)
- 02.15 Mais Perigosos Animais

- ▼ TVI**
- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.30 BB Famosos
- 16.15 Vidas Reais
- 17.30 BB Famosos
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 21.45 A Jóia de África
- 22.45 Amanhecer
- 23.45 Anjo Selvagem
- 00.30 Vidas Reais
- 01.10 Ficheiros Secretos
- 02.45 1.ª Vaga

Terça, 26

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.00 O Processo dos Távoras
- 23.00 Fora de jogo
- 01.00 Jag
- Em Nome da Justiça
- 02.00 24 Horas



Também às 10 horas, A Grande Entrevista, mas desta vez na SIC, o segundo está anunciado para a terceira idade. Música, com Ferro Rodrigues conversa e companhia

- ▼ RTP 2**
- 07.00 RTP Crianças
- 12.40 Companhia dos Animais
- 13.00 A História da Indústria em Portugal
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «Sapatos Vermelhos» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Onda Curta
- 19.00 Megaconstruções
- 20.00 Viver no Campo
- 20.40 Começar de Novo
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Ted and Alice
- 24.00 «Meu Tio» (Filme)
- 01.40 Olhares Cruzados do Século XXI

- ▼ SIC**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 15.45 O Olhar da Serpente
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 O Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Não Há Pai!
- 21.45 Esperança
- 23.45 «Metro» (Filme)

- ▼ TVI**
- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 A Vida É Bela
- 16.45 BB Famosos
- 17.15 BB Extra
- 18.00 Vidas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos (Gala)
- 00.30 Vidas Reais
- 01.30 «O Caçador de Sonhos» (Filme)

Quarta, 27

- ▼ RTP 1**
- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Vencedores
- 15.30 Marisol
- 16.30 Carita de Anjo
- 17.15 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 19.40 Futebol
- Liga de Campeões
- 21.30 Telejornal
- 22.30 O Elo Mais Fraco
- 23.35 «Os Oportunistas» (Filme)
- 01.15 24 Horas
- 01.30 Futebol: Resumos



- ▼ RTP 2**
- 07.00 RTP Crianças
- 12.40 Companhia dos Animais
- 13.00 Arquivos do Entendimento
- 13.30 Sozinhos em Casa
- 14.00 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «O Fugitivo Descen à Cidade» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Bombordo
- 19.00 Missão Natureza
- 19.30 Os Burros...
- 20.00 Viver no Campo
- 20.40 Começar de Novo
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Educação de Max Bickford
- 24.00 «Jules e Jim» (Filme)
- 01.45 Olhares Cruzados do Século XXI

- ▼ SIC**
- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 15.45 O Olhar da Serpente
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 O Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Não Há Pai!
- 22.15 Esperança
- 23.45 Hora Extra
- 00.45 «O Último dos Moicanos» (Filme)

- ▼ TVI**
- 07.30 Sempre a Abrir
- 10.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 A Vida É Bela
- 16.30 BB Extra
- 17.00 Gala BB Famosos
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.45 Amanhecer
- 22.45 Anjo Selvagem
- 23.45 Vidas Reais
- 00.45 «Um Lobisomem em Paris» (Filme)

TVisto • Correia da Fonseca

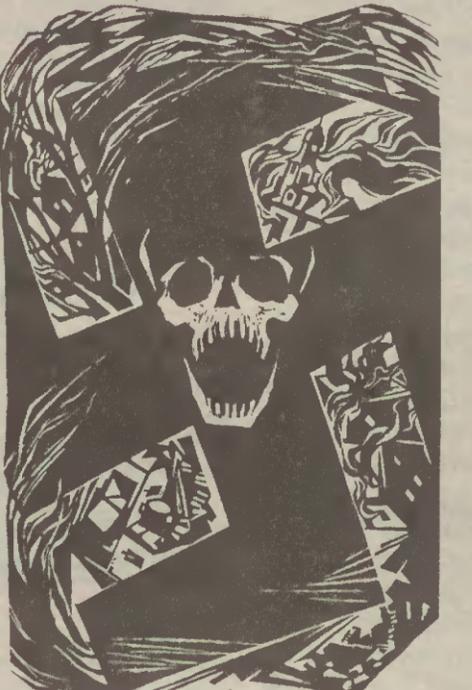
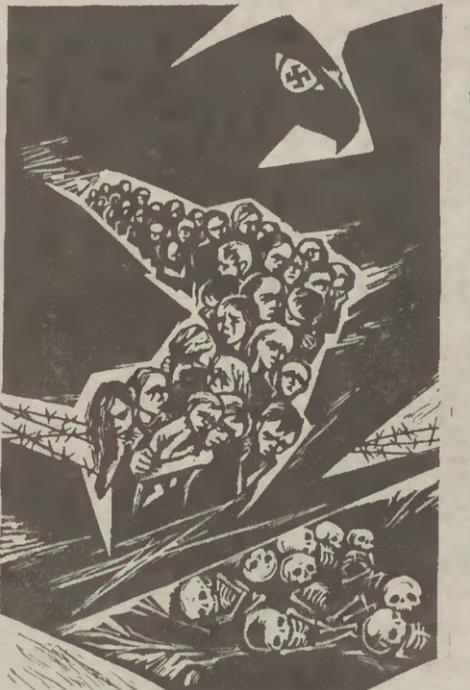
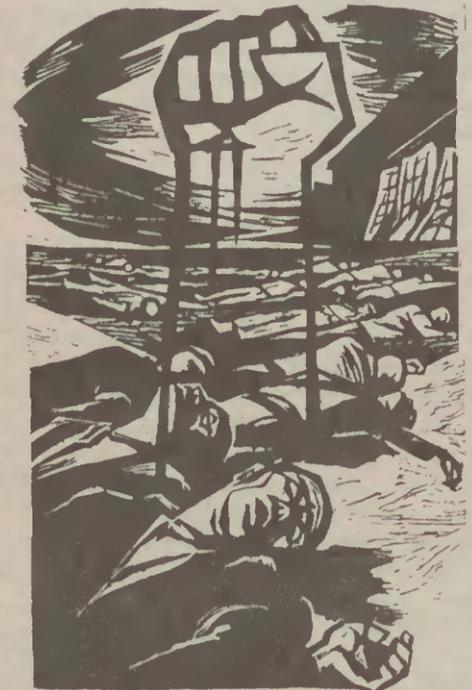
A memória despertada

Soubes-o pela televisão, que, como decerto aqui já disse e redisse, é a mãe de todas as minhas sabedorias correntes: há dois ou três dias, um palestino, mais um, decidiu trocar a sua própria vida por um sinal público de resistência, e fez-se explodir juntamente com mais uma dúzia de israelitas. Mais concretamente: com nove militares israelitas e três ocupantes civis ou semicivis de território palestino, isto é, de três «colonos». É claro que convém sabermos e não esquecermos o que na verdade está por dentro desta qualificação aparentemente inocente de «colonos» e «colonatos», porque os embustes vocabulares com que diariamente somos bombardeados são mais de meio caminho andado para cairmos em equívocos graves sem darmos por isso. Temos, pois, nove vítimas militares deste atentado mais três ocupantes civis talvez não inteiramente inocentes nesta síntese de tragédia e crime que é o chamado Conflito do Médio Oriente, designação também enganosa comumente usada para a invasão israelita dos territórios autónomos da Palestina. Dispensou-me de arrolar como vítima civil o próprio autor do atentado embora ele também não usasse farda, porque se os hábitos não fazem os monges também os combatentes não são definidos pelas fardas que envergarem ou não. Como habitualmente, Israel não demorou a responder. Desta vez, a resposta consistiu, ao que aprendi também pela TV, de uns palestinos abatidos avulso, não muitos, umas casas de habitação arrasadas à bomba ou por bulldozers, a ocupação total da cidade palestina de Hebron e a denúncia do histórico acordo de Oslo. Complementarmente, o famigerado Ariel Sharon lançou um incitamento aos israelitas no sentido de intensificarem novos actos de colonização em território da Palestina «autónoma», isto é, de agravarem a ocupação de terras alheias. Entretanto, Netanyahu, que agora já voltou ao governo embora por enquanto «só» com a pasta dos

Negócios Estrangeiros, reiterou uma reivindicação antiga da direita israelita: a deportação de Yasser Arafat para fora da Palestina, fingindo esquecer-se de que Arafat é o chefe de um executivo palestino reconhecido por muitas dezenas de países e gozando de um estatuto internacional equiparado ao de chefe de Estado. Parece que, mais do que nunca, as coisas estão neste pé: quem tem a seu favor a força bruta está dispensado de ter memória, regras e vergonha. Disto, Israel é um exemplo só superado pelos próprios Estados Unidos. E que ninguém veja nesta frase sintomas de um meu antiamericano porque esta convicção é também a de muitos norte-americanos, e dos melhores, dos que hoje ainda defendem a honra dos Estados Unidos da América.

Carrasco contra a história

Aconteceu, porém, que esta musculada resposta israelita ao atentado de Hebron, aliás como outras respostas anteriores a anteriores atentados, fez com que a minha memória regressasse a anos e acontecimentos já muitos antigos mas, afinal, parece que não tão distantes e revolutos como eu, como tantos outros, suponha. Era, então, na Europa: em França, na Checoslováquia, na Bélgica, na Holanda, noutros lugares. Estavam por lá as tropas nazis, era a ocupação então apenas militar (com algumas excepções em territórios a Leste, mas irrelevantes para o que lembrei) e, de súbito, quase sempre estoirando as trevas da noite, irrompia o ataque à resistência ou à metralha. Eram os habitantes, os patriotas a dizerem «não» ao invasor na linguagem não apenas possível mas também adequada à circunstância. Nas horas seguintes viria a resposta nazi. A História regista-se: era quase sempre o fuzilamento de reféns, civis arrebanhados por vezes ao acaso, mais vezes ainda escolhidos entre os segmentos mais relevantes (ou mais odiados pelo invasor) da população. Quanto à deportação de prisioneiros para campos que depois se revelariam de extermínio, era às centenas, como se sabe. E, como também se sabe, mesmo estes invasores ferozes foram vencidos. Parece que é uma lei da História: cedo ou tarde, às vezes muito mais tarde do que teria sido desejável, os invasores acabam vencidos. Contudo, o que o invasor nazi só muito raramente cometeu foi a destruição total de uma povoação. Por mim, só sei de dois casos e suponho que foram únicos: Lidice, na Checoslováquia, e Oradour, em França. Quanto a este ponto, os invasores israelitas da Palestina estão a superar largamente os seus antigos carrascos. E, perante isto, a memória despertada impõe-me uma pergunta: se o mundo civilizado se indignou com os casos de Oradour e Lidice, como pode não se indignar agora, e com igual intensidade, quando Israel arrasa casas e mais casas na Palestina?



A talhe de foice

• Anabela Fino

Lógicas

Depois da Comissão Europeia ter deixado bem claro que não acredita em Lisboa, foi agora a vez do Banco de Portugal vir dizer, preto no branco, que «há um risco de se ultrapassar o défice orçamental». Segundo o BP, não só as receitas fiscais ficaram aquém do previsto como «as vendas de património definido pelo Governo» não deram os resultados esperados. Se a isto se acrescentar uma «provável derrapagem» nas despesas de alguns sectores, e ainda o aumento dos gastos com o subsídio de desemprego, tem-se um quadro que ameaça remeter a meta dos 2,8 por cento para o domínio da ficção.

Preocupado com a situação económica do País, o Banco de Portugal volta à carga com a única receita que parece possuir nos seus manuais: redução salarial. Numa altura em que as famílias já estão em contenção de despesas e se agrava a percentagem dos que não conseguem honrar as dívidas assumidas, a instituição presidida por Vítor Constâncio aconselha as empresas, que já não pagam o IVA, a poupar nos salários. Lógico.

Os trabalhadores que paguem a crise. Entretanto, entrou em vigor o perdão de juros nas dívidas ao fisco, «a última» oportunidade antes da próxima para quem não paga continuar a prevaricar. A ocasião foi aproveitada pelo ex-ministro das Finanças e actual presidente da Agência Portuguesa para o Investimento (API), Miguel Cadilhe, para lembrar ao Governo a necessidade de cumprir a promessa do «cheque fiscal», isto é, a redução do IRC. Durão Barroso, que participou na sessão pública de apresentação da API, garantiu que Portugal está «no caminho certo» para se transformar, «daqui a sete anos», num dos «países mais atractivos do mundo para investir e trabalhar». Como se sabe, os investidores apreciam ganhar muito e pagar pouco.

E por falar em ganhar, o que dizer de notícias vindas a lume esta semana, segundo a qual os novos responsáveis do fisco vão ser principescamente aumentados? Ao que parece, mal entre em vigor a legislação que põe fim à Administração-Geral Tributária, o director dos Impostos passará a contar com um aumento de 45 por cento do seu vencimento, enquanto os subdirectores verão os seus proventos acrescidos em 20 por cento, pela simples razão de que passarão a ter assento no chamado Conselho Consultivo da Fiscalidade. Para compensar, e a par da «moderação salarial» imposta à generalidade dos trabalhadores da Função Pública, o Governo terá decidido cortar o Fundo de Estabilização Tributária destinado a compensar os funcionários pela cobrança de impostos em atraso. Como diria a ministra Ferreira Leite, o dinheiro não chega para todos.

Se a tudo isto acrescermos os despedimentos que estão na ordem do dia, mais os vários pacotes que em nome da modernização pretendem fazer regressar as relações laborais ao século XIX, deixar os cuidados de saúde à mercê de interesses capitalistas, entregar a segurança social à cobiça dos especuladores, colocar o ensino ao serviço de elites e entregar de bandeja aos privados o que resta do sector público, fica-se com uma ideia mais ou menos geral por que é que no dia 10 o País tem motivos de sobra para ir para a greve geral. A UGT, que andou para aí a ameaçar com a greve, muito ao estilo do «agarrem-me senão eu mato-o», parece que ainda tem dúvidas. Sem comentários.

PCP impugna admissão do «Código do Trabalho»

Inconstitucional

O Grupo Parlamentar do PCP denunciou antontem graves irregularidades processuais e reafirmou que, mesmo com as alterações ao anteprojecto inicial, o pacote laboral ofende direitos firmemente consagrados na Lei fundamental.

O Grupo comunista decidiu recorrer da decisão de admissão, pelo Presidente da Assembleia da República, da proposta de lei do Governo sobre o «Código do Trabalho», com fundamento na inconstitucionalidade de algumas normas.

Na conferência de imprensa de terça-feira foi ainda anunciado que, na sequência da audição já realizada e que contou com a presença de largas dezenas de dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, o PCP vai promover um colóquio, com a participação de especialistas de Direito do Trabalho e representantes das estruturas dos trabalhadores.

Depois de reafirmar a «justa denúncia e oposição» dos comunistas à proposta de Código do Trabalho, que na versão entregue pelo Governo na Assembleia da República mantém as principais alterações ao edifício jurídico-laboral constantes do anteprojecto inicialmente divulgado», o documento apresentado aos jornalistas pelo presidente do Grupo Parlamentar do PCP sublinha que o pacote laboral revisto mantém «ao contrário do que tem sido divulgado, várias disposições aplicáveis a todos os trabalhadores da Administração Pública, para além de se aplicar globalmente aos milhares de trabalhadores de pessoas colectivas públicas sujeitos ao regime do contrato individual de trabalho».

Na discussão da sua proposta, o Governo lançou «uma intensa campanha de demagogia e falsificação, tentando esconder as reais consequências do que propõe», e «chegou ao ponto de apresentar como melhorias as alterações admitidas na Concertação Social, omitindo que tais alterações diminuem de facto os direitos previstos na actual lei». Os deputados comunistas apontaram dois exemplos concretos: «Pode o Governo dizer que afinal o trabalho nocturno já não começa às 23 horas, mas às 22h; o que a lei actual prevê é que se inicie às 20 horas. Pode o Governo afirmar que os contratos a prazo passarão a ter um limite de 6 anos; na realidade, a lei actual prevê um período máximo de três anos.»

Os deputados comunistas apontaram dois exemplos concretos: «Pode o Governo dizer que afinal o trabalho nocturno já não começa às 23 horas, mas às 22h; o que a lei actual prevê é que se inicie às 20 horas. Pode o Governo afirmar que os contratos a prazo passarão a ter um limite de 6 anos; na realidade, a lei actual prevê um período máximo de três anos.»

Direitos em causa

Nas matérias contidas na proposta do Governo, o PCP verifica que há «claras inconstitucionalidades», destacando algumas disposições, em concreto.

O Artigo 14.º restringe o exercício da liberdade de expressão e de opinião dos trabalhadores, subordinando-o à definição discricionária pela entidade patronal do conceito de «normal funcionamento da empresa».

Os artigos 15.º, 16.º e 18.º permitem a devassa da vida privada do trabalhador e o tratamento dos seus dados pessoais.

No novo texto mantêm-se disposições gravíssimas para todos os trabalhadores

Nos artigos 306.º e 307.º o Governo prevê a possibilidade de o trabalhador ser transferido para outro local de trabalho, sem ficar garantido que tal não implica um prejuízo sério para a conciliação da actividade profissional com a vida familiar, prevista no Artigo 59.º da Constituição.

O Artigo 427.º deixa que o empregador se oponha à rein-

tegração do trabalhador, mesmo após sentença do tribunal (uma matéria que foi declarada inconstitucional pelo Acórdão N.º 107/88 do Tribunal Constitucional).

O Artigo 592.º admite limitações à greve em sede de contratação colectiva, violando um direito reconhecido a cada trabalhador pelo Artigo 57.º da Constituição.

Tramitação insólita

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou «o seu desacordo com a insólita tramitação que teve esta proposta de lei», referindo que:

– a iniciativa foi admitida de imediato pelo presidente da Assembleia da República e anunciada no Plenário de forma isolada e, contra o que é costume, no final de uma sessão (após a votação final global do Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 2003);

– no despacho do presidente da AR, a iniciativa do Governo é enviada imediatamente para consulta pública, quando o Regimento parlamentar atribui essa competência à Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais;

– o pedido do Governo para publicação urgente não tem fundamentação nem cumpriu o previsto para a consideração do processo de urgência;

– a separata do Diário da Assembleia da República foi distribuída segunda-feira, com data de 15 de Novembro, precisamente o dia do anúncio da proposta de lei em Plenário, o que, «para além de objectivamente encurtar o período disponível para a discussão pública, só pode significar que o Governo tinha previamente diligenciado a sua publicação imediata, mesmo antes de a entregar»;

– a carta em que o ministro dos Assuntos Parlamentares remete a proposta de lei ao presidente da AR tem a data de 14 de Novembro, mas a data de envio para a Divisão de Apoio ao Plenário (uma estrutura interna do Parlamento) é do dia anterior.

Mercantilização ameaça o Estado

Com um debate que teve por tema «Uma Administração Pública forte, eficiente ao serviço das populações e como garantia do cumprimento das funções sociais do Estado», iniciou-se antontem o ciclo de iniciativas «Em movimento, por um Portugal com futuro», que o PCP promove até final do próximo ano.

Na intervenção de abertura do debate, Domingos Abrantes recordou que «nos últimos meses, os trabalhadores deste sector, vítimas da política do actual Governo, protagonizaram, com uma amplitude extraordinária, as mais significativas e grandiosas acções de resistência». No texto (lido por Ana Avoila, já que o dirigente comunista não pôde participar na iniciativa), refere-se que a ofensiva contra aspectos fundamentais da Administração Pública e do regime democrático foi «acentuada e acelerada com a chegada dos partidos de direita ao poder».

Sucessivos governos, tal como os mais poderosos grupos económicos e financeiros – lembrou aquele membro da Comissão Política do Partido –, têm insistido na necessidade de modernização, objectivo que, contudo, «não passa de uma cortina de fumo para cobrir os ataques aos direitos dos trabalhadores e às funções

fundamentais da Administração Pública».

Nos últimos anos, «cumprida a fase de assalto aos sectores empresarial e financeiro do Estado, foi colocada na ordem do dia a privatização de áreas fundamentais do Estado». Tais políticas e projectos, «a não serem contrariados, traduzir-se-ão em piores condições de trabalho, degradação dos serviços públicos». Ou seja, «a mercantilização dos serviços sociais básicos, para além dos pesados custos que terá para as populações, irá conduzir a uma maior sangria de bens do Estado, a favor do capital privado», e «tornar-se-á numa ameaça séria para o próprio regime democrático».

No debate intervieram ainda António Filipe, deputado e membro do Comité Central, Rui Namorado Rosa, professor universitário, Lurdes Rodrigues, técnica superior da Administração Pública, Eugénio Rosa, economista, e Francisco Lopes, membro da Comissão Política, que encerrou os trabalhos.

Delegação em Praga

Os camaradas Rui Fernandes, do Secretariado do CC, e Rui Paz, colaborador da Secção Internacional, representam o PCP na reunião de partidos comunistas e outras forças de esquerda, bem como na manifestação contra a Nato e pela paz, promovidas em Praga pelo Partido Comunista da Boémia e Morávia. Na capital checa decorre, hoje e amanhã, a Cimeira da Nato, sob fortes medidas de segurança.

O PCP, numa nota de protesto enviada ao governo da República Checa, condenou «firmemente» o impedimento da entrada no país de cinco jovens comunistas italianos e de um jornalista do Liberazione, considerando tais medidas «um grave atentado a liberdades e direitos fundamentais, cujo respeito reclamamos veementemente».

Reunião do CC

Para analisar a situação política, económica e social, o desenvolvimento da luta de massas e a intervenção do Partido, realiza-se amanhã uma reunião do Comité Central do PCP. As conclusões da reunião serão divulgadas à comunicação social pelo camarada Carlos Carvalhas, ao final da tarde.

Alcácer do Sal

Reagindo a uma informação publicada no «Expresso», o presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, camarada Rogério de Brito, divulgou uma nota em que esclarece que «não existe qualquer pressão dos órgãos dirigentes do PCP para o abandono prematuro do mandato em que fui investido».

